

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS**

GABRIEL AMBRÓSIO

**UMA LEITURA DA VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE
ANGOLA EM A *GERAÇÃO DA UTOPIA*, DE PEPETELA**

N'tanga mo m'panga za n'tungilua ya lubangumu emo n'si ya N'gola mo salu Kia
M'bandu ya wantu bana be yindulanga mambu mana kemekalanga ko, ya Pepetela

CAMPO GRANDE – MS

2022

GABRIEL AMBRÓSIO

**UMA LEITURA DA VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ANGOLA
EM A GERAÇÃO DA UTOPIA, DE PEPETELA**

N'tanga mo m'panga za n'tungilua ya lubangumu emo n'si ya N'gola mo salu Kia M'bandu ya wantu bana be yindulanga mambu mana kemekalanga ko, ya Pepetela

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGEL, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Andre Rezende Benatti.

CAMPO GRANDE – MS

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL AMBRÓSIO

**UMA LEITURA DA VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ANGOLA
EM A *GERAÇÃO DA UTOPIA*, DE PEPETELA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGEL, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, Área de Concentração em Literatura, Estudos Comparados e Interartes.

07 de Março de 2022

Comissão Examinadora:

Professor Doutor Andre Rezende Benatti - UEMS (Presidente)

Professora Doutora Rosana Cristina Zanelatto Santos – UFMS (Membro titular)

Professor Doutor Altamir Botoso – UEMS (Membro titular)

DEDICATÓRIA

À força espiritual dos ancestrais pelas energias positivas e negativas na vida acadêmica, aquelas que nos inspiram para refletirmos cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à força suprema do universo, N'zambi a M'pungo Tulendo, os akulu, ye Nza! Agradeço à instituição Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ao meu orientador, Prof. Andre Rezende Benatti, pela paciência e força para continuarmos a trabalhar na construção desta pesquisa. Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES). À coordenação do curso e à secretaria, aos professores Marta Oliveira, Edgar Nolasco, Bessa-Oliveira, Rosana, Angela, Marcos Paulo, Wellington e Ramiro, Fabiana, Ricardo e Danglei, pela partilha nas suas disciplinas e inspirações para mim.

Os meus agradecimentos à minha esposa, Vanessa de Sousa Alencar e, agora, a nossa filha Akieleka Ngonga Alencar Ambrósio, fonte da alegria e sorriso puro. Aos amigos, Francisco-Sanka, Omar, Alpha, pela acolhida em Campo Grande. Um especial agradecimento ao amigo, mestre Ancel Ajupate, pela informação do edital de que contemplava que estrangeiros poderiam participar. Daí começou esta caminhada em meio à pandemia. À família mãe, em Angola, aos meus irmãos e irmãs, sobrinhas, cunhadas... Ao amigo e colega Jovita. Aos meus colegas e às minhas colegas do programa. Ao pessoal do Neab UFMS. Aos professores/professoras de além atlântico e da diáspora que me encorajam dia pós dia...

“Nesta corrida frustrada, ilimitada que todos nós fomos submetidos a correr, a única arma, que se pode usar para quebrar os obstáculos durante a maratona e a razão, o pensamento reflexivo”.

(Reflexão da obra *As lágrimas de uma mulher: os culpados*, de Marcelo Aratum)

RESUMO

Este estudo traz uma abordagem sobre os aspectos da violência coletiva e política denunciada por Pepetela no romance, narrando sua história sobre a descolonização em Angola. O *corpus* escolhido foi *A Geração da Utopia* (2004), que fala sobre a importância do processo da violência e suas memórias, passando pela perspectiva de análise da mentalidade colonial por meio de Frantz Fanon, em seus ensaios, nomeadamente *Pele negra máscaras brancas* (2008), *Os condenados da terra* (2010) e *Em defesa da revolução africana* (1980). O objetivo foi refletir sobre a memória da violência ficcional e a formação contemporânea por meio da literatura de testemunho e traumática. Entre os vários teóricos que refletem sobre as questões da memória, violência, colonialidade, trauma e testemunho, estão Seligmann-Silva (2003), Luis Kandjimbo (2021), Grada Kilomba (2019), Inocência Mata (2012), Achille Mbembe (2018, 2014a, 2014b) e Maldonado-Torres (2009, 2020), Grosfoguel (2009,2020) e Mignolo (2003), principalmente com as visões da colonialidade presentes na literatura em análise. Todavia, a libertação do jugo imperialista português em África foi toda feita pela opressão, dominação e subalternidade. Entretanto, para repensar Angola, partimos da violência como herança da colonialidade na sociedade e no cotidiano atual, sua pertinência para desconstruir a neocolonização interna, no apagamento das memórias de maioria na pós-independência. Decifrando Pepetela a partir da ótica da colonialidade e para a contracolonização, inspirando-se pelos diversos estudos pós-coloniais na diáspora, a fim de lermos as relações da história de formação política, social, cultural dos sobreviventes da luta anticolonial do território angolano. O crítico literário Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (2006), propõe que para compreender o texto literário no contexto da sociedade tendo os elementos da história coletiva e individual suas disposições como parte estruturante da narrativa, nunca sozinha e isolada do material estrutural que nos dá suporte. Portanto, desnaturalizar por meio de cosmovisões diferentes para pensar o presente, combatendo opressão a violência simbólica, o trauma e prevenir contra os imaginários coloniais na memória contemporânea do país. Admitir a participação e a inclusão das vozes dos testemunhos de narrativas não convencionais, grafocêntricas, mas a pluralidade da oralitura como espaço de transdisciplinaridade dos estudiosos de literatura, antropologia, estudos culturais para criticar-se a neocolonização, subalternidade, desprezo pelos silenciados do sistema que se investe na corrupção e imposição política do eurocentrismo no país composta por várias nações em uma. A literatura de Pepetela tem sua importância na compreensão sociocultural, política e histórica representada pelo testemunho literário e experiência de sujeitos colonizados. A verdadeira liberdade se efetiva pela equidade cultural, sem imposição e com inclusão e descolonização contra as velhas instituições coloniais.

Palavras-chave: Literatura angolana; violência; colonialidade; testemunho A geração da utopia; memórias traumáticas.

ABSTRACT

The present brings an approach on the aspects of collective and political violence denounced by Pepetela in the novel, narrating his story about decolonization in Angola. Having the corpus *The Generation of Utopia* (2004), of the importance for understanding the process of violence and its memories, going through the perspective of analysis of the colonial mentality through Frantz Fanon in his essays, namely *Pele Negra, máscaras brancas* (2008), *Os condenados da terra [the wretched of the earth]* (2010) and *In defense of the African revolution* (1980). I aim to reflect on the memory of fictional violence and contemporary formation through testimonial and traumatic literature. Among the various theorists who reflect on the issues of memory, violence, coloniality, trauma and testimony are Seligmann-Silva (2003), Luis Kandjimbo (2021), Grada Kilomba (2019), Inocência Mata (2012), Achille Mbembe (2018, 2014a, 2014b) and Maldonado-Torres (2009, 2020), Grosfoguel (2009,2020) and Mignolo (2003), mainly with the views of coloniality present in the literature under analysis. However, the liberation from the Portuguese imperialist yoke in Africa was all done through oppression, domination and subalternity. However, to rethink Angola, we start from violence as an inheritance of coloniality in society and in current daily life, its pertinence to deconstruct the internal neo-colonization, in the erasure of the memories of the post-independence majority. Deciphering Pepetela from the perspective of coloniality and for the counter-colonization, inspired by the various post-colonial studies in the diaspora, to read the relations of the history of political, social, cultural formation of the survivors of the anti-colonial struggle of the Angolan territory. The literary critic Antonio Candido in *Literatura e Society* (2006), proposes that to understand the literary text in the context of society having the elements of collective and individual history their dispositions as a structuring part of the narrative, never alone and isolated from the structural material that gives us support. Therefore, denaturalizing through different worldviews to think the present, combating oppression the symbolic violence, the trauma, and preventing against the colonial imaginaries in the contemporary memory of the country. Admitting the participation and inclusion of the voices of the witnesses of unconventional narratives, grofocentric, but the plurality of the oral reading as a transdisciplinary space of scholars of literature, anthropology, cultural studies to criticize the neocolonization, subalternity, contempt for the silenced of the system that is invested in corruption and political imposition of Eurocentrism in the country composed of several nations in one. Pepetela's literature has its importance in the sociocultural, political, and historical understanding represented by the literary testimony and experience of colonized subjects. True freedom is for cultural equity, without imposition and with inclusion and decolonization against the old colonial institutions.

Keywords: Angolan literature; violence; coloniality; testimony generation of utopia; traumatic memories.

Lista de abreviaturas e siglas

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA- União Nacional da Independência Total de Angola

UPA - União dos povos de Angola

UEA- União dos Escritores Angolanos

AAL- Academia Angolana de Letras

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO 1: MEMÓRIAS COLONIAIS, TESTEMUNHO COLETIVO E A HERANÇA DA VIOLÊNCIA	15
1.1 VIOLÊNCIA NA NARRATIVA E MEMÓRIA COLETIVA	23
1.2 CONCEITOS DE COLONIALIDADE NO ÂMBITO GERAL	29
1.3 A COLONIALIDADE COMO PROCESSO VIOLENTO AOS COLONIZADOS	34
1.4 A COLONIALIDADE PRESENTE NO TEXTO OU NA OBRA	46
1.5 AS RUPTURAS SOCIOPOLÍTICAS NA NARRATIVA: COMO PROCESSO DA UTOPIA	54
CAPÍTULO 2 - A NARRATIVA COMO TESTEMUNHO, ESCREVER O TRAUMA FICCIONALIZADO	70
2.1 A LITERATURA COMO TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA	71
2.2 CONCEITUAR O TESTEMUNHO E O TRAUMA	73
2.3 O TESTEMUNHO DA COLONIALIDADE DE LITERATURA DO TRAUMA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	99

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todos os sujeitos, colonizados e colonizadores, têm alguns resquícios do passado no presente, simulado pelas narrativas ficcionais ou narrativas de caráter ensaístico, apresentando explicitamente ou escondendo a violência. Nós ganhamos consciência da nossa história, da nossa cultura e, quando nos deparamos com a reprodução literária, ao nos afastarmos pela recepção, nos identificamos pela representação. O fato é que, desde a invasão continental e da própria atividade literária com perfil cultural, a história foi construída ou reproduzida violentamente pela simbologia, pela epistemologia e pelos olhares dos leitores que permitem a (re)construção das narrativas, sempre prevalecendo uma visão europeia do que constituiria o sujeito da África, do que ficariam de seus costumes e de como esse indivíduo significaria para a sociedade.

Assim, a partir das violências coloniais herdadas pelas nações utópicas inspiradas pelas culturas dos violentadores, invasores dos territórios e nações, observa-se a transformação dos costumes dos povos oprimidos, sem o reconhecimento ancestral dos seus saberes. Aliás, sem a representação local das culturas, mas com discursos reiterados para o menosprezo do valor de tudo que é nosso, tem-se a ignorância ou a ingenuidade na hospitalidade africana de um lado. De outro, a aceitação de invasores externos sem desconfiança facilitou a imposição cultural, de tal modo brutal e sutil, apropriando-se da maneira de pensar a violência estrutural que se mantém nas atuais nações africanas e angolanas, em particular.

Em *A Geração da Utopia* (2004), narrativa de Pepetela, mostra-se a violência física, cultural e militar na construção da mentalidade guerrilheira, de um lado, tendo-se, ainda, a invisibilidade de vozes guerrilheiras na participação do atual projeto de nação, representadas ou demonstradas. Se buscarmos a concepção de Roland Barthes, em *Aula* (2013, p. 23), perceberemos que o real não é representável, mas apenas demonstrável.

Pepetela (2004) apresenta o país que herdamos marcado pela força invisível do eurocentrismo, sem ser descolonizado pela representação artística ou cultural e política. Contudo, nesta pesquisa, nos valem dos ensaios do pensador, teórico, psiquiatra Frantz Fanon, em *Os condenados da terra* (2010) e *Pele negra, máscaras brancas*

(2008). Nesses ensaios, o pensamento decolonial nos leva a repensar a representação literária efetuada pelo romancista angolano.

Esse não nos parece um trabalho fácil, pois a literatura ficcional é um labirinto a ser decodificado, mas contamos com o auxílio de ensaios literários com diversas perspectivas críticas que nos servirão de fonte para nos direcionar ao oceano da nossa dissertação.

Homi K. Bhabha, numa das passagens de *O local da cultura* (1998, p. 237), escreveu que “o escuro vazio da África, o caos tropical que foi considerado despótico e ingovernável e conseqüentemente merecedor da missão civilizadora”. A partir de Bhabha (1998), percebe-se que não existia sequer a representação positiva da nossa história e nossas comunidades.

Se as comunidades imaginadas, além do conceito no ensaio *As comunidades imaginadas* de Anderson (2008), continuam na imaginação do poder criado durante a prevalência da expansão dos discursos e outros imaginários do século XIX, foram as violências que forjaram essa imaginação ‘homogênia’, a partir da Europa até as comunidades da decisão das potências invasoras: França, Inglaterra, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália. Todos com a única missão da violência civilizadora mascarada pela religião cristã, e conceitos pseudocientíficos em terras desconhecidas ou então fora da Europa.

Conforme Wolfgang Dopcke, no artigo “A vida longa das linhas retas” (1999), pelas fronteiras forjadas, na “Partilha da África entre as potências coloniais europeias” (DOPCKE, 1999, p. 82), estabelece-se um marco da colonialidade e da violência imperial, que estendem suas conseqüências ainda na contemporaneidade africana.

Convém destacar que o nosso objeto do estudo é o romance de Pepetela e seu testemunho narrativo de memórias. O *corpus* é *A Geração da Utopia* (2004), de Pepetela, repleta de representações ficcionais e, sobretudo, as memórias culturais, ancestrais, históricas, políticas e ideológicas de uma Angola que, desde que foi “partilhada” pelos portugueses, vem sofrendo com a violência colonial.

Destaca-se, na pesquisa, o período pós-independência e sua violência sociocultural representados na narrativa, para dela explorar a representação ficcional e repensar os imaginários de outros, que não os colonizadores, e seus impactos históricos como processos interligados, por meio da memória do testemunho

narrativo em que a violência na representação sociopolítica e literária se fazem presentes.

Nesse contexto, partimos do pensamento contra a colonização/decolonial¹ de Frantz Fanon (1968, 2010) e Maldonado-Torres (2020), para ressaltar questões relativas à violência sócio-histórica e cultural na realidade do espaço geográfico. Para, a partir delas, verificarmos como Pepetela constrói, mediante seu próprio testemunho, a realidade social e cultural angolana em *A Geração da Utopia* (2004). Também analisaremos como as personagens são caracterizadas pela memória histórica e sociocultural das vivências ficcionalizadas e recriadas na literatura, empregando, como base teórica o pensamento de Frantz Fanon, explicitado em *Os Condenados da Terra* (2010), texto publicado na primeira edição em 1961, e *Em defesa da revolução africana* (1980).

É interessante comentar que esses ensaios foram pertinentes para o que, posteriormente, se destacou como a tomada de consciência africana, que se evidenciou no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. No romance, por exemplo, percebe-se a influência do pensamento de Fanon sobre a obra de Pepetela, por exemplo, quando encontramos no interior da narrativa o diálogo entre Denise e Malongo. Isso se encontra em um pequeno trecho do narrador que fala: “Adepta do FLN argelino, tinha mesmo chegado a militar num grupo de apoio à independência da Argélia” (PEPETELA, 2004, p. 74).

Esse período, em que decorrem as primeiras revoltas anticoloniais em Angola, é o mesmo contexto que está sendo recriado na narrativa de Pepetela. Observa-se isso quando o narrador faz o seguinte comentário: “[...] por se tratar de ajudar os conterrâneos? E por causa da personalidade do Dr. Arménio, um nacionalista declarado que não cobrava as consultas aos africanos” (PEPETELA, 2004, p.15). A representação da figura do Dr. Arménio funciona como uma memória da consciência sociopolítica dos estudantes africanos e profissionais na condição de colonizados que estudavam nas metrópoles.

¹ O termo decolonial aparecerá, por vezes, devido aos próprios críticos literários, mas nós estaremos usando esse vocábulo no sentido de “contra a colonização” nesta dissertação. Inspirada pelo Aimé Césaire e outros críticos.

A ideia central e o interesse pelo tema desta pesquisa começaram nas histórias e memórias contadas por meus familiares. Nos anos 2014 a 2015, sob os impactos das leituras da militância panafricana, surgiu-nos a consciência de leitor crítico da literatura e política, tendo como marco as leituras de *Os Condenados da Terra* (1968[2010]) e *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1983[2008]), de Frantz Fanon. Por outro lado, é possível ainda citar, como segundo principal motivador, outro momento que também retenho em minha memória, em que havia terminado a monografia: “Frantz Fanon e a consciência nacional na África”, em 2014, e a participação do projeto da iniciação científica, de 2012 a 2014, em que participei de forma superficial na análise e compreensão da representação literária africana, particularmente de Angola, tendo o romancista Pepetela e a obra *A Geração da utopia* (2004) como focos de análise.

Entretanto, a consciência de leitor, jovem, pesquisador, tendo verificado a cultura local, aumentou minha curiosidade sobre a narrativa literária, relacionada com vários aspectos que precisam ser explorados. Esse é um dos motivos para pensar Angola por via da escrita de Pepetela, principalmente após o meu regresso ao país, no final de 2015, com um outro olhar crítico. Estando no país, observava muitas questões sociopolíticas e culturais, bem como o meu vínculo com o olhar da literatura angolana e que, como sujeito, pretendia ler e relacionar com o contexto local. Na verdade, preparava-me para o desafio desta pesquisa.

Depois das primeiras disciplinas do curso Estudos de Linguagens, a minha consciência crítica e autocrítica sobre a própria história, memória da violência, cultura e literatura foram se ampliando e aguçando. Ora me rebelando sobre a bagunça de pensamentos literários, linguísticos e culturais, ora, sob o olhar literário testemunhal, refletindo sobre a representação das memórias, lembranças e marcas da violência, ficcionalizadas pelo escritor africano. Esses são os desafios a serem mostrados nesta dissertação.

Após meu regresso a Angola, e a partir do olhar de Fanon e os estudos da decolonialidade/contra colonização que tenho hoje, observei que há muitas coisas que precisam de exploração mais detalhada e aprofundada. Estudar essa utopia sociocultural local e como sujeito que vive atualmente com uma memória histórica oral, posso compreender, por meio da literatura e sua linguagem ficcional, as sociedades africanas como um todo, e a angolana, em particular. Entendi, então, que explorar o espírito da colonialidade presente em *A Geração da Utopia* (2004), pensando o processo de

descolonização e da presença cultural ancestral na obra de Pepetela, se tornou interessante e necessário. A relevância desse estudo encontra-se dentro da observação social e da dinâmica da vida após a independência do país, perpassando na literatura mediante a ficção e, dessa forma, enxergar a influência do pensamento fanoniano. É válido comentar que o romance traz as violências, as memórias, os sobreviventes e o sofrimento dos guerrilheiros postos na linguagem literária.

A literatura ficcional sobre o colonialismo está sempre presente pelo trauma e memória, conforme a ensaísta Grada Kilomba (2019, p. 223), “o passado agride o presente”. A reflexão é profunda, e a autora enfatiza a história da memória ligada ao passado colonial ao escrever: “Essa sensação de fragmentação coincide com a fragmentação histórica da escravização e do colonialismo. Uma história centrada no drama da desunião, da separação e do isolamento” (KILOMBA, 2019, p. 221).

Artur Pestana Maurício dos Santos², Pepetela, nasceu em Benguela, sudoeste de Angola, em 1941, *bem no contexto da Segunda Guerra Mundial*. Foi militante político, guerrilheiro do Movimento de Libertação de Angola (MPLA) e é exatamente nesse período que o pseudônimo Pepetela surge ao escritor (PEPETELA, 2004, Orelha do livro) (grifos nossos).

O referencial teórico que respalda esta investigação está pautado nos conceitos de memória, violência, colonialidade, testemunho e trauma.

² Artur Pestana, ou Pepetela, foi a Lisboa para frequentar a Universidade em 1958. Vai para Paris em 1962, por razões políticas, e depois para Argélia, onde se licenciou em Sociologia e trabalhou na representação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e no Centro de Estudos Angolanos, que ajudou a criar. Em 1969 foi chamado a participar diretamente na luta de libertação angolana, em Cabinda e onde surge o ‘pseudônimo’ literário ou nome de guerra que é Pepetela. Em 1972 foi transferido para frente Leste de Angola; desempenhou funções militares e educacionais, teve a responsabilidade de participar nos acordos de paz de 1974 com o governo português. Em novembro de 1974, integrou a primeira delegação do MPLA que se fixou em Luanda. Desempenhou funções ou cargo de diretor de departamento de Educação e Cultura, departamento de Orientação política. Em 1975 até à independência de Angola, foi membro do Estado Maior da Frente Centro. Participou na fundação da União dos Escritores Angolanos, onde exerceu funções directivas. Foi professor de Sociologia na Universidade Agostinho Neto. Premiado pelas obras *Mayombe* 1980, prêmio nacional de Literatura atribuído a *Yaka* e o prêmio Camões atribuído a *A Geração da Utopia* em 1997. É autor de mais de vinte 28 livros. A 7ª obra é *A Geração da Utopia*. Nos anos 1980 desligou-se do governo e se dedica à literatura e outras funções. Cf. Orelha do livro *A geração da utopia* (2004). **Fonte:** grupo editorial Nzila, 2004. A editora Nzila já não existe mais, pois venderam-na para a editora portuguesa Leya/Editores, mas criaram outra editora que é Mayamba Editores, conforme informações recebidas pelo amigo de Angola, o Komba, 2021, pelo Whatsapp. A ele, o meu agradecimento sincero. O pseudônimo de Pepetela foi o nome de guerrilheiro durante a guerra anticolonial, e significa “Pestana” na língua Umbundu que é a língua falada em Benguela, onde nasceu o escritor. **Fonte:** <https://www.ueangola.com/bio-quem/item/53-pepetela> acesso em 08/03/22.

Internamente, o texto está subdividido em duas partes. No 1º capítulo, discorre-se sobre as Memórias coloniais, o testemunho e a herança da violência, continuidades e rupturas na sociedade angolana; sinteticamente, fala-se sobre as memórias coloniais na África de forma breve e, depois, acerca das específicas de Angola, presente na narrativa. Abordam-se, ainda, as questões de conceitos da violência, memória individual e coletiva, e a perspectiva de colonialidade; no 2º capítulo, Literatura como testemunho da violência; escreve-se sobre o trauma sociocultural ficcionalizado; discute-se o testemunho do passado coletivo e individual, como trauma. Por fim, as considerações finais como uma paragem da viagem por agora, encerrando com as referências bibliográficas.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS COLONIAIS, TESTEMUNHO COLETIVO E A HERANÇA DA VIOLÊNCIA

'Mono ya vanga ntoyo, nevovakaka yenda kuna wutilua'³

“Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (GRADA KILOMBA, 2019, p. 27).

Memórias coloniais são comuns em todos os povos colonizados e, particularmente, nos continentes que foram explorados pelos europeus. Há histórias de uma perspectiva geral, por exemplo, as memórias históricas de colonização em África representadas em narrativas que não se esgotam, desde o espaço compreendido do Norte ao Sul continental. As memórias coletivas do testemunho da violência foram e são uma realidade histórica dos países colonizados (MBEMBE, 2018).

Maurice Halbwachs, em *A memória coletiva* (1990), conceitua essa memória, afirmando que “[...] Se, por memória histórica, entendemos a sequência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança, não é ela, não são seus os quadros que representam o essencial daquilo que chamamos memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 79). No Conceito de Halbwachs, é definida como memória coletiva, formada a partir das memórias individuais na interação dos sujeitos em sociedade, e pode ser entendida como um sistema organizado de lembranças, cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados. Consideramos válido, apesar de estar limitado ao olhar do ensaísta francês. No caso, a memória coletiva é um grande testemunho coletivo, e, claro, que a literatura a representa, ou seja, a literatura registra o imaginário histórico de forma ficcional e individual para recriar a memória na narrativa, uma memória que pertence, no caso da obra aqui analisada, à coletividade.

³ Dito popular kikongo e comunitário e inclusive musicado pelo Teta Lando – Trazendo mensagem contra o silenciamento do colonizado. É um pássaro mitológico e parte da memória coletiva e comunitária que se atribui a habilidade de indiciar informações ruins na comunidade, ele normalmente aparece nas horas incomuns e traz um significado metafórico de alguém que está sendo silenciado, reprimido, colonizado. Na verdade, ele é censurado, não tem direito a voz. (Nota dos autores desta pesquisa)

Seguindo sobre memória, o mesmo Halbwachs (1990, p. 53) afirma que haveria, "[...] então, memórias individuais e, se o quisermos, memória coletiva. Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memórias". Entende-se, assim, que as memórias coexistem entre si, pois continuando nas visões conceituais do autor:

[...] A memória individual não está inteiramente isolada e fechada, um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio [...] (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Voltando à literatura, as ideias recuperadas pela memória e pela lembrança, como também pelo espaço coletivo social, são entendidas como individuais por serem produzidas por um sujeito, no caso o autor, por meio de uma voz narrativa, como o narrador. Essas ideias, portanto, são transformadas individualmente, mas sua representação é coletiva, conforme se vê em trecho narrativo na voz do narrador: “Será que agora iam chamar para o exército por causa da guerra em Angola? Já tinha saído há dois anos do serviço activo, mas não estava livre de ser recrutado de novo, sobretudo se faltassem efectivos” (PEPETELA, 2004, p. 76). Ou no trecho a seguir:

– Está bem. Cinco minutos e parta depois. O homem levantou-se, apertou-lhe a mão, recebendo o papel com o número do telefone. Caminhou no passo descontraído, aspirando o ar e observando com deleite as flores dos canteiros. Sara estudou então o jardim. Só havia um par de namorados num banco mais ao fundo, totalmente indiferente ao mundo. Deixou correr cinco os minutos, parecendo repousar, mais concentrada na observação dos namorados e no que pudesse passar à volta. Saiu do jardim, voltou pelo lado da rua, viu o par na mesma posição, respirou fundo. Podia ir telefonar na primeira cabina pública, missão cumprida. Sentia-se agora leve e quase alegre. Já tinha distribuído panfletos, feito parte do comité dos estudantes para as manifestações contra o governo no dia dos estudantes, assinado papeis exigindo eleições livres, feito uma palestra contra o colonialismo na casa, e outras acções de menos relevo. Teria certamente contactado militantes clandestinos, mas sem o saber. Esta é a primeira vez que falará a alguém sabendo que o era. Mandava a prudência que esquecesse imediatamente a cara e os modos do comunista. Mas não era possível. Aqueles olhos vivos, a fala quente, o ar afável quase ria. Assim eram os heróis anônimos que arriscavam a vida todos os dias para combater a ditadura. Com o fim de criarem uma outra ainda pior, diria Malongo, o descrente. Também Marta (PEPETELA, 2004, p. 84).

A memória representada na narrativa tem a intenção de busca de uma liberdade territorial e as personagens dos estudantes se envolvem na política descolonial, a fim de colocar fim ao sofrimento das terras e de seus povos que eram colonizados. Na África colonizada, majoritariamente, os sujeitos dos territórios eram invadidos pelos portugueses, nomeadamente os angolanos, os moçambicanos, os guineenses, sendo que os mais abastados desses sujeitos quase sempre iam estudar nas cidades europeias (Lisboa, Coimbra, Paris, Bruxelas, Berlim, entre outras cidades) e, por lá, manifestavam o espírito da consciência africana, aliás, das memórias coloniais na África.

O antropólogo e historiador Tidiane N'Diaye, em *O genocídio ocultado* (2019), aborda a memória histórica e o olhar negativo dos sujeitos cujos territórios foram invadidos ao norte do continente africano. Trata-se de memórias breves, de testemunhos coletivos da violência representada permanentemente na academia de como a dependência eurocêntrica conservadora e não só:

[...] ao mesmo tempo, abriu-se violentamente o debate acerca dos aspectos positivos ou negativos da presença europeia em África. Não há dúvidas acerca da necessidade da recordação histórica e da denúncia de certas calamidades sofridas pelos africanos devido a tal presença. Durante a colonização, estes povos foram explorados e mantidos num estado de sujeição. Para espoliar as riquezas, destruir as culturas, arruinar as tradições, negar a história, as autoridades coloniais europeias massacraram ou martirizaram inúmeros povos africanos (N'DIAYE, 2019, p. 193).

A compreensão histórica dentro de certos círculos procura realçar os aspectos do impacto da invasão colonial nas comunidades africanas. Mesmo que haja, não se pode abster da violência e das imposições que continuam simbolicamente em toda a África. Contemporaneamente, tem sido frequente abordar sob várias perspectivas narrativas históricas e literárias os massacres que os africanos sofreram e sofrem.

No entanto, a perspectiva histórica e memorialista ou literária do intelectual, escritor e ensaísta Achille Mbembe, em *Sair da grande noite* (2014a), sobre as memórias coloniais, traz esta reflexão:

O facto de que se tenha tecido uma relação tão estreita entre a memória e a provação da morte violenta e a sua interiorização explica-se, por um lado, por uma concepção da nação que se converte numa alma e num princípio espiritual é, por outro, pela virtude social e política que a cultura política francesa sempre atribuiu ao cadáver. Os elementos constituintes dessa alma e desse

princípio espiritual residem, em parte, na partilha de um rico legado de memórias (o passado) e, noutra parte, no desejo de viver em conjunto, e na vontade de continuar a defender no presente a herança que se recebeu do passado (MBEMBE, 2014a, p. 132-133).

Conforme Achille Mbembe (2014a), as memórias coloniais em vários povos africanos e contextos locais ainda conservam consigo o opressivo legado de ossadas e cemitérios que estão espalhados nos territórios invadidos pelos colonialistas europeus. As representações literárias, que se entrelaçam nas memórias coletivas violentas dentro das estéticas ficcionais, são marcadas pelas narrativas da colonização africana no geral e, em particular, de Angola.

O romance *A Geração da Utopia* (2004) constrói a representação das memórias e das violências coloniais na/em Angola, conforme se observa no trecho:

[...] Os nacionalistas das colônias para eles são terroristas. Claro que a UPA estragou as coisas com esses ataques sanguinários. Mas... – Isso não impede que a causa da independência seja justa. Estou de acordo contigo, também me chuçou (PEPETELA, 2004, p. 38).

Essa citação reflete como a narrativa de Pepetela demonstra o domínio da situação histórica, mas também a imprecisão no princípio da formação de grupos nacionalistas africanos, ou seja, os estudantes que se mostraram contra a presença de colonizadores, ou seja, dos portugueses que ocupavam os países africanos.

No entanto, a narrativa, de acordo com o trecho acima, demonstra o desenrolar da história na busca da conquista da independência, depois da violência do colonizador e na resposta dos colonizados, concretizando como a causa da autonomia do país, em princípio, como um sonho, o desejo, uma utopia à independência, pois, ao se relatar os ataques sanguinários, como a repressão violenta e suas reticências, se dão até mesmo linguisticamente, na escolha da linguagem.

Entretanto, os sujeitos, que mergulham nos restos das narrativas e nas lembranças sociopolíticas e histórico-culturais de Angola e de outros países, notam a existência de sobreviventes e dos testemunhos de colonialismos, autoritarismos, genocídios contemporâneos. No caso angolano, muitas memórias nunca haviam sido narradas pelas testemunhas dos eventos provocados pela UPA, por exemplo; no entanto, essa, particularmente, deve ser a causa da ruptura histórica de um movimento que se

apropriou delas para manter a credibilidade e hegemonia das memórias heroicas ora representantes das memórias coletivas de violento passado colonial.

A narrativa de Pepetela (2004) demonstra o seu posicionamento parcial da construção e reconstrução das memórias coloniais em Angola, e da representação literária como uma particularidade do escritor. A memória sombria relativa a essa divergência política é fortemente desvalorizada pelos letrados privilegiados, conforme afirma a pesquisadora Luena Nascimento Nunes Pereira, em *Os bakongos de Angola*.

[...] Tal hostilidade, que se deveu inicialmente, à conotação dos regressados como participantes da FNLA- partido inimigo da maioria dos habitantes de Luanda, que apoiava o MPLA-, foi demarcada pela rejeição à introdução de elementos culturais e costumes estranhos à população local (PEREIRA, 2015, p. 51).

Essa é uma das grandes controvérsias na representação sociopolítica e cultural dentro do cenário artístico que leva ao ocultamento das memórias de muitos cidadãos, ora excluídos na história local. Percebe-se esse ocultamento como uma tentativa de ‘memoricídio’⁴ angolano. O ‘memoricídio’ aqui compreendido como tentativa de eliminação da memória histórica e étnica de bakongo. Na sequência, aborda-se essa questão que envolveu violência e provocou milhares de mortos na Sexta-Feira Sangrenta⁵, a memória de povos do norte de Angola.

Sobre as memórias narradas pelas testemunhas, Leonor Arfuch, em *La vida narrada: memória, subjetividade y política* (2018), afirma que

Esa incierta vida que todos llevamos, ese caótico flujo de sensaciones, vivencias, imágenes, memorias, cuya unidad, como tal, no existe por

⁴ Memoricídio pode ser entendido na perspectiva do crítico literário Seligmann-Silva, 2015. Disponível em: https://www.jornalcomercio.com/_conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html> Acesso em: 24 de novembro de 2021. A referência do professor Seligmann-Silva está presente com os trabalhos sobre Memória, trauma e testemunho na literatura ou história.

⁵ Essa história foi o segundo genocídio após a independência de Angola. Gostaria de relatar já que é uma memória quase apagada quer na literatura, quer na história recente de Angola. Pois o partido político Movimento Popular de Libertação de Angola- MPLA, tinha forjado um sentimento antibakongo pela manipulação de alguns populares de Luanda. Essa manipulação que criou então, o sentimento de ódio contra os bakongos, em 1992-1993, a fim de eliminar injustamente ao mataram centenas de bakongos. É quase o memoricídio acontecendo, pois o partido no poder e seus militantes-letrados não narram esse episódio. Alguns sobreviventes bakongos têm recio/ medo que aconteça outra vez. Fonte: Os autores da pesquisa.

fuera del relato. La Idea perturbadora de que la vida solo adquiere una forma en la narración (ARFUCH⁶, 2018, p. 62).

Muitas memórias narradas sobre o colonialismo só aparecem pelos próprios relatos de testemunhos que experienciaram a violência no território invadido. Essas pessoas carregam consigo marcas nos corpos, nas memórias. Essas memórias de sujeitos colonizados são coletivas e vão sendo reescritas pelos literatos e historiadores, alguns representados em movimentos anticoloniais, movimentos de resistência das vidas dos sobreviventes de ambos os lados, entre os colonizadores e os colonizados.

De acordo com os estudos ensaísticos da literatura angolana, realizados pela professora e crítica literária Inocência Mata, em *Laços da memória e outros ensaios sobre literatura angolana* (2006), a nação tem ruínas múltiplas da violência. Essa estudiosa afirma que “o cenário de ruínas da condição angolana, e não apenas de precariedade socioeconômica, inclui também a desorganização da memória, dos espaços e dos afectos” (MATA, 2006, p. 115).

Desde a colonização até a pós-independência, além das narrativas literárias violentas, há outra narrativa quase desconhecida que teve resquícios da violência perpetrada pelo poder que cheira a colonialidade ou neocolonialismo interno, pois está ligada, também, à realidade histórica. Tal afirmação é percebida no trecho do romance em que a voz narradora afirma que: “[...] Já conhecia as ideias da Marta sobre a inelutabilidade dos processos políticos se burocratizarem e acabarem num sistema opressivo criado por eles próprios. Não partilhava esse pessimismo e Anibal também não [...]” (PEPETELA, 2004, p. 124). O sistema opressivo internamente vale-se da história que envolve os outros.

[...] Enquanto o fazia, muito devagar, reteve uma imagem da infância, em Luanda, foi como um clarão, vendo um corpo negro deitado no asfalto a ser espancado por polícias brancos e negros. Não era um ladrão, soube depois, era um jovem trabalhador que refilara com o patrão porque lhe tinha indevidamente descontado três dias de salário. O patrão chamou a polícia, começaram a bater, empurraram-no para a rua, ali continuaram a bater. Ele era muito pequeno, teria cinco anos, e viu o corpo sangrando, deitado no asfalto, e quatro homens a aporriharem-no brutalmente (PEPETELA, 2004, p. 277).

⁶ “Essa vida incerta que todos nós levamos, esse fluxo caótico de sensações, experiências, imagens, memórias, cuja unidade, como tal, não existe fora da narrativa. A ideia inquietante de que a vida só adquire uma forma na narrativa” (ARFUCH⁶, 2018, p. 62, Nossa tradução).

Conforme a citação acima, a narrativa demonstra a presença da violência, por intermédio da brutalidade policial, o abuso de poder é uma realidade fictícia, mas a representação dessa é a própria verossimilhança, que tem reflexo da memória da violência colonial e neocolonial do cotidiano. A cena descrita apresenta também a injustiça, a violência do trabalhador preto/negro que não tinha o direito à reclamação e sofria opressão. Contudo, além da violência de um sistema autoritário, sem respeito ao direito de opinião, isso por si só, era um verdadeiro desrespeito do trabalhador.

Nesse contexto, entende-se a ficção como forma de reavaliar os espaços tratados e como se pode dialogar a partir da história literária, que também é a narrativa histórica. Para o contexto literário e artístico das realidades internas por meio da literatura e sociedade contemporânea, conforme Zilá Bernd, em *A persistência da memória* (2018), algo que sentimos, a representação da narrativa, quer de Pepetela ou não, também traz olhares da colonização e da descolonização como processos violentos bem como a realidade sociocultural e política que envolve as “memórias geracionais”. Ou seja, “A memória cultural está constituída não apenas por dados de arquivos da historiografia tradicional, mas também pela memória contida nos vestígios, no que foi reprimido” (BERND, 2018, p. 22). Ao ler o ensaio de Bernd (2018), as memórias das violências coletivas e históricas nos países invadidos e colonizados pelas potências europeias e bárbaros pela repressão, exclusão política e cultural, são reconstruídas.

Conforme a intelectual afrodescendente Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da plantação* (2019), ao falar do processo colonial alemão, sentimos a presença representacional da violência e do silenciamento dos sujeitos colonizados, das mulheres e dos homens escravizados e violentados durante séculos de exploração e pilhagem simbólicas. E apesar de ela tratar a realidade histórica norte-americana, podemos vincular, ao exemplo do Brasil e do restante da América do Sul, que se apropriaram de muitas riquezas e objetos de valor dos africanos. Artefatos culturais foram levados para os museus eurocêntricos, e essa questão se revela em trechos dos estudos de Mbembe (2018, p. 47): “bombardear e obstruir comunicações eletrônicas, escavar estradas e saquear os símbolos culturais”. Isso é algo pouco mencionado nas literaturas a que temos acesso.

Valentin Mudimbe, em *A invenção da África* (2013), apresenta de forma dialética o contexto dos navegadores portugueses que furtaram os objetos culturais simbólicos: “Os navegadores portugueses trouxeram para a Europa, em finais do século XV, os primeiros feitiços, objetos africanos que supostamente teriam poderes misteriosos” (MUDIMBE, 2013, p. 25). A pilhagem cultural continuou sem o controle dos nativos. A ignorância dos invasores portugueses sobre as artes culturais seguiu no desprezo por tudo o que fosse de origem africana.

Seguindo o intelectual congolês, o entendimento da ideia de feitiço foi mal-empregado e interpretado pelos povos colonizados por meio da ideologia político-religiosa difundida pelos portugueses, pois, para eles, o feitiço faz parte da representação espiritual e artística cultural dos colonizados. Os militares cometiam atrocidades contra os nativos, que ao se declararem mágicos, eram simplesmente mortos, conforme revela Orlando Castro (2021), em artigo publicado no *Jornal Folha 8*⁷. Em “Revolta de Cassanje” (2021), Castro cita a obra de um tenente coronel português, Lopes Antonio Pires Nunes, que esteve na região de Malanje. Esse militar havia elaborado relatório, escrevendo numa das passagens: “Como todos os povos subdesenvolvidos e subalimentados, os povos daqui deixam-se prender por feitiços e por pretensas intervenções milagrosas e sobrenaturais [...]” (NUNES apud CASTRO, 2021, p. 2).

Em nossa percepção, as questões culturais e artísticas mal compreendidas pelos colonizadores forjaram memórias violentas que estabelecemos paralelos com o ensaio da Kilomba (2019) que, desde "*As Memórias de Plantação*" constituíram uma marca da memória diaspórica da escravização de seres humanos, mas também podemos relacionar, a partir da narrativa, referenciando as plantações de Malanje, em Angola.

Tratando da literatura, da narrativa ficcional de Pepetela, estamos perante esses conjuntos de memórias históricas e culturais que estão se reconstruindo mediante representações, lembranças, na voz dos sujeitos de vários locais de Angola, pois em vários espaços houve os silenciamentos de um lado e, de outro, as violências nos espaços. A violência emerge em determinados locais, na narrativa de

⁷ *Jornal folha 8*, um jornal privado e independente em Angola. Na edição de 4 de janeiro de 2021, é abordada a lembrança da “Revolta de Cassanje”. Disponível em <https://jornalf8.net/2021/historias-da-revolta-de-cassange/>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

Pepetela, por exemplo: “[...] Na baixa de Kassanje, antes houve mesmo bombardeamento do avião. Mataram montanhas de camponeses” (PEPETELA, 2004, p. 17). A metáfora da montanha de camponeses é demonstração de milhares de vidas mortas pelos militares e forças colonizadoras, pois está visível na memória coletiva e histórica da Angola e África.

Castro (2021) trouxe informações de um militar, Nunes, que relata esses eventos e o local que é traumático, porque relembra a memória violenta que muitos sobreviventes dos acontecimentos ainda têm daqueles locais traumáticos. O militar português aparece em relato sobre o momento em que ocorreu a baixa de Kassanje, e que, quando o lemos com atenção minuciosa, recordamos que se verteu sangue. Logo, esses espaços são de memórias tristes e sombrias, não só pelas mortes, mas também devido aos restos das ossadas que não foram enterradas, apenas soterradas sobre a terra.

A presença da violência e episódios conhecidos historicamente pelo próprio espaço, que é a baixa de Kassanje, constitui um dos marcos da memória coletiva ou individual, em Angola, e se faz presente na representação da narrativa de Pepetela. A história da memória coletiva, que percebemos na reflexão teórica, também é representada, pelo artista, como parte da necessidade individual, perpetuando-se em forma de narrativa literária.

No entanto, o escritor é parte de um grupo integrante da sociedade e, por meio dela, reproduz os elementos coletivos que, do ponto de vista social, são profundos e historicamente representados pela narrativa. As narrativas criam acontecimentos individuais ou coletivos que são representados nas obras ficcionais ou não, pela inspiração de imaginações (CANDIDO, 2006).

1.1 VIOLÊNCIA NA NARRATIVA E MEMÓRIA COLETIVA

No contexto do romance de Pepetela, *A geração da utopia* (2004), a violência na narrativa e, conseqüentemente, na memória coletiva, ocorre através da representação e da demonstração da força bruta, que os invasores, colonizadores aplicavam aos dominados, que haviam ganhado a coragem para dar um basta naquele sistema colonial

violento que não conseguiam suportar mais. Maurice Halbwachs, em *A memória coletiva* (1990), no capítulo "A memória coletiva e memória histórica", afirma que

[...] não há na memória, vazío absoluto, quero dizer, regiões de nosso passado saídas de nossa memória de sorte que toda imagem que ali projetamos não pode agarrar-se a nenhum elemento de lembrança e descobre uma imaginação pura e simples, ou uma representação histórica que nos permanece exterior. [...] o passado permanece inteiramente dentro da nossa memória. (HALBWACHS, 1990, p. 77)

As representações remetem aos imaginários socioculturais e históricos dos espaços por onde sentimos o peso das nossas memórias, mesmo que sejam por meio das leituras ou memórias vivenciadas, estão sempre presentes em algum lugar de nosso ser, são parte de quem somos e das configurações de nossas vidas. Somos as memórias que carregamos.

Percebemos *A Geração da Utopia* (2004) como narrativa cheia de representações ficcionais e testemunhais da violência coletiva, a partir da leitura do ensaio de Halbwachs (1990). Compreendemos o conjunto de memória individual e coletiva, pois toda “a memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no espaço e no tempo” (HALBWACHS, 1990, p. 86). Contudo, a memória coletiva se recria, tendo os grupos culturais em que se recorda. Entretanto, as limitações são violentas da memória no caso concreto da ficção literária (ou não) são violentados, e a violência dentro das memórias é inegável.

Partindo da própria narrativa de Pepetela, por exemplo, o continente africano e Angola são palco do imaginário presente na ficção, e a representação da memória da violência, por meio de um trecho da obra referida, permite constatar as violências contra as crianças e mulheres: “[...] os bombardeios que estão rasgando as barrigas negras das crianças contra as árvores. Pessoa capturada não tinha escolha: indicava o caminho para a base guerrilheira ou era imediatamente assassinada” (PEPETELA, 2004, p. 138). A própria narrativa enfatiza, por meio da memória dos relatos e dos testemunhos, a dificuldade provocada pela violência; assim, a consequente desumanização, no contexto histórico da narrativa, é de guerra.

Sobressai, na voz narradora, o sofrimento, como “[...] Fome, o frio a morte. Nada há a fazer, o inimigo é demasiado forte, nossos filhos e pais, maridos ousaram desafia-lo, acordaram as cinzas adormecidas dos maus espíritos e lançaram a maldição

sobre nós” (PEPETELA, 2004, p. 138). Essa situação é a forma de desumanização que ficou clara pelo uso do substantivo fome, morte e o adjetivo frio. Na representação das metáforas das cinzas, o bombardeio é sinônimo de destruição, aniquilamento, e dessa maneira, a violência materializa-se na narrativa. A memória coletiva (2004) é a invasão colonial, a violência recriada pela narrativa, conforme afirma Rolando Lima Lins, em *Violência na literatura* (1990). Segundo ele, a violência vê o

[...] meu semelhante como um monstro e lhe dá, em situações limites, a possibilidade de subir os degraus na natureza humana e dignificá-la através de ações extraordinárias. E, assim, inimiga e aliada, combatida e cultivada, um motivo de vergonha e um motivo de orgulho (LINS, 1990, p. 22).

Para os imperialistas, foi motivo de orgulho violentar os outros. Vergonha não sentida. Todavia, em se tratando da invasão colonial, transformou-se em uma verdadeira imposição de cultura, enfatizando a diferença entre aliados e inimigos a serem combatidos. Desse modo, sofrer é ser explorado de forma violenta em nome da bárbara civilização que se romantizou de “descobertas” ocidentais, ou seja, no “segundo milênio, a América e a África, enquanto “descobertas” ocidentais, foram o lugar por excelência do selvagem” (SANTOS, 2010, p. 186). O fato de os exploradores colonizadores invadirem os territórios constituíram-se em atos de violência.

No sentido geral, a violência, conforme Crittiez⁸ (2009, p.13):

[...] no es solo un acto de coerción: también es una pulsión que puede tener como única finalidad su expresión, para satisfacer la ira, el odio o un sentimiento negativo, que tratan de manifestarse. El objetivo no sería coaccionar, sino solo ensuciar, destruir o construirse mediante el pasaje al acto. [...] La violencia implica la existencia de un verdugo y una víctima, no siempre es fácil distinguirlos.

Nesse processo de representação, o carrasco violento pode ser caracterizado pelo colonizador português e a vítima pelas comunidades locais invadidas. No ato da invasão, entretanto, começa um processo de renomeação de substantivo atribuídos: Angola e o adjetivo angolano. Compreendemos que a violência não se

⁸ “[...] não é apenas um ato de coerção: é também um impulso que pode ter como único propósito sua expressão, para satisfazer a raiva, o ódio ou um sentimento negativo, que estão tentando se manifestar. O objetivo não seria coagir, mas apenas sujar, destruir ou construir-se através da passagem para o ato. [...] A violência implica a existência de um verdugo e de uma vítima, e nem sempre é fácil distinguir entre eles” (CRITTIEZ, 2009, p. 13, nossa tradução).

restringe aos aspectos coercivos, físicos ou psicológicos, portanto, renomear é um ato de violência simbólica e cultural. Na perspectiva histórica anterior ao processo colonial, éramos sociedades formadas com civilização, línguas, culturas, deuses, cosmologias, representações artísticas literárias ou ‘oralitura’ como forma de transmissão de conhecimento local. Ou seja, os substantivos próprios, como: *Nzadi*, *Ngola*, a título de exemplo, foram adulterados e renomeados.

Os substantivos acima escritos foram assimilados para Zaire e Angola, respectivamente. Essas denominações são assimiladas como uma violência simbólica dentro da realidade extraliterária, que temos repensado como memória da geração (pós-independência). Infelizmente até esta data, mais do que nunca, a colonialidade interna não consegue desnaturalizar a cultura portuguesa.

Fanon, a propósito da violência colonial, afirma:

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. A linha de corte, a fronteira, é indicada pelas casernas e pelos postos policiais. Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado (FANON, 2010, p. 54).

A violência, no contexto subalternizado e colonizado, marcada pela fragmentação e pelo acompanhamento das forças de segurança era tão forte que, em Angola, havia muitos postos policiais até nas aldeias. Os assimilados ocupavam os cargos de porta-voz e policial, seguindo o que foi referenciado por meio do pensamento de Fanon, assim, a fragmentação do espaço era realidade. A separação entre o centro da cidade urbanizada, aquela em que os colonizadores criaram para si, e a outra desorganizada, aquela que são as periferias, que, em Angola, chamam de musseques. Na era contemporânea, esses musseques contemporânea têm sido um legado colonial para as populações. A presença de policial ou soldado já implica a violência do Estado invasor, mas é de situação tensa, a marca de cinza como no trecho narrativo a seguir:

[...] Decidiu avançar até lá, o dedo o gatilho, os olhos perscrutando a mata. Na véspera tinham ouvido explosões, Tugas podiam estar ali acampados. Hoje é o meu dia, hoje é hoje! O peito doía, pela contracção dos nervos ou pelo galopar louco do coração (PEPETELA, 2004, p. 150).

Da situação que temos resulta a experiência vivida pelo autor, como antigo militar, até a presença de gatilho. O barulho das explosões dos portugueses que,

pejorativamente, são chamados de Tugas, estava esperando por ativistas nacionalistas angolanos. A expressão dentro da narrativa, hoje, em Angola, significa que deve acontecer, infalível, sem falta. Algo inadiável da tensa perseguição entre os militares, dentro da narrativa. Todavia, a desconfiança dos ativistas demonstrava-se nas artimanhas da polícia secreta portuguesa Pide, conforme o trecho narrativo, a seguir:

- Pode ser paranoia. Mas que mexeram nos livros, isso mexeram. E que na casa deve haver informadores da PIDE, também quase certo. E ponho a minha cabeça em baixo dum comboio se o tipo do chapéu não é Pide.

- Sim, é preciso ter cuidado. A malta está na mira, tem de estar.

-No exército vive-se um clima de desconfiança. Todo dia grandes discursos patrióticos, palestras com insistência nos oficiais milicianos etc. Sabem, a grande maioria dos milicianos, tudo malta universitária, é do contra. Uns mais progressistas, outras menos, mas do contra. Ora quem vão ser oficiais para a guerra? Os milicianos, quase não há outros. Daí o carinho com que nos brindam, palestras, discursos, e pides no meio para espiares (PEPETELA, 2004, p. 21).

As memórias da Angola colonial na forma literária, expostas pela narrativa, são complexas, visto que a ficção em si representa eventos/acontecimentos, isto é, o que lemos no trecho acima demonstra como era a violência vivida pelos ex-estudantes que eram alvo de perseguição pela polícia internacional de defesa do estado (PIDE), pertencentes à força colonial Portuguesa que atuava em Lisboa e nos territórios ocupados pelo Estado Português. Diz Achille Mbembe, em *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2018, p. 38): “No passado, com efeito, guerras imperiais tiveram como objetivo destruir os poderes locais, instalando tropas e instituindo novos modelos de controle militar sobre as populações civis”. A representação da demonstração da força era uma prática durante o processo colonial.

Na narrativa ficcional, o artista em si tem objetivo e uma função na criação da obra. Candido (2006) mostra evidências que alguns elementos culturais têm sido utilizados pelos escritores, como é o caso da violência colonial no romance de Pepetela:

Considerada em si, a função social independe da vontade ou da consciência dos autores e consumidores de literatura. Decorre da própria natureza da obra, da sua inserção no universo de valores

culturais e do seu caráter de expressão, coroada pela comunicação. Mas quase sempre, tanto os artistas quanto o público estabelecem certos desígnios conscientes, que passam a formar uma das camadas de significado da obra. O artista quer atingir determinado fim; o auditor ou leitor deseja que ele lhe mostre determinado aspecto da realidade. Todo este lado voluntário da criação e da recepção da obra concorre para uma função específica, menos importante que as outras duas e frequentemente englobada nelas, e que se poderia chamar de função ideológica, — tomado o termo no sentido amplo de um desígnio consciente, que pode ser formulado como ideia, mas que muitas vezes é uma ilusão do autor, desmentida pela estrutura objetiva do que escreveu (CANDIDO, 2006, p. 49).

Como leitores da literatura, apreendemos, de acordo com nossa experiência de vida, os nossos sentimentos e as nossas culturas herdadas como forma da fruição e percepção da estética da narrativa. Todavia, revendo como o artista participa na memória individual e coletiva do povo angolano para despertar a consciência cultural e histórica, pois a obra está nesses meandros. Candido (2006) nos ajuda a enxergar os elementos culturais na narrativa literária junto das memórias tecidas pelo escritor africano.

A representação da memória, que podemos repensar a partir do título da obra de Pepetela, *A Geração da Utopia* (2004), narrada em terceira pessoa, representa a memória sócio-histórica transmitida, coletiva e individualmente:

[...] Veem do enterro ou do campo? Talvez da missa. Ou então vestem assim mesmo, porque são viúvas. Trazem luto por familiares mortos em Angola. Com o levantamento do Norte? Rejeitou a ideia. Não têm morrido tantos como a propaganda oficial proclama. Convém a Salazar criar o clima de histeria colectiva, centenas e centenas de brancos trucidados pelos terroristas, Angola é uma fogueira imensa, temos de defender a pátria e os portugueses. Para Angola em Força! (PEPETELA, 2004, p. 12).

Essa memória faz parte de uma geração que, de um lado, estava sob acusação de serem terroristas e, de outro, precisava resistir aos maus-tratos de agentes coloniais. Aliás, a metáfora de Angola é uma fogueira - culturalmente a fogueira é um espaço de convivência e de memória de transmissão de histórias locais que os mais velhos contam. Em se tratando da narrativa, demonstra tamanha violência, que estava sendo

normalizada pelo regime salazarista. Salazar⁹ foi um líder fascista português que instalou uma ditadura de 40 anos entre 1932-1974. O regime enunciado pela narrativa era sentido pelas colônias ocupadas por Portugal, daí essa referência na memória histórica angolana.

Logo, não podemos considerar a convivência pacífica, mas a própria herança da violência no seu sentido geral. Contudo, Bernd (2018) pondera que:

Memória e transmissão estão intimamente associadas: o processo fragmentário e sempre recomeçado da rememoração encontra seu sentido na transmissão. A transmissão pode se realizar através das narrativas que uma pessoa confia à outra, que uma geração lega à outra, que um escritor transforma em ficção ou que um historiador transforma em História (BERND, 2018, p. 27).

A memória, de acordo com Bernd (2018), é formada pelo processo dividido: há presença de outra pessoa para repassar à outra geração, no próprio romance, esses elementos da memória da colonização. A narrativa de Pepetela (2004) tem o contexto que busca na memória transmitida pela geração entendida por meio de elementos da história de anos anteriores, oriunda da própria juventude na qual o escritor testemunhou o desenrolar dos acontecimentos históricos de Angola.

Fazem parte da memória as histórias ouvidas da oralidade, atendendo à opressão da invasão colonial. Conforme afirma Antonio Candido (2006, p. 15) na passagem extraída de *Literatura e Sociedade*:

Ainda quase exclusivamente dentro da sociologia se situa o quarto tipo, que estuda a posição e a função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade.

A memória é parte dos imaginários sociais e históricos culturais em que o criador da obra literária destaca os aspectos que retrata de acordo com sua intenção. O escritor recria em sua observação social a sua própria experiência vivida.

Nessa perspectiva, podemos ler nas reflexões de Seligmann-Silva, em “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento” (2003), que, na narrativa

⁹ Santos Vilola, numa edição especial de 25 de Abril de 2021 do *Jornal de Angola*, afirma que Antonio de Oliveira Salazar, ditador português, que esteve em frente do “regime fascista de quatro décadas”, o qual terminou com a “Revolução dos cravos em Portugal em 25 de Abril de 1974” (p. 8).

sobre as mortes de familiares e no levantamento do Norte, há indícios de tentativa de esquecimento promovida pelos opressores (governo de Salazar), impondo, de acordo com o narrado, uma espécie de fragmentação na representação.

Na verdade, tratando-se de memória: “Que é fragmentário calcado na experiência individual e da comunidade, no apego a locais simbólicos e não tem como meta a tradução integral do passado” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 65). O norte angolano foi tomado como um símbolo representado pela ficção literária de Pepetela, pois o Norte angolano é o espaço simbólico da representação inicial da violência descolonial ou caminho da busca da liberdade territorial. A própria geração de nacionalistas, guerrilheiros e políticos está representada ficcionalmente também dentro da obra de Pepetela (2004).

De acordo com a teórica alemã Aleida Assmann, em *Espaços da Recordação* (2011, p. 170), a memória se mostra, sobretudo em “metáforas do espaço”, ou seja, que [...] [e]xiste uma ligação inseparável entre memória e espaço”. Logo, a narrativa permite a imaginação simbólica e espacial. Conforme percebemos em um trecho de *A Geração da Utopia*:

Foram os anos de descoberta da terra ausente. E dos seus anseios de mudança. Conversas na Casa dos Estudantes do Império, onde se reunia a juventude vinda da África. Conferências e palestras sobre a realidade das colônias (PEPETELA, 2004, p. 13).

A representação espacial está presente nos substantivos e locais em que se percebe o relacionamento da ficção e da realidade, pois a Casa de Estudantes existiu e está comentada na narrativa como espaço não simplesmente imaginário, mas um espaço de convivência e de partilha memorial da recordação ou da lembrança.

Para se repensar o próprio espaço na imaginação literária e extraliterária, encontramos também a memória “para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos” (ASSMANN, 2011, p. 317). A narrativa é repleta de representação memorialista de sujeitos, de personagens e dos espaços. O camaronês Mbembe (2014a, p. 48) afirma que:

O trabalho da memória é, neste caso, inseparável da reflexão sobre o modo de transformar a destruição física daqueles que perderam e se transformarem em pó numa presença interior. Meditar sobre essa

ausência e sobre os meios de recuperar simbolicamente o que foi destituído consiste, em grande medida, conferir à sepultura toda a sua força subversiva.

Na reflexão, percebe-se que a memória facilita o trabalho de ressignificação do passado, assim como a narrativa ficcionaliza os seres humanos que atribuem à recordação, os imaginários dos locais. Os estudos críticos contemporâneos literários ou não têm evidenciado a recuperação da memória usando a reflexão, sem a subalternidade e a colonialidade. Entretanto, a ideia perpassa pela literatura angolana, por intermédio do escritor, que é o nosso objeto de análise, na perspectiva de contrária ao colonialismo. Constam nessa subalternidade e colonialidade os locais de sujeitos pesquisadores e a hierarquia no bojo da história moderna como sendo o marco da era da exploração e invasões de continentes.

1.2 CONCEITOS DE COLONIALIDADE NO ÂMBITO GERAL

[...] Anibal assentiu, não é o sitio ideal mas é melhor do que este. Mostrava apenas algumas reticências em relação à Marta, essa tua amiga anarquista é capaz de pegar fogo a Lisboa só para queimar os políticos, de direita ou de esquerda. Sara defendeu a amiga, por vezes só os franco-atiradores resolveram as situações, como era o caso no momento, em que as organizações se mostravam demasiado pesadas para agir de improviso. Marta diria, pensou ela sem o expressar em voz alta que as organizações só agiam em proveito próprio, amarradas na sua própria lógica de autodefesa, desprezando os problemas individuais (PEPETELA, 2004, p. 71).

O fragmento acima demonstra que as ideias políticas de direita e de esquerda são avaliadas dentro da narrativa, e optam por não cumprir as regras do jogo político. Dessa forma, as personagens refletem a função das organizações da colonialidade. A colonialidade presente é evidenciada, no diálogo entre as personagens, deixando-nos perceber como a continuidade de poder imperial europeu identificada desde a ficção literária, pela presença ideológica demonstrando-se como algo expandido na cultura política. A presença de organizações internacionais são produtos modernos, assim, entendemos a colonialidade como a influência do espírito e a permanência na forma de pensar e fazer política, e o modo da administração que segue as ideologias coloniais europeias. Conforme Walter Mignolo (2017a) em “Colonialidade o lado mais escuro da modernidade”:

‘A colonialidade’ é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos 1980 e no início dos anos 1990, que ele elaborou em Histórias locais/projetos globais em outras publicações posteriores. [...] a colonialidade foi concebida e explorada por ele como o lado mais escuro da modernidade. Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de “descolonização” (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. (MIGNOLO, 2017a, p. 2)

O entendimento da perspectiva de colonialidade está em sentido amplo, porque vimos representados principalmente os aspectos das lutas de libertação, Guerra Fria. Também o colonialismo é muito significativo na nossa história, literatura e política. Fomos grandes vítimas de Guerra Fria, violência da civilização ocidental até hoje.

Na narrativa de Pepetela (2004), há presença de elementos que são efeitos da Guerra Fria, o contexto em que o despertar das consciências das sociedades sufocadas pelo colonialismo e pela exploração violenta está refletido na representação e aparece ficcionalizado, pois as potências europeias, primeiro, desde o século XVIII, dividiram e criaram fronteiras artificiais na África. Além disso, abriram o comércio global entre eles, pilhando os recursos humanos e os recursos naturais do continente africano.

Contudo, a representação das fronteiras foi a verdadeira violência colonial e eurocêntrica, além de provocar consequências visíveis até hoje. Ademais, desenvolveu-se um modelo eurocêntrico nas divisas entre comunidades com os mesmos hábitos e costumes, colocando as diferenças que causam conflitos na África. Escreve-se, ainda, que a “Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder” a qual é um complexo de relações que se esconde por trás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência (MIGNOLO, 2017b, p.13). Essa violência, desde a ficção [divisão de fronteiras na África] se tornou real, ou seja, a criação de fronteiras artificiais que faz com que ocorram conflitos permanentes entre os mesmos grupos socioculturais (grupos étnicos), é a causa da criação das fronteiras terrestres da qual nenhum africano participou. O processo de construção sociopolítica do território é de matriz colonial baseado na violência, no contexto moderno.

O escritor e ensaísta senegalês Felwine Sarr, em *Afrotopia* (2019), aponta os sentidos da colonialidade africana no sentido geral, quando afirma que:

O tráfico (deportação) transatlântico e o colonialismo foram sinônimos de punção de riquezas e de pessoas, de desestruturação das sociedades, de distorções institucionais, de estupro cultural, de alienação e de condenação das sociedades dominadas a trajetórias pouco virtuosas. [...] A herança colonial, medida em termos do grau de penetração econômica da antiga metrópole, de dependência em relação a ela e de identidade institucional com antiga potência colonial, é um elemento explicativo do fraco desempenho econômico dos países africanos (SARR, 2019, p. 54-55).

Colonialidade, no sentido geral, de acordo com o intelectual africano, é a desestruturação dos países colonizados e imbuídos no imaginário colonial como herança, fazendo com que sintam dificuldade de assumir o controle total de suas riquezas. Porém, separados, sem a participação de nenhum representante, esse ato concebe os princípios da dominação colonial, que também é econômica, política e ideológica. As abordagens críticas e teóricas da América Latina, tendo os dois afrodescendentes, o ensaísta Frantz Fanon, com *Os Condenados da Terra* (1968), *Pele negra, máscaras brancas* (2008), e o poeta e teórico Aimé Césaire com *Discurso sobre o Colonialismo* (1977), são referências nessa perspectiva de debate denominada de estudos contra a colonização, contra a nova colonização embasada pelos pensadores já citados.

Segundo Mignolo,

[...] não existe modernidade sem colonialidade, que a colonialidade do poder subjaz à construção da nação tanto nas histórias locais das nações que conceberam e implementaram projetos globais como nas histórias locais de nações que tiveram de se acomodar a projetos globais que lhes diziam respeito, mas sem sua participação direta (MIGNOLO, 2003, p. 74).

Nesse percurso, nos valeremos da colonialidade e da modernidade, no sentido de estudos teóricos de Mignolo (2003), Césaire (1977) e Fanon (1968/2010) a fim de pensar a obra literária de Pepetela. O poder eurocêntrico tem um percurso na literatura e na política da nação angolana, que está representada em forma de memória coletiva na narrativa, consubstanciando-se na violência herdada e aperfeiçoada, principalmente nos privilegiados, intelectuais ligados à política, cultura e história.

Contudo, a neocolonização ou a colonialidade, dentro da memória imaginária de artista, escritor angolano, mostra, na sua narrativa, resquícios anticoloniais que avançam no aprimoramento crítico sobre a memória do colonialismo, enquanto antigo

nacionalista e guerrilheiro. O narrador de Pepetela, na própria narrativa que denomina de utopia da geração, pensou que

[...] agora o inimigo iria começar o fogo, pois ele já não estava só e seria difícil apanhá-lo vivo. Os guerrilheiros avançaram despreocupadamente e ele fez-lhes com o braço o sinal de perigo. Agacharam-se e progrediram com cautela. Quando chegaram perto dele, o medo sumira, já não estava só (PEPETELA, 2004, p. 151).

Os guerrilheiros que são os partícipes da libertação colonial e os mesmos que ocuparam e reproduziram o modelo ocidental da administração, religião, corrupção, violência também são os que usaram/usam a ideologia da colonialidade nos países africanos. A geração que não tinha medo imprimiu esse sentimento usando os ensinamentos cristãos do século XX. O ensaísta de Porto Rico, Ramón Grosfoguel, em "Para descolonizar os Estudos de economia política e Estudos pós-coloniais, Transmodernidade, pensamento de Fronteira e colonialidade global", traz-nos, de forma abrangente, a ideologia eurocêntrica na expansão da ideia civilizacional impositiva:

Nos últimos 510 anos do 'sistema-mundo patriarcal/ capitalista colonial/ moderno europeu/ euro-americano' passamos do 'cristianiza-te ou dou-te um tiro' do século XVI, para o 'civiliza-te ou dou-te um tiro' do século XIX, para o 'desenvolve-te ou dou-te um tiro' do século XX, para a recente 'neoliberaliza-te ou dou-te um tiro' dos finais do século XX e para o 'democratiza-te ou dou-te um tiro' do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não europeias. A forma liberal da democracia é a única aceita e legitimada. As formas outras de democracias são rejeitadas. Se a população não-europeia não aceita as condições de democracia liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso (GROSFOGUEL, 2009, p. 409).

Contemporaneamente, uma dessas imposições está sendo questionada hoje não apenas em Angola, mas na maioria dos países africanos, que são obrigados a aceitarem os sistemas impostos. Esqueceram-se as monarquias africanas, mas na Europa existem as monarquias, seus reis e rainhas, como forma de representação identitária político-constitucional.

Prosseguindo, Nelson Maldonado-Torres, em "Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas" (2009), ao discutir sobre a geopolítica do conhecimento, defende que a referência eurocêntrica no entendimento conceitual de colonialidade

[...] tem a ver com tempo (moderno) enquanto o outro faz referência ao espaço (expansionismo e controlo das terras). [...] A modernidade implica a colonização do tempo pelo europeu, isto é, criação de estádios históricos que conduziram ao advento da modernidade em solo europeu (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 351).

Convém lembrar que o colonialismo é o processo que ocorre na apropriação cultural e simbólica de um lado e, de outro, a usurpação de territórios e a consequente imposição da civilização que carrega a violência na raiz. A Colonialidade do Poder foi retomada e reafirmada em *Histórias locais/projetos globais* de Mignolo (2003). Segundo Maia e Melo (2020),

[...] trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Partindo desse pressuposto, instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados que persiste vigente mesmo após a descolonização (MAIA; MELO, 2020, p. 2)

Colonialidade pode ser entendida, então, como o percurso histórico dos estudos críticos desenvolvidos na América Latina, sobre o que é chamado de colonialidade, contudo, a perspectiva tem sido usada para outros olhares, não apenas na academia, mas também de movimentos sociais. Mas além desse conceito, os estudos pós-coloniais em África, por exemplo, questionam sobre a subalternidade presente no imaginário dos colonizados. Todavia, os africanistas filósofos, como: Mudimbe (2013), Sarr (2019) e Mbembe (2014ab) têm se posicionado contra a colonização, visto entenderam que ela não somente subjuga, mas ainda cumpre o papel de apagar toda a cultura do colonizado.

No imaginário colonial, consta também o pensamento baseado na ‘raça’ superior que vigorou nas colônias durante a invasão colonial e que se estabeleceu de forma autêntica, considerando-se que, na mesma lógica de espírito racial e de superioridade, denominaram os nativos de indígenas, ou não assimilados. A colonialidade reforça-se pela utopia moderna com o sistema capitalista. Pepetela (2004, p. 226), na narrativa, critica o capitalismo: “[...] Assim, ao menos, poupo-lhes a minha incômoda presença. E poupo-me de vomitar de enjoo vendo tanta comida a estragar-se quando o povo morre de fome [...]”. Essa é claramente uma demonstração da força da colonialidade, na sociedade angolana.

Entretanto, não nos iludimos com as independências ou com as histórias das nossas sociedades que estão numa lógica de dominação, por isso, é cada vez mais importante repensar por meio das narrativas literárias, culturais e históricas, as nossas representações como sujeitos. Sujeitos com consciência crítica sobre a sociedade contemporânea.

1.3 A COLONIALIDADE COMO PROCESSO VIOLENTO AOS COLONIZADOS

A colonialidade com toda a extensão e domínio da organização do pensamento eurocêntrico, caminha com a matriz da imposição religiosa, artística, na qual se vincula na estrutura sociocultural institucional tal como a representação literária ou nos estudos literários. A continuação da colonização, nesse contexto, de acordo com Inocência Mata, em “Para uma geocrítica do eurocentrismo” (2012), traz um panorama da crítica das ideologias estéticas conceitualmente e de representações, nos seguintes termos:

Decorrente de uma missão monocêntrica e exclusivista do conceito de estético, que gera a eurocentricidade de universal e subalterniza a relação entre literatura e sociedade, persiste a ideia que considera ser a incapacidade de a escrita dos países do Terceiro Mundo- os africanos, por exemplo, - se desvincular da realidade, geralmente precárias, uma das suas grandes fragilidades, sem ter em conta que a escrita é, também, uma operação ideológica (MATA, 2012, p.126).

Nesse processo de representação ideológica, a colonialidade simbólica continua, de acordo com Mata (2012), no seu ensaio crítico da cultura literária de estudos pós-coloniais/ anticoloniais. A crítica literária contemporânea tem o desafio de demonstrar as perspectivas fora do eurocentrismo. A pesquisa e a busca da representação cultural e artística fora do centro hegemônico desafiam-nos à imparcialidade que é uma representação retórica que se tornou uma doutrina nos círculos de estudos sobre perspectiva colonial.

A representação de domínio eurocêntrico, nas artes literárias, na economia política e, principalmente, na história, tem sido reproduzida desde os séculos passados em vários discursos acadêmicos e científicos. Contudo, as performances desses discursos históricos, na contemporaneidade, sob os olhares e vontades universalistas,

reproduzem sentimentos simbólicos da usurpação e de desprezos aos outros. Todo esse percurso constituiu, em si, a própria violência da colonialidade:

[...] Mas, em geral, a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial (SANTOS, 2009, p. 29-30).

O ensaísta português denuncia o eurocentrismo e seus modos de atuação no ‘Sul Global’. A reflexão abrange o que referimos sobre a imposição civilizacional e a negação cultural dos colonizados.

A violência simbólica é acompanhada pela cristianização, renomeamento de locais e ressignificados pelos colonizadores. Na verdade, recordamos a História de Angola, que começou com a conversão ou na troca dos nomes para o idioma Português e o aportuguesamento de topônimos próprios dos nativos angolanos, como, também, na proibição de uso de línguas nacionais para o ensino, por exemplo, no desprezo dos cultos ancestrais, no desprezo cultural geral, na continuação da imposição de nomes cristãos, proibição de nomes identitários africanos angolanos, em particular.

A Produção da inferioridade é, assim, crucial para sustentar a noção de descoberta imperial. Para isso, é necessário recorrer a múltiplas estratégias de inferiorização. Neste domínio pode dizer-se que não tem faltado imaginação ao Ocidente. Entre tais estratégias podemos mencionar a guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objecto ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de imposição econômica (tributação, colonialismo, neocolonialismo, e, por último, globalização neoliberal), de imposição política (cruzadas, império, estado colonial, ditadura e, por último, democracia) e de imposição cultural (epistemicídio, missionação, assimilacionismo e, por último, indústrias culturais e cultura de massa) (SANTOS, 2010, p. 182).

Os estudiosos da temática contemporânea que envolve a colonialidade parecem de acordo com a história colonial vinculada à imposição simbólica, e, sobretudo, quando se reflete sobre a questão da violência na colonização, assim como nós, são testemunhas da história da violência ou das suas políticas modernas. Sentimos a

violência nos discursos de inferioridade, dominação por força das armas, imposição de modelos de economia e da produção, como o epistemicídio. A desvalorização de experiências, saberes que não estejam vinculados aos colonizadores, continua a ser recusada. Outro teórico peruano, Anibal Quijano, em *Colonialidade, poder globalização e democracia* (2002), afirma que a violência moderna é construída pela força física ou ideológica que é institucionalizada, para sua justificação na prática contra os espaços territoriais, das memórias coletivas das pessoas/sujeitos.

Todos os teóricos referenciados, independentemente das áreas em que atuam e nos seus espaços ou ‘lugares de fala’, corroboram, assim como nós, com as ideias expostas. E não podemos esquecer que a colonização é uma imposição de formação cultural do pensar e do fazer, ou da construção cultural ideológica. Cesaire (1977), no ensaio *Discurso sobre o colonialismo*, foi um dos primeiros intelectuais não europeu a criticar a violência na cultura europeia, que, entretanto, é sentida até os dias de hoje, para além do sentimento de superioridade que naturalizou durante séculos e da consequente hierarquia de raça. Foi por intermédio dela que a expressão hierarquia racial, social, literária e cultural se impôs.

Conforme Achille Mbembe, em *Necropolítica* (2018), faz análises sobre a violência na situação dos vencidos, os colonizados levando às questões raciais. Para ele, a raça é,

[...] mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato, é sobretudo nesses casos que a seleção das raças, a proibição dos casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram testados pela primeira vez no mundo colonial. [...] A conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. (MEBMBE, 2018, p. 31-32).

As profundas violências no comando ou no sistema da colonialidade não são conhecidas por muitos dominados, devido à naturalização ou à banalização da violência, que está repleta na história, na literatura ou no Direito, ou mesmo nas próprias áreas acadêmicas. Há tantos buracos, crateras da violência na esterilização forçada, extermínios dos colonizados e uso de armas letais e o racismo, e claro, os preconceitos.

Torna-se evidente, então, que a colonização exerceu uma violência indescritível, tendo o desprezo cultural como parte da colonialidade. Como na narrativa literária de Pepetela, ela traz as mazelas, as utopias que foram construídas pela imitação de ideologias políticas e socioculturais:

[...] No século passado, isso foi a causa do fracasso de diferentes tentativas de autonomização. Porque, quando o poder colonial atacava os poderes tradicionais, essa elite saudava as guerras de conquista como portadoras de progresso, porque novos territórios lhe davam mais oportunidades de negócios e de cargos administrativos, sem compreender que assim se estava a enfraquecer a si própria. E depois, neste século, apesar de muita conversa sobre a ligação com o campo, a elite urbana continuou egoisticamente só, considerando-se superior ao resto do país. Daí a chamada divisão do nacionalismo angolano, que acabou por se manifestar nesta guerra civil, que ninguém queria considerar como tal. Não digo que o erro esteja só do nosso lado. Mas éramos os mais conscientes, os mais abertos ao progresso, por isso com mais responsabilidade de dar o passo decisivo para chamar os outros às nossas posições. E quando uma parte de ti próprio exclui a outra, vai acabar por se dividir em sucessivos processos de exclusão. E aconteceu esta lenta agonia de golpes e contragolpes que o Orlando referiu, de exclusões sucessivas dos que pensavam diferentes, a um momento dado, muitas vezes apenas por questões táticas. Se criou a mentalidade da exclusão, da intolerância. O poder de momento não podia aceitar uma diferente da sua, a qual até era capaz de mudar depois, mas sem o admitir e sem voltar a chamar os entretanto excluídos. Nós, os intelectuais, sempre tivemos belas ideias, mas nunca fomos capazes de as defender a sério. E absurdamente criámos um anti-intelectualismo populista que nem nos apercebemos ser suicida (PEPETELA, 340-341).

A geração nacionalista e anticolonial, influenciada pela violência e pela coragem de enfrentar o opressor em território angolano, revisita o passado recente de Angola. São apontados, também, os problemas da imposição colonial, sua violência, os *modus operandi* dos invasores, mas, sobretudo a elite urbana, as divisões dos próprios movimentos ditos nacionalistas, que são grupos regionalistas com inclusão de alguns que desejam a mudança. A reprodução da hipocrisia é alimentada pela ideia de progresso, conforma a exploração de terras, expropriação, pilhagem e desumanização dos nativos (colonizados). O desprezo é a efetivação da implementação cultural e política de submissão ao império.

A representação da narrativa nos motiva a pensar nas violências que reinam nas comunidades locais, construídas pelas ideias colonialistas e com as ambições políticas da elite que se apropriou de tudo um pouco. Entretanto, no mesmo contexto em que a narrativa de Pepetela denuncia a intolerância política, há quem reclama ou não está de acordo com as suas crenças políticas ideológicas ou, antes, era tido como inimigo. É doloroso como a literatura de memórias nesses relatos nos leva à reflexão, e principalmente sobre aqueles que nasceram no período da guerra civil, os que tiveram

alguns direitos à paz violados, direitos de locomoção limitados ou impedidos, num momento em que a opressão era total.

Ainda no contexto da guerra civil, a intolerância da elite burguesa urbana, e da elite intelectual se apoiaram nas ideologias eurocêntricas da Guerra Fria, que patrocinavam as violências com ênfase no conflito das guerras armadas do século XX. Foi justamente naquela guerra que os traumas continuaram atingindo o inconsciente individual e coletivo. Portanto, essa intolerância política, cultural, religiosa, racial, socioeconômica representa a sociedade contemporânea angolana.

Sabe-se, além do mais, que também houve intolerância literária interna, contudo, nem sempre é perceptível dentro da cosmovisão dos escritores partidarizados na Academia Angolana de Letras e na União dos Escritores Angolanos (AAL e UEA), para compreensão extraliterária. Essa crítica se observa na citação acima extraída do romance de Pepetela.

Já o outro lado da violência simbólica ou espacial destaca a divisão entre o centro e a periferia ou musseques que estão em quase todas as cidades angolanas. Obviamente, essa é também uma herança histórica que ultrapassa as imposições hierarquizadas do século XX, que continuam no século XXI. Percebe-se ainda no que Fanon escreveu em *Os condenados da Terra*, como um verdadeiro pesadelo, na medida em que os preconceitos, classificações e extermínios de populações decorre de diversas formas, nas sociedades africanas ou angolanas:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a Medina, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira, morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada (FANON, 2010, p. 55-56).

Ressalta-se o modo como o sistema colonial preparava e determinava os espaços de convivência entre eles, os invasores e os nativos colonizados. Conforme as descrições de Fanon, as dificuldades são enormes, diante da imposição do invasor aos nativos, no próprio espaço físico e geográfico, ou seja, a segregação em Angola, pela

existência dos musseques¹⁰ até hoje. Os musseques continuam firmes como verdadeiras rochas que sofrem, mas não se abalam, seguem intactos, marcando os espaços socioculturais e político-econômicos, pois a vida de musseques não importa a quem detém o privilégio de estar na gestão do país. Isso está presente na narrativa de Pepetela:

Avançou pelo Miramar até ao Sambizanga. [...] Sacana do miúdo, armado em esperto. Logo mudou de pensamento, ao ver as pessoas, sobretudo crianças, que se aglomeravam na lixeira, procurando restos de comida, roupa, ou coisas que pudessem ser vendidas, disputando-as com os ratos e as aves. Essa lixeira antes era pequena e a zona não estava ocupada. Mas com o crescimento da cidade, agora era quase o centro, mesmo lado do bairro diplomático. Quando o vento soprava do Norte, o cheiro pestilento invadia as embaixadas. Uma vergonha. As pessoas se moviam por cima do lixo fumegante, tão sujas como a própria lixeira. E os bairros tinham rodeado a lixeira, para mais perto respirarem os miasmas que dela emanavam. Um médico tinha dito que toda essa população tinha problemas respiratórios (PEPETELA, 2004, p. 332-333).

Pensando imagetivamente a partir do espaço descritivo, consegue-se mergulhar na narrativa de Pepetela, pela maneira como ele recria a representação da capital de Angola, para localizar o distanciamento entre a área ‘nobre burguesa’ e a ‘cidade diplomática’, assim como na casa luxuosa do ex-presidente. Por ser um bairro vizinho do musseque, observava-se com olhar comparativo a pomposa e luxuosa casa de outras moradias defeituosas e sem condições. A narrativa traz esteticamente a desonra dos políticos que ficaram tanto tempo no poder e não conseguiram resolver os problemas socioambientais. O resultado do *apartheid*, como herança colonial e que foi reatualizado pelos nacionalistas, com o poder administrativo, político, econômico, concentram o poder e, ao mesmo tempo, separam os lugares de ‘pobres’ que seguem os ricos.

No que se refere à noção de saúde, a ignorância pode ser repensada a partir do que a narrativa traz desses elementos que podem servir de estética. Somos obrigados, porém, a pensar o lado de consciência no sentido geral e, também, sobre os problemas de consciência ambiental, principalmente com o cuidado com o lixo, e com as consequências neoliberais. Nos bairros pobres (musseques/periferia), por exemplo, nem

¹⁰ Musseque de acordo Pepetela numa das obras: *Predadores*, 2005, afirma sobre o termo que “originalmente significava areia vermelha, mais tarde os bairros periféricos (e pobres) de Luanda” (PEPETELA, 2005, p. 251). Cf. a obra *Predadores*. [In glossário]. Em kikongo Nseke que é distante, algo separado do centro- significa exclusão social ou habitacional. A escrita oficial de acordo com as línguas nacionais angolanas, de origem africana escreve-se com dígrafo SS, mas na narrativa está com c-muceque, em vez de musseque. Nós usaremos na citação conforme a obra, mas nos argumentos, preferimos escrever a segunda opção.

sempre os serviços de limpeza conseguem chegar devido à má urbanização e às más orientações de administrações cujo resultado são mercados em ruelas e construções sem a consciência técnica de cidades que os responsáveis desejariam.

O espírito de sobrevivência da população, depois dos longos anos de guerra aglomera-se ao lado dos chefes, é uma perspectiva viável para um contexto que temos arraigado dentro de nós. A insegurança, no período da guerra, as deslocções involuntárias, bem como a utopia da cidade, ou o imaginário de morar na cidade, não podem ser afastados. Aliás, a concentração política é uma memória coletiva que perdura desde a colonização, visto que, na era colonial, o sinônimo de assimilado era exatamente morar no centro da cidade, porque isso significava segurança. Mbembe evidencia o legado colonial em África com novas zonas:

[...] Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existente; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. [...] o espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. (MBEMBE, 2018, p.38-39)

Os problemas da classificação e da hierarquia, referenciados pelo ensaísta camaronês citado acima, refletem no sentimento e no imaginário social urbano, mas também há essa representação dentro da narrativa que deve ser comentada pela forma estética da produção de elementos literários. Em outras palavras, o que lemos é de extrema pertinência sociológica e antropológica.

Os desafios dos espaços deixados pelos colonizadores e, atualmente, para aqueles que têm o poder de reinventar os paradigmas, desprivilegia o povo angolano. As cidades aglomeram e centralizam a produção econômica e administrativa, por exemplo, na capital, Luanda, considerada como ‘a maior cidade’ do país. Felizmente, isso está representado real e ficcionalmente, mas os problemas do lixo são sérios e o saneamento é precário.

Há falta de planejamento institucional e desordem territorial, há mercado nos becos, ou seja, a questão socioambiental que envolve o lixo pode ser uma figura hiperbolizada na cultura urbana que é parte da inspiração memorial do presente. A linguagem ou o discurso literário é crítica e denunciatória para a real situação social que

envolve o cuidado coletivo e a preservação paisagística do espaço. Essa é a memória do espaço ficcional ou real na cultura socioeconômica de muitas famílias no país, presente na narrativa

O maior mercado de Luanda, o Roque Santeiro. [...] Combatido e depois resignadamente aceite pelas autoridades. Milhares de vendedores se instalavam no chão para venderem legumes, depois também roupa, sapatos, medicamentos, aparelhos domésticos, motos, peças de carros, enfim tudo. O que não se pudesse encontrar nas lojas oficiais aparecia no Roque. As barracas foram sendo montadas e agora havia bares e restaurantes cobertos por folhas de palmeira. O centro de negócio foi progressivamente passando para ali, quase na periferia da cidade, em plena zona do muceque. A desforra do musseque sobre a Baixa colonial (PEPETELA, 2004, p. 333).

A herança colonial do formato da cidade que se pauta pela discriminação/*apartheid* sócio-histórico ou social habitacional, conforme a narrativa do mercado de Roque Santeiro¹¹, empresa que alimentou e ressignificou a economia política ligada ao neoliberalismo e o comércio como fonte de rendimento, foi o grande espaço ocupado por muitas memórias coletivas. Havia de tudo um pouco, naquele mercado, ‘A praça do Roque’, como o chamam em Luanda. A separação dos espaços dos menos assimilados, é visto em Mbembe (2018) e Fanon (2010). Também na própria narrativa, destaca-se que o legado promovido pelos neocolonizadores tem raízes na história social colonial. Ou seja, continua a lógica da divisão espacial, da divisão socioeconômica lado a lado: os ricos de um lado e os pobres do outro, o que é narrado e verificável pela verossimilhança textual da narrativa com uma Angola extraliterária.

Pensamos também no capitalismo implementado na sociedade, porém, sem atualização ou adaptação à realidade sócio-comunitária, visto que a sociedade contemporânea angolana se esforça seguindo um modelo de ‘desenvolvimento’ desigual, no contexto das nações do século XXI (GROSGOUEL, 2009). Essa questão

¹¹ Foi uma novela brasileira que segundo as informações é a rede globo que apresentava <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/roque-santeiro/> acesso em 03/04/2022. As novelas brasileiras tem mantido a colonização cultural das massas, mas que são promovidas pelas televisões do país. No contexto da narrativa é um espaço de memória coletiva, pois o mercado fomentava a economia de muitas famílias. Pessoalmente, conheci o mercado do Roque nos anos 2001-2002, que infelizmente, nos anos 2009-2010 se a memória não engane, foi destruído para o mesmo terreno, escolhido pelos empresários e ‘família de ex- presidente de Angola, que tinha estado no poder por mais de 36 anos’. Foi uma destruição da memória de milhões de cidadãos angolanos e outras nacionalidades africanas e não só. O mercado era uma autentica máquina de economia informal e formal ao mesmo tempo. Enriqueceu muitas pessoas e deixou muitas desgraçadas devido as questões de furtos, roubos, por exemplo, mas em termos culturais havia um espaço de livros raros.

da dificuldade socioeconômica e desigualdades sociais e habitacionais foi destaque em *Magnífica e Miserável Angola* (2015), de Ricardo Soares de Oliveira. Nesse texto, o autor demonstra muitas preocupações sociopolíticas, especialmente no complexo tema da corrupção nas instituições do país. Essa característica de segregação ou da fragmentação é tratada/discutida de forma recorrente além da narrativa, mas também pelos ensaístas, críticos africanos e afrodescendentes, entre outros.

Logo que os espaços são determinados historicamente nos países durante e após a colonização, esses espaços da colonialidade são marcados por fortificações em todos os países invadidos e ora colonizados:

[...] O próprio chão é dividido entre a superfície e o subsolo. A ocupação colonial também é ditada pela própria natureza do terreno e suas variações topográficas (colônias e vales, montanhas e cursos d'água). Assim, o terreno elevado oferece benefícios estratégicos não encontrados nos vales (eficácia da vista, autoproteção, fortificações panópticas que permitem orientar o olhar para múltiplas direções). (MBEMBE, 2018, p. 44)

Convém frisar que o território colonizado era dividido de acordo com o potencial no seu subsolo, ou seja, as terras férteis eram expropriadas pelos colonizadores para agricultura. Já as zonas montanhosas eram utilizadas para instalação de fortalezas de autoproteção e as propriedades retiradas dos nativos eram protegidas, evitando, assim, a reocupação, pois a resistência era reprimida fortemente.

De acordo com a própria narrativa de Pepetela (2004), a divisão entre os brancos e os pretos obedece à mesma lógica da colonialidade. Na perspectiva pós-colonial, Maria Antonieta Antonacci, em “Entre Saberes locais e projetos globais” (2012), destaca como as experiências vividas/sentidas têm a triste memória de subalternidade, especialmente os nativos da América e africanos. Conforme Antonacci (2012, p. 171),

[...] a cultura/ natureza, corpos, saberes, arte/ vida, tradições orais/atividades funcionais constituintes de povos africanos e indígenas das Américas, profanadas e catalogadas como índices de raças e civilizações inferiores atravessaram a modernidade e persistem em traços singulares.

Tal como as divisões acima tratadas por meio da narrativa de Pepetela, partindo da cultura, saberes, arte e vida, Antonacci (2012) revela as tradições orais dos povos nativos das Américas e da África, que têm sido rotuladas como pertencentes a civilizações mal entendidas. Assim como mostra, também, a força cultural do poder

imperial e a colonialidade que hierarquizou simbolicamente os saberes, a cultura, a habitação, a raça e os conhecimentos ora excluídos ou silenciados (GROSFOGUEL, 2009).

Os nativos governados não mais oprimidos pelo colonizador, oficialmente, mas pelas instituições que herdaram as violências culturais do colonizador, reapropriam-se para continuar a administrar com terrores dramáticos na sociedade angolana. Assim, a cultura convive entre africanidade e neocolonização. Contudo, o sistema assimilado enfrenta, contemporaneamente, as diferenças, outrora escondidas na hipocrisia nacionalista, em que a unidade cultural linguística ou política deveria reinar automaticamente, o que foi uma verdadeira ilusão. No entanto, a cultura africana tem sido negada ou incompreendida pelo mundo, havendo uma verdadeira luta para modificar tal situação.

A imposição da colonialidade cultural e a linguística, que até os dias atuais continuam complexas, principalmente para alfabetização, o ensino nas zonas rurais, aldeias, sobretudo, “as línguas nacionais não está apenas na recuperação dos valores perdidos da tradição étnica dos povos colonizados” (SOUSA, 2012, p. 75). Entretanto, muitos continuam com a mentalidade colonial de pensar na hierarquia das línguas, por isso, a elite do país não gosta de abordar esse problema sistematicamente.

Línguas impostas pelo regime colonial foram oficializadas em todos os países africanos e há sempre as querelas do poder da colonialidade em menosprezar, por exemplo, a ‘oralitura’ como uma forma predominante em algumas sociedades africanas. Inocência Mata, no verbete “Literatura”, do *Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala oficial Portuguesa* (2014), afirma que a literatura oral se baseia na “tradição oral, literatura oral, literatura de expressão oral, ou até literatura popular, literatura tradicional e literatura de transmissão oral” (MATA, 2014, p. 229).

São formas de representação que não tiveram apreciação durante a colonização e na colonialidade vigente. Parafraseando Fonseca Souza, em *Etnologia de Angola - entre a pesquisa e o Desenvolvimento de políticas Culturais* (2012), percebe-se que durante décadas de imposição linguística educacional, cultural, nem todos os cidadãos escrevem ou leem a literatura escrita. Não que tudo apareça no romance, mas pensa-se, principalmente, na oralidade presente, como se observa no seguinte trecho narrativo:

[...] Vou tentar explicar-te por vezes também para mim é difícil entender. Quando um tipo corta, corta com tudo e não fica dependente

duma esmola, é essa a tua dúvida. Aceitei essa ilegal, por que não? Há lei para as reformas militares. Não foi por pensar que a ela tinha direito por ter lutado esses anos todos. Toda essa malta que lutou pensa que tem todos os direitos porque lutou. Os privilégios que se inventaram encontram justificação no facto de terem feito apenas a sua obrigação de patriotas. (PEPETELA, 2004, p. 233)

A voz narradora traz como uma das características a oralidade baseada no coletivo sociocultural e histórica, na medida em que os ex-guerrilheiros estão, muitas vezes, sob marginalidade por falta de reconhecimento dos que têm poder político e militar. Esse trecho nos traz a percepção inspirada pela recriação como modo de se exprimirem os sujeitos e as subjetividades.

Ainda sobre a oralidade, Luís Kandjimbo (2021¹²), em “Por uma filosofia da mente: cognição e experiência literária”, destaca a pertinência das línguas na “valorização que permanece na voz oral situada na tradição. [...] Em Angola, o património literário oral é um manancial que ainda está por explorar. Ele existe majoritariamente nas suas formas originais de expressão oral” (KANDJIMBO, 2021, p. 19). Contudo, para serem exploradas, essas formas de representação precisam se desvincular das noções hierárquicas das artes literárias ou produções culturais de cunho colonialistas e precisam ser tratadas sem menosprezo, pois, até as academias nacionais, na maioria das vezes, só validam a literatura escrita. Vale comentar que o ‘grafocentrismo’ é uma herança da colonialidade, nos países africanos, em geral, e, particularmente, em Angola.

Na verdade, as questões sobre as quais Fanon, em *Os condenados da Terra* (1968), apontava, nos anos 1960, a partir da Argélia, aparecem em outros intelectuais angolanos e africanos diaspóricos, quando trazem à tona a reflexão sobre a cultura africana. Reconhece-se a preocupação de alguns africanistas que procuram resistir, evitando o menosprezo da cultura africana, de modo geral, e que não conseguem entender o valor e a civilização da cultura negra. Aliás, a representação literária e histórica sobre a África em si é cheia de imaginários mitológicos (SARR, 2019, MUDIMBE, 2013, FANON, 2010). O espírito engolido pela colonialidade e pela

¹² Artigo publicado no *Jornal de Angola*, Domingo 7 de fevereiro de 2021. Normalmente esse crítico literário angolano publica regularmente alguns ensaios curtos e artigos relativos à cultura literária, literaturas africanas ou filosofia e antropologia.

violência da colonização exerce o esforço de ignorar as entidades culturais locais para manter o poder colonial.

O descaso das entidades culturais, isto é, a invisibilidade e a tentativa de silenciar a cultura local na memória da narrativa surge na voz narradora: “Porque, quando o poder colonial atacava os poderes tradicionais, essa elite saudava as guerras de conquista como portadoras de progresso” (PEPETELA, 2004, p. 340). Esse trecho é a comprovação do espírito da colonialidade, a imposição civilizacional pela invasão colonial, com a elite satisfeita pelo uso da violência. Todavia, a guerra que Angola teve no passado recente está marcada na literatura, na história, na cultura político-social, que é a representação ficcionalizada e representada nos relatos literários.

A representação da percepção do colonizador sobre a justificativa da evolução para os sujeitos que tinham desejos e força anticolonial, desmascara a ideia do progresso imposto. Porém, passa além da imposição, mas revaloriza a cultura, uma civilização diferente dos seus invasores que, pelo contrário, tomava uma consciência revolucionária. Já no texto de Fanon, *Em defesa da revolução africana* (1980), “assiste-se à destruição dos valores culturais, das modalidades de existência” (FANON, 1980, p. 37). Essa é uma questão fundamental para pensarmos nas sociedades contemporâneas, porque as culturas estão sendo repensadas pelos ensaístas e escritores africanos.

Percebe-se, ainda, que há relatos testemunhais de Pepetela, sobretudo, quando ele narra os poderes tradicionais ignorados pelos imperialistas europeus, por si só, as culturas que foram ameaçadas pela coexistência dos opressores colonizadores e dos neocolonizadores (MBEMBE, 2014b).

Podemos afirmar que, tendo como a base teórica pós-colonial e da colonialidade na África, e especificamente em Angola, visto que, por terem sido os colonizadores, foram os portugueses que ensinaram a superioridade de crença, de conhecimentos e da desvalorização de tudo o que é local, o que abrangeu desde alimentação, línguas, rituais culturais e espirituais, como se observa na reflexão a seguir.

Em termos históricos, isto permite ao homem Ocidental [...] representar o seu conhecimento como único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade. Esta estratégia tem sido crucial para os desenhos- ou desígnios – globais do Ocidente. Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/ euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de

conhecimento superior e inferior e consequentemente, de povos superiores e inferiores (GROSGUÉL, 2009, p. 388).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que os sujeitos anticoloniais entendem que a hierarquização das pessoas, seja superior seja inferior, não é humana. Nessa visão eurocêntrica dos séculos passados, não é correto que haja um único espaço da enunciação, pois cada lugar pode desenvolver conhecimentos importantes para determinado grupo ou comunidade. Os lócus, por exemplo, podem ser do Brasil e de Angola, mas continuam as desigualdades baseadas nos fenótipos que dão importância à cor da pele.

As leituras e as experiências conscientes sobre o olhar global de sujeitos, que privilegiam os de pele clara, são notáveis no mercado de emprego ou empresas bancárias. Entretanto, a narrativa, em si, traz a representação de mulato. Como descendentes de europeus, os mulatos têm privilégios como os colonizadores, embora ignorantes sobre as questões africanas, ou seja, tudo que não vem da Europa é também desprezado.

Ao repensar sobre a hierarquia dos conhecimentos locais por meios literários ou ensaísticos, percebe-se que essa ideia de desenvolvimento, produção científica, narrativa, produção cultural, a religiosidade está hierarquizada a crenças sem representações e não se pode comparar à espiritualidade, pois as crenças existem sem desvalorização, aliás, as culturas e os seus fazedores são diferentes. Há diferenças culturais e não precisamos hierarquizar.

1.4 A COLONIALIDADE PRESENTE NA OBRA

O texto narrativo literário é visto como uma representação compreendida pela sua linguagem metafórica, irônica, metaliterária. Em consequência disso, Pepetela (2004) relata, a partir da criação, o modo como os empresários gerem ou adquirem os recursos financeiros. Para esse autor, no contexto narrativo, a elite empresarial é percebida como a cultura da gestão sem harmonia do discurso literário que está sendo narrado com perspectiva anticolonial e crítica, pela voz narradora a representação sociopolítica da corrupção e da elite burguesa.

[...] Agora nadava no meio dos tubarões e recebia grandes postas dos peixes caçados, já não se contentava com uma sardinha. Claro que os assuntos implicavam outros riscos. [...] para esses negócios grandes, os amigos também precisavam ser prudentes, não fossem cair na boca do povo, cambada de ingratos, que tratava todos de corruptos e ladrões. [...] Ele agora é que ia escolher os produtos e as tecnologias que queriam introduzir no país. Pensando acidentalmente naquilo que poderia vender lá fora. Assunto secundário neste momento em que a terra precisava de importar tudo e não produzia nada para exportar. No entanto, era uma situação transitória e ia recenseado o que um dia poderia ser vendido no estrangeiro a preços competitivos. Como as rosas de porcelana, por exemplo. Era ideia antiga, surgida ao ver o negócio da tulipa na Holanda (PEPETELA, 2004, p. 291).

O que se observa na metáfora dos peixes (tubarão e sardinha) é que ela representa os burgueses, principalmente ligados à política no meio de partidos políticos, ou seja, o partido no poder há quatro décadas. Essa representação literária é uma denúncia dessa endêmica corrupção que envolve os partidários de movimentos políticos e outros empresários, que também são militantes de partidos políticos e funcionários de governo. A outra metáfora de rosas de porcelana, ‘tulipa na Holanda’ se referirem àqueles que têm moral no cenário partidário e no governo, o partido-estado em Angola avança com seus diversos negócios.

Os políticos e os empresários que se transformaram em grandes ‘corruptos e ladrões’ estão bem representados no texto literário de Pepetela (2004). A mensagem aponta os que saquearam todo o país, impedindo a concorrência de outros empresários, impediram a diversificação econômica dependendo do petróleo e a exportação de carros de luxo, no meio do lixo. A reflexão do ensaísta português traz uma esclarecedora visão, sobretudo quando aborda a corrupção:

A corrupção penetrou todos os recantos da vida pública, ao ponto de não existir uma dimensão importante das necessidades quotidianas angolanas- Educação, Saúde, Segurança, obtenção de documentos, todos e qualquer contactos com a função pública- que não esteja sujeita ao pagamento de uma gasosa elevada. Não se trata de pagamento simbólico, constituindo antes uma percentagem significativa do rendimento dos angolanos que vivem nos centros urbanos. (OLIVEIRA, 2015, p. 232)

Com esse registro de Oliveira (2015), evidenciam-se, no mesmo contexto como o tema de corrupção se apresenta na narrativa ficcional, as metáforas na denominação de ‘tubarões e das sardinhas’, pois são as hierarquias elitistas na versão do ensaio demonstrando como a cultura da corrupção se instalou em todas as áreas sociais do país e, principalmente, na capital, Luanda, assim como em outras regiões urbanas. Portanto, o discurso literário, nesse caso, está mais próximo do realismo social, econômico e político partidário angolano.

É plausível pensar nos problemas de discursos políticos, econômicos e raciais, dentro da narrativa, como parte integrante na representação compreendida como colonialidade por meio de trecho narrativo de Pepetela:

- Isso sim, cheirava a provocação. O Anibal falou-me dessa ideia. Ele aceitava falar, mas era um disparate. Como vês, pode-se reconhecer o papel histórico de determinado grupo social, positivo ou negativo, sem por isso se tomarem atitudes políticas radicais em relação aos descendentes desse grupo.

- os velhos dizem filho de cobra é cobra. Isso é verdade na natureza, não na sociedade humana.

- Bonita frase, Laurindo. Gostei.

Voltaram a calar- se. Aproximavam-se do Arco do Cego. Sara tinha decidido procurar Malongo, ou no Rialva ou em casa. E Laurindo ia certamente para o Rialva, comentar as suas impressões com os amigos. Já muito perto, Sara não resistiu a disparar a pergunta, e que achas das relações aqui entre brancos e mulatos? Ele foi rápido e frontal.

- Olha, eu percebo pouco dessas coisas. Mas sinto que os mulatos, nem todos, claro, se estão a afastar dos brancos. Exactamente por causa das críticas dessa malta negra mais pró-UPA. Como são acusados de terem feito o jogo dos brancos, agora querem mostrar que não têm nada com os brancos, apenas com os negros. Muitos já esquecem o pai branco, só falam na mãe negra.

- Isso é oportunismo.

- Pois é. Mas está a acontecer. Os brancos também não ajudam muito, com posições como a do Furtado. Enquanto foi para falar ele estava na ponta. Quando é para agir, ele recua. Aí os mulatos dão razão aos

negros, é um argumento forte. E afastam os brancos, mesmo se são amigos deles. Já não se podem apresentar como amigos, apenas como conhecidos (PEPETELA, 2004, p. 41- 42).

A narrativa traz, também, a representação do mulatismo como uma categoria inventada pela colonialidade, visto referir-se à questão hierárquica da pele ou da ‘raça’, como denominado pelos estudos culturais ou literários. A questão da mestiçagem também dá a entender como ela está inserida no mesmo rótulo do pensamento moderno e colonial.

A representação de oportunismo de alguns privilegiados fenotipicamente é a que é abordada, mas também as divisões políticas quando narrados pró-UPA – essa expressão significa aqueles que apoiam a União dos Povos de Angola, um movimento anticolonial anterior aos que vieram depois. Esse é, na verdade, um problema mais profundo que perdura na cultura dos políticos e que provocou a violência sangrenta, chamada de etnocídio de 1993, com o memoricídio da Sexta-Feira Sangrenta¹³.

A própria narrativa, pela linguagem e seu discurso, reproduz o espírito e mentalidade de cunho racial, fragmentado pelo fenótipo e o detalhe da ideologia ocidental de esquerda e de direita. Entretanto, os relacionamentos híbridos ou inter-raciais foram forjados durante a escravidão, com estupros e sequestros na invasão colonial. Porém, são tensos, porque podemos, nesse contexto, realocar o personagem no ensaio teórico e psicológico de Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (2008). Nesse ensaio tratou-se de forma enfática como são os relacionamentos entre preto e branco nas sociedades colonizadas.

Nessa senda, questões raciais surgem com os teóricos da colonialidade, pois eles consideram fundamental para os estudos contemporâneos de perspectiva contra a colonização, principalmente nos ensaios teóricos e culturais. Por exemplo, a recente obra publicada no Brasil, trazendo os pensadores estudiosos da diáspora; a obra com o título *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico* (2020), organizada por Bernardino Costa, Maldonado-Torres & Ramón Grosfoguel, que nos permite refletir muitas questões já referenciadas nas páginas anteriores.

¹³ Um episódio que se silencia e não é tratado pelos escritores/escritoras angolanos/as, uma memória triste na história contemporânea que aconteceu na capital do país, Luanda, em 22 de Janeiro de 1993.

Importa mencionar, contudo, que o ensaio acima analisa profundamente a cultura da modernidade colonial e sua hierarquização racial, que tem sido pensada nas análises contemporâneas e teóricas que destaca cada vez mais o escritor, ensaísta Frantz Fanon, sobretudo no capítulo “Analítica da colonialidade e da decolonialidade”:

Pele Negra é menos um livro sobre sujeitos negros e mais uma narrativa catalizadora com dimensões poéticas, analíticas e performativas, que busca ilustrar a profundidade da colonialidade como um problema e, em contrapartida animar a formação de uma atitude decolonial e gerar a ideia de decolonialidade como um projeto (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 45).

Além dessa reflexão, importa trazer especificamente a perspectiva racial como um pressuposto dentro dos estudos da colonialidade, e ainda questões poéticas ou literárias e performativas que auxiliam na compreensão das análises, na perspectiva teórica inspirada contra a colonização. Isso se constata em “Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada”:

O racismo é um princípio constituído que organiza, a partir da dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e seres superiores (civilizados, hiper-humanizados etc., acima da linha do humano) e outras formas inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (GROSFUGUEL, 2020, p. 59).

A referência de Grosfoguel deixa clara a questão do racismo desde os séculos passados, acompanhando as hierarquias sexuais, religiosas, epistêmicas e distinguindo entre os superiores e inferiores. Repensando, por meio dessa afirmação, é de caráter inerente aos discursos contemporâneos hierárquicos que carregam os preconceitos contra os não europeus, imigrantes, africanos, os Latino-Americanos, os homossexuais, as lésbicas, entre outros marginalizados, em pleno século XXI. A citação nos leva a pensar na narrativa que reproduz as ideias raciais, e ao nos aprofundamos no assunto, chegamos às críticas dos ensaístas afrodiáspóricos.

As identidades e as subjetividades ignoradas no cotidiano contemporâneo mediante a mentalidade colonizada que se embelezaram pela retórica eurocêntrica, afinal, trazem consequências mais profundas encontradas na narrativa de Pepetela, a partir de denúncias sobre a representação da questão racial. A crítica envolve

autorreflexão, memória social coletiva que enfrenta as dificuldades como vítimas das mentiras e armadilhas das jogadas violentas.

A crítica ou autocrítica do movimento político, os burgueses que estavam sendo financiadas pelos ocidentais, tudo isso percebemos na narrativa:

[...] É como esta maldita guerra. Quando uma pessoa está a contar com inimigo e faz um bom plano de defesa, ele não aparece. E cai-nos em cima quando menos esperamos. Maldita guerra! Os que iniciaram abandonaram-na, os outros que se arranjam. Caramba, estou a dizer o mesmo que o povo. Mas é verdade, merda. Ninguém o tenha obrigado se nela participava era por sua vontade. Isto era voluntário. Voluntário ou forçado! A esta obrigação chamamos consciência política, nome bonito para nos enganarmos. Nuns, é para se enganarem; são os idealistas. Noutros, é para enganarem os outros; são os vivaços. Tudo uma aldrabice. Aqui, estou eu, perdido, a sofrer da fome, do frio, sabendo apenas que a salvação está no leste. Uns tantos no exterior utilizam o meu sacrifício e os de tantos outros para chegarem aos países amigos e receberem dinheiro. Desse dinheiro, metade vai para os seus bolsos e dos parentes e amigos. A outra metade para aguentar a guerra. Esta parte destinada à guerra e o capital investido para apresentarem êxitos aos amigos e receberem mais, não é por estarem interessados em libertar o país. Já acreditei na boa fé de toda a gente. Não me levam. A última vez que vim do combater. Se pensam que vou voltar ao interior estão muito enganados. Vão lá eles, os donos da guerra. Vão ver se se pode lutar assim, sem mantimentos, sem povo, com guerrilheiros que fogem ao primeiro tiro. Claro, vão dizer, os guerrilheiros não são corajosos, é porque os responsáveis não os moralizam. Mas como moralizar um homem que se apercebe de todas as injustiças? (PEPETELA, 2004, p. 152-153).

A mistura dos tempos verbais é constante, para deixar o discurso aberto sem a limitação interpretativa. O uso da primeira pessoa na fala dos personagens é clara e representa a política individual e coletiva. Como a narrativa, ela impacta nos sujeitos leitores, rebuscando as memórias da violência causada pelos políticos durante ‘a maldita guerra’. A guerra traz reflexão, mas sobretudo a revolta e a dor pelo sentimento da impotência de inocentes no conjunto da população, na prática da política inspirada pela violência ideológica, pela corrupção e pela ganância da neocolonização interna. Entretanto, a neocolonização pelos mesmos burgueses tem sido contínua na narrativa e fora da literatura, ou seja, na reflexão extraliteratura.

Os burgueses que ficaram com o poder político, tornaram-se neocolonizadores, pois combateram, criticaram os antigos opressores e, hoje, oprimem seus cidadãos. A consciência política não é praticada porque representa o aborrecimento e o cansaço do

personagem/testemunho. O uso de primeira pessoa do plural é demonstração de que o coletivo representado nos movimentos, ou seja, os três ou os dois movimentos anticoloniais, porque há evidência subjetiva da narrativa quanto à participação conjunta na memória, usada, revivida, lembrada, contada, representada.

Além dos comentários sobre o que foi narrado por Pepetela, falamos um pouco mais sobre o que pensamos sobre a influência política e a falsa consciência das elites históricas do partido no poder em Angola¹⁴. Conforme afirma o professor Oliveira (2015), a inspiração partidária da esquerda portuguesa, quando estava se violentando com o apoio de políticos, seus colonizadores e “pais” da metrópole colonial em que se inspiraram, enquanto praticavam a desumanização no processo violento da construção do país. Para o pesquisador português, a burguesia:

[...] partidária política desde o século XIX, seguida de marginalização após a transformação de Angola num território de colonização branca. [...] futuros dirigentes como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara iniciaram a sua formação política de esquerda portuguesa no final na década 1940, tendo sido durante muito tempo influenciado pela cultura do Partido Comunista Português, que na época era ilegal. (OLIVEIRA, 2015, p. 142-143)

A colonialidade e o espírito colonial são revestidos pela esquerda e é isso o que fustiga a cultura política contemporânea angolana. Essa que, no discurso literário, é representada, ironizada e criticada. Uma verdadeira utopia da geração partidária do movimento da libertação de Angola (MPLA), que foi se inspirar na política daqueles que estavam expulsando, mas com superficialidade, visto que, na realidade, recebia apoios indiretos e a influência política da esquerda comunista portuguesa. Os assimilados que se tornaram a burguesia é que estão na continuidade do legado dos seus avós portugueses.

A narrativa é repleta de um discurso reflexivo sobre a História de que participam a burguesia, os assimilados, os privilegiados. Entre eles estão os políticos-empresários, os escritores que fazem parte da união dos escritores e que têm amigos e parentes no governo. Essa mesma burguesia que se tornou capitalista traficando por meio do dinheiro retirados dos cofres públicos, apropriando-se também dos negócios, sem a concorrência, desconfigurando o próprio capitalismo e convertendo-se em modelo das

¹⁴ O partido no poder em Angola desde 1975 é o Movimento popular da Libertação de Angola- MPLA.

injustiças. Contudo, explicita-se na narrativa de forma crítica e ficou bem representada, sobretudo nas questões políticas que envolvem a burguesia

[...] Mas não será o tal enxugamento radical que alguns prometem. Porque não é possível, porque estamos num país subdesenvolvido, onde ou o Estado faz algumas coisas ou ninguém faz. O caso do ensino é exemplar. A moda agora é o discurso sobre o ensino privado. Todos os políticos descobriram de repente que a solução mágica do problema da falta de escolas e professores é o privado. Afinal quantas escolas vão abrir com capitais privados? São milhares que se precisam? Nada. [...] E os nossos empresários pensam só no imediato, são empresários primitivos, na fase da acumulação primitiva do capital. Os raros empresários com espírito criador, que poderíamos considerar como fazendo parte de uma burguesia nacional, não podem atender a todas as encomendas. [...] Alguns empresários dinâmicos e com visão de futuro não fazem uma burguesia nacional. Num país sem burguesia nacional, ou o Estado assegura alguns serviços ou então é o vazio. Facilmente ocupado pelos estrangeiros. Por isso esse discurso ultra-liberalista não é só teórico nem inocente (PEPETELA, 2004, p. 295-296).

A citação demonstra o quão o autor é observador e analista. Nela a situação de empresários e políticos misturam-se e acusam a incapacidade do Estado em garantir a educação para todos. Entretanto, os mesmos funcionários públicos, os generais e os políticos que participam do executivo têm instituições de ensino privado. Esses funcionários com cargos podem ser: ministros, diretores nacionais que, muitas vezes, criam normas para as escolas públicas, mas gerem as escolas privadas. É interessante lembrar que, atualmente, há mais colégios e escolas superiores privados do que estatais.

Durante a explosão do neoliberalismo nos 1992, 1993 até os anos 2002, havia o ensino privado de um lado, e, do outro, o sonho de “desenvolvimento”, como parte de um desejo nacional a ser desenvolvido. Nesse sentido, é pertinente o autoquestionamento do discurso de desenvolvimento e subdesenvolvimento para que não se constitua uma imposição eurocentrista ou imperialista velada sob o nome de globalização. Todavia, o Ocidente junto com os seus representantes nos governos locais, impõe indiretamente os modelos políticos, ou seja, ‘democracias’ como uma representação considerada universal, seguindo a lógica eurocêntrica.

[...] A universalidade abstrata sobre o domínio mundial concreto. E como essa inteligibilidade conceitualmente manipulada, inferiorizavam tanto em discursos científicos quanto leigos, os espaços, povos e culturas das colônias e apontavam a sua necessidade de evolução em amplos sentidos. Hoje, essa inclinação persiste nos olhares, práticas e representações que permitem a continuidade da dominação e manutenção de determinadas hegemonias e hierarquias,

mesmo que de forma sutil, inteligível, naturalizada ou compartilhada por todos. (ABDALA JUNIOR, 2012, p. 80)

As representações literárias, por exemplo, trazem nomes de personagens, em sua maioria, portugueses, com exceção de alguns nomes que se aproximam das culturas angolanas ou africanas. Há uma ideia hegemônica cultural que reina subliminarmente nos sujeitos aculturados e assimilados pela cultura eurocêntrica.

O modelo educacional nos colégios, representado pela narrativa, fez emergir uma matriz curricular ocidentalizada, reproduzindo-se na hierarquia epistêmica, na própria cosmovisão cultural do sentimento como simples imitação eurocêntrica. No entanto, a educação é mais alienante que emancipatória, pois o machismo, o patriarcalismo, a homofobia, o racismo continuam fortes, sem estarem vinculados aos manuais didáticos, por exemplo, lembrando que a educação é base para a descolonização e a autonomia ideológica, epistêmica e literária.

Dá-se, portanto, relevância ao romance *A Geração da utopia*, de Pepetela (2004), que narra a violência de forma direta e contextual, e o quanto foi determinante o trabalho do próprio homem, guerrilheiro, político, tomando o partido político e a ideologia como guias de orientação do percurso que se tornaria utópico na sua atual governação de Angola.

Diante do contexto que a narrativa denomina de revolução como um lema da geração também chamada de nacionalistas ou combatentes e grandes idealistas, os movimentos causados pelas ideologias da guerra fria, mostram-se anticoloniais. É evidente como foi aplicada a ideologia eurocêntrica política de marxista, socialista, capitalista, democracias alheias e impostas, como revelam os personagens de Pepetela:

[...] A tal revolução que tem a frente não vai ser como ele imagina. Nunca nenhuma é como os sonhos dos sonhadores. É um sonhador apesar de toda a sua linguagem rigorosa de comunista. Acaba por ter ideias mais libertárias que as minhas, que ele chamava de anarquista. As revoluções são para libertar e libertam quando têm sucesso. [...] E tornam-se cadáveres putrefactos que os ditos revolucionários carregam às costas toda a vida (PEPETELA, 2004, p. 124).

O sonho é uma metáfora e um direito de todo sujeito. O sonho é sinônimo da liberdade ou busca da autonomia de qualquer ser vivente, de sujeitos marginalizados/subalternizados ou colonizados. A Linguagem literária da narrativa

representa o desejo que se tornou utopia, uma verdadeira fantasia de ponto de vista psicológico, sociopoliticamente. O comunismo é uma loucura que não serve para a dita nação da hipocrisia. As libertações são/foram sonhos inacabados, pois os sujeitos se tornaram verdadeiros defuntos, mortos e podres. É o peso que carregam na memória: o peso da colonialidade real do sonho moderno e utópico.

Há uma reflexão do camaronês Mbembe (2014a, p. 59) sobre o despertar da “consciência de si, apropriando-se subjetivamente do seu eu”. Essa consciência subjetiva não é praticada, pelo contrário, como a situação sociopolítica que se apresenta no romance ficcional de Pepetela, ela pode ser entendida na perspectiva de neocolonização, como se observa no excerto:

- Isso de utopia é verdade costume pensar que a nossa geração se devia chamar a geração da utopia. Tu, eu, o Laurindo, o Vitor antes, para só falar dos que conheceste. Mas tantos outros, vindos antes ou depois, todos nós a um momento dado éramos puros e queríamos fazer coisa diferente. Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos, o paraíso dos cristãos, em suma. A um momento dado, mesmo que muito breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no povo e lutando por ele. E depois... Tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder (PEPETELA, 2004, p. 226).

O uso da primeira pessoa da voz narrativa e da segunda pessoa discursivas demonstra a consciência e a participação nos acontecimentos que estão sendo narrados. Nesse caso, é autoficção, o próprio narrador participa da história, e da realidade entre os jovens que, na época, participaram. A representação que compartilha a responsabilidade coletiva tem consciência da história, e o arrependimento ou a cumplicidade é percebida na narrativa. Essa chamada de atenção é dirigida aos companheiros do movimento nacionalista anticolonial e dele surgiram às burguesias, aos assimilados que se tornariam os carrascos contemporâneos.

As personagens denunciam de modo artístico a traição dos nacionalistas que expulsaram simbolicamente o domínio colonial, mas que assumiram o poder e se tornaram utópicos. Eles, os antigos guerrilheiros, se tornaram “egoístas” depois de “chegarem ao poder”. E, hoje, cheira mal, como qualquer corpo em putrefação. Dela só resta um discurso vazio (PEPETELA, 2004, p. 226). Essa, na nossa compreensão, é a continuação colonial ou colonialidade, constituída, entretanto, pela partidarização das

instituições do país. Em outro sentido, a imitação da utopia da ideia moderna é capitalista, sendo a narrativa extremamente crítica à cultura que impera em Angola.

Essa complexa situação já tinha sido analisada em *Condenados da terra* (1968[2010]), de Fanon. Na verdade, podemos afirmar que o que está narrado no romance demonstra claramente o pensamento eurocêntrico da colonialidade na política, na sociedade e que se tornou a utopia cultural da exploração e da traição de valores puros, antes da invasão, e a imposição cultural assim como o menosprezo dos saberes ancestrais e locais.

1.5 RUPTURAS SOCIOPOLÍTICAS NA NARRATIVA

As consequências da assimilação de valores civilizacionais incorporados na massa coletiva, de jovens dentro da narrativa, demonstram a responsabilidade e as traições ideológicas. Os políticos, antigos militares nacionalistas, são os novos burgueses envolvidos no erário público. A narrativa encontra-se sociologicamente engajada na política desconstrutiva e, afinal, o pensamento da juventude do século XX é a nossa representação para os idealismos de mudança. Talvez seja com outros olhares, mas questionar os valores vendidos, tais como, liberdade, justiça social, igualdade, são perspectivas provenientes da colonização, nacionalismo traidor, hipocrisia ideológica, pois não existe no modelo capitalista eurocêntrico, a igualdade. Nesse sentido, o jornalista, jurista e antigo militar do MPLA registra, na sua redação de dia 04 de fevereiro sobre a História, que “A verdade dói, mas liberta-nos das mentiras” (TONET, ¹⁵2021).

[...] Nunca se pode falar de negócios sem se acabar na política, pensou ele. Por muito que se queira, é inevitável. Até eu mesmo, que nunca me quis molhar, acabo por me envolver nestas conversas, se quero fazer negócios. Mas são bem mais interessantes do que aquelas da juventude, em que todos queriam mudar o Mundo e só discutiam

¹⁵ William Tonet diretor do jornal *folha 8 Angola*, na dia da efeméride de 4 de fevereiro de 2021. Disponível em: < <https://jornalf8.net/2021/a-verdade-doi-mas-liberta-nos-da-mentira/> > Acesso em: 04 de fevereiro de 2021. A propósito desta redação há certa apropriação histórica de uma história contada e oficializada pelo partido que está no poder e impõe nacionalmente a visão histórica dos acontecimentos do passado. Sobre *Apropriação cultural*, consulte-se William Rodney (2020). Mas também provoca o esquecimento de certas memórias ou memoricídio como o apagamento da memória dos acontecimentos sobre um povo.

coisas abstractas, como liberdade, igualdade, justiça social. Então era uma chatice, vinham sempre com palavras que ninguém entendia, mais-valia, exploração, luta aqui, revolução ali. Agora é melhor, trata-se sempre de como enganar o outro ou Estado, para se enriquecer mais depressa (PEPETELA, 2004, p. 302-303).

Como os políticos, no contexto literário aqui representado, não passam de mentirosos, corruptos, eles falam coisas que a sociedade não entende, tentando subverter a vontade de uma população toda em favor próprio. O fato de eles terem herdado o poder permite que continuem a mentir pela história. Entre os próprios nacionalistas dos três movimentos que constituíram um museu de diversos significados, há rupturas e uma reinterpretação polissêmica da memória coletiva e individual, quer na ficção quer na narrativa histórica ensaística.

Sobre a ruptura, na perspectiva histórica que Fanon (1980, p. 127) defendia, da continuidade do sistema colonial dentro dos países africanos, esse autor demonstra que a “libertação é a condenação à morte do sistema colonial, desde a preeminência da língua do opressor”. Fanon (2010) pontua que essa dependência e o espírito do colonizador continuam na elite perpetuando o sistema neocolonial que os assimilados reproduzem. Essa mesma dependência é a que constatamos na narrativa de Pepetela (2004). O processo violento da sociedade angolana, então ficcionalizado pela narrativa, demonstra as dificuldades vividas pelos personagens dentro da floresta, como se nota no excerto a seguir:

[...] Começa a seguir as suas pegadas, mas acaba por perdê-las, pois atravessou um bocado de terreno duro. O pânico começa a mostrar a cabeça. Está no meio duma chana imensa, cujas margens apenas se adivinham, e o sol lhe serve para nada. Volta atrás e tenta cortar para o sítio onde ouvira o ruído. É uma baixa da chana, onde com certeza há água, por isso o terreno não mostra pegadas. Ajoelha-se pega o punhal. Cava um pouco e a água barrenta brota (PEPETELA, 2004, p. 144).

Aqui o discurso indireto predomina na narrativa, linguagens híbridas, que são frequentes na representação, caminham na metáfora da natureza simbólica e no espaço de recordação dos anos de guerrilha nas matas do Moxico, leste de Angola, fronteira com a Zâmbia. A narrativa transita entre memória histórica, testemunho, sobreviventes e espaços geográficos. Há ainda uma forte crítica política dos seus companheiros de luta na diegese narrativa. Nessa, as personagens são os ex-estudantes que passaram de guerrilheiros anticoloniais e alguns, após a conquista da independência, tornaram-se

empresários, como acontece na cena fora da literatura, no contexto da realidade econômica e política angolana.

Entretanto, esse é o foco narrativo que consideramos como os verdadeiros utópicos, devido às contradições da geração, em referência no título do romance. As personagens, fora da ficção, conforme o comportamento dos funcionários do governo devem ser transparentes. São, entretanto, indisciplinados, de acordo com a narrativa, caracterizando-se pelo mau comportamento, pela gestão dos bens públicos para todos os cidadãos angolanos. Além de má gestão, há também a cultura de oportunismo no funcionamento do partido-estado, sendo o espírito monopartidário que se reflete na representação, a vergonha da colonialidade social e política desse modelo discriminatório, que se construiu no país nas últimas décadas.

Nesse contexto, surgiu também a bajulação/adulação, partidária e sociocultural.

- Muita gente terá tendência a fazer o seguinte raciocínio: que quando era ministro favorecia determinadas firmas estrangeiras e por isso, mantém boas relações de negócios com elas, partindo mesmo dum capital criado pelas comissões que recebeu enquanto estava no Governo. Todas as especulações serão possíveis.

- Já me convenci duma coisa- disse Mundial, mostrando discretamente a Malongo o copo vazio. – As pessoas falam de qualquer maneira (PEPETELA, 2004, p. 302).

A narrativa traz duas questões fundamentais de comportamento de gestores públicos e partidários que facilitam a corrupção, existindo como uma cultura dentro do país. A outra questão é a falta de integridade das pessoas que gerem a coisa pública, ou seja, o tráfico de influência é uma das características nesse discurso literário com a cara do realismo sociopolítico. Os representantes ou membros do governo nas sociedades hipócritas desenvolvem esses comportamentos reprováveis na alternância do sistema do ponto de vista político. O contexto narrativo continua na linha crítica na perspectiva política dos que estão no governo, a dramatizar, sacrificar o povo com a participação de algumas firmas estrangeiras, uma política sem a consciência coletiva e sem o respeito do seu passado.

Ricardo Soares Oliveira, em *Magnífica e Miserável Angola* (2015), aborda os temas que envolvem a política, a cultura, a vida econômica e os dramas da guerra, tal como outros assuntos do partido-estado.

Contudo, os recursos angolanos e a promessa que representam não podem ser separados da trágica herança do país em matéria de exploração, intervenção estrangeira e de sofrimento ininterrupto. Angola foi, primeiramente, desfigurada por duzentos e cinquenta anos de comércio transatlântico de escravos que deixaram marcas profundas na cultura do Estado e da sociedade. Mais tarde, o colonialismo branco constituiu um entrave à formação de uma burguesia africana forte, travou toda e qualquer participação numa política pluralista e adiou até muito tarde, o desenvolvimento. A experiência afro-estalinista vivida nas cidades, no período pós-colonial, encontrou correspondência na ordem tirânica imposta nas zonas rebeldes, ambas eivadas de um envolvimento externo na guerra civil (OLIVEIRA, 2015, p. 23-24).

As mentalidades da imitação ideológica fomentada após a II Guerra Mundial recuam na memória histórica. A herança da violência perpetrada pelos traficantes de seres humanos, para serem explorados e desenvolverem as economias dos países que hoje são considerados economicamente fortes, foi feita com as inteligências, experiência, técnica angolana, africana durante a escravidão. Após esses contextos, as riquezas que são exploradas não se refletem na vida da população, pois os lucros e os valores excedentes vão diretamente para os oligarcas. Ainda assim, compreende-se o desprivilegio do povo angolano que está vivendo na esperança da extração desses recursos.

A narrativa nos leva a refletir sobre como os projetos pós-coloniais faliram. Críticos como Fanon (2010) e Mbembe (2014a, b) enfatizaram que o resultado da imitação eurocêntrica artística, literária ou as ideias políticas não servem para as atuais sociedades, ou para comunidades plurais na África. A demarcação espacial entre ricos e pobres como partes dos contextos são encontradas nessas sociedades e seus povos privilegiados são donos dos empreendimentos. Os sem privilégios admiram e contemplam a elite econômica para alimentar os desejos de consumo e de mentalidade colonial enquanto sobrevivem, aplaudem aqueles que os maltratam, mesmo adiando a esperança de uma sociedade menos desigual.

As desigualdades são tratadas e aparecem as questões internas do partido e o modo como a sociedade angolana é representada na narrativa e, sobretudo, os preconceitos políticos. Na verdade, era dessa ironia da desgraça da imaginação das cidades que a elite econômica e política sente saudade, conforme o que a voz narradora afirma:

[...] Que adianta pensar no trópico? Tropical é um cinema de Luanda. Como tropic é uma loja de Brazzaville. E tropicana um cabaré de Bucareste, de Berlim, ou sei lá de onde... Estou me borrando para o trópico de câncer. Câncer. O pavilhão dos cancerosos. Quem sabe, eu também? Marilu não leu, dizia que Soljenitsyne eram um reaccionário e não perdia tempo com merdas. Marilu e os preconceituosos obtusos, onde estaria ela, onde estariam os seus preconceitos? Marilu não entraria num Partido, não por preconceitos, era toda feita para um Partido, incapaz de viver sem preconceitos, mas o seu comportamento pessoal impedia-a: tinha criado o preconceito que qualquer Partido não aceita. Marilu... Merda, estou me borrando para Marilu, quero é saber qual a direcção a tomar. Que falta me faz agora um mapa com todas as direcções, como as do Metro na Europa. Lá estou eu a pensar na Europa, no meio desta África desgraçada. Tão perdida como eu (PEPETELA, 2004, p. 145).

A narrativa traz o discurso irônico sobre a realidade de cinema do país e, também, com muitas vozes ao mesmo tempo, por isso, é polifônica. Primeiro, a representação nos coloca na distopia, como um lugar das cidades referenciadas no texto acima. É uma viagem sem sair do lugar de autoritários, segundo a utopia do sonho da geração 1960 a 1990. Todavia, o sonho não se tornou real. Logo, é uma fantasia da imaginação dos personagens que guardam memórias das cidades africanas e europeias. As cidades europeias são as antigas metrópoles dos colonizados (FANON, 2010) e ainda são admiradas pelos colonizados.

Contudo, faz-se a crítica da alienação e da dependência colonial, a África desgraçada a pensar nas alternativas para caminhar de forma autônoma. Essa autonomia, porém, continua no sonho, pois o poder político que é criticado na narrativa não tem perspectiva de mudança, falta vontade de mudar o sistema imposto. Como afirma Grosfoguel (2020), o neocolonialismo interno impede a mudança pragmática. A consciência política sociocultural não pode ser parceira daqueles que oprimem, sequestram e que têm o controle das instituições do Estado, pois assim criam alianças que prejudicam a população nos centros urbanos e regiões do interior que dependem das instituições que não funcionam para o bem-comum.

A representação política na narrativa também é vivenciada e denominada Partido-estado. Essa é a lógica muito próxima ou mesmo presente e não apenas ficcionalizada, pois a relação entre a sociedade civil e os partidos políticos na oposição são reféns da elite governante, preconceituosa e autoritária, conforme demonstra a citação de Oliveira (2015):

As relações entre o partido-estado e a sociedade urbana a que há muito preside com especial incidência nas estratégias de cooptação das forças sociais que considera importantes (a comunicação social, as organizações da Sociedade civil e associações profissionais, a oposição, e, mais genericamente, a camada da população culta e instruída), assim como os limites deste processo. [...] o verdadeiro processo de expansão do MPLA assenta na consolidação, muitas vezes com mão de ferro, da autoridade do Estado, na cooptação das elites locais e na eliminação de rivais, na extracção violenta de recursos e na garantia de uma supremacia eleitoral de longo prazo (OLIVEIRA, 2015, p. 140).

Esse texto ensaístico se enquadra na memória literária e sociocultural daqueles que são sobreviventes da violência dramática que gera essas representações aos leitores que convivem com a verossimilhança/realidade sociopolítica encontrada no romance de Pepetela (2004). Assim, a cooptação dos intelectuais, o silenciamento daqueles que não adotam a bajulação são postos à margem e sofrem as diversas perseguições.

Na verdade, ficam num beco sem saída, ou então no exílio consigo mesmo, ou no trabalho artístico, no sentido geral, emigrar é um exílio involuntário. São rupturas vivenciadas que testemunhamos de forma cotidiana. O contexto autoritário imposto pelo partido-estado não aceita que as "verdades" sejam representadas pelas artes musicais, artistas performáticos, literárias entre outras. Uma forte representação de resistência é tida como afronta aos poderes instituídos pelos nacionalistas do século XX, conforme pontua Pepetela:

[...] Mas ele aceitara vir para a luta, sem grande resistência. Estava farto de discutir revoluções nos cafés com africanos e latino-americanos, revoluções falhadas à nascença. Estava farto dos comitês europeus de apoio às lutas do Terceiro Mundo, mais revolucionários que os próprios, exigiam moral de seminário e se escandalizavam com a libertinagem dos africanos. Como os padres europeus em África, o mesmo tipo de gente, só que mais rota e suja. [...] censuravam-no por prostituição. Não era nada, apenas ajuda mútua. [...] os tipos dos comitês também reprovavam o pouco empenho em particular no trabalho dos sempre iguais boletins de informação, inventando sucessos no Terceiro Mundo e provando por A e por B que a Revolução Mundial era para amanhã. Queriam-no metido nas lutas ideológicas deles, dando peso moral dum filho legítimo de África às querelas sobre as vírgulas de um programa político qualquer. Cruzou pró-chineses, pró-soviéticos, pró-guevaristas, trotskistas, situacionistas, pró-albaneses, titistas-cogestionistas, anarquistas, contra-todistas, posadistas, socialistas utópicos, africano-socialistas, euro-comunistas, numa lista de intolerâncias que nunca mais findava (PEPETELA, 2004, p. 147-148).

A narrativa apropria-se e se junta a um rótulo às chamadas visões políticas ideológicas eurocêntricas que são imitadas por africanos que se denominaram socialistas africanos. Os planos da revolução do século passado, no contexto mundial, foram inspiradores para os movimentos armados, nacionalistas com a influência eurocêntrica, que não permitia as verdadeiras reformas, pois as ideologias têm os seus mentores e acompanham a eficácia na aplicação.

Mas por que os conflitos civis armados não acabam? A África continua colonizada pela economia e pela política, um drama para a geração contemporânea, que precisa repensar e aprender pelo passado violento dos chefes responsáveis dos conflitos e das guerras armadas. As representações acima descritas servem para desvendar e quantificar o que reina na mentalidade da colonialidade do poder.

De acordo com Roberto Reis (1992, p. 69), todo

[...] saber é produzido a partir de determinadas condições históricas e ideológicas que constituem o solo do qual esse saber emerge. Toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder.

Pelos contextos sócio-históricos, percebe-se o que a narrativa representa para nós. A crítica ou as denúncias feitas ficcionalmente ajudam na reflexão sobre a realidade contemporânea da colonialidade ligada à marginalização das comunidades, sob o véu das imposições internas neocoloniais. Em *Os Condenados da Terra*, Fanon (2010) pensava nas organizações políticas durante o processo descolonial, ao afirmar que: os “partidos políticos, as elites intelectuais ou comerciantes” e o engajamento contra a colonização não foram terminados pelos sujeitos considerados de nacionalistas. Por isso, também a narrativa de Pepetela (2004) faz muitas críticas e autocríticas.

Dos partidos políticos e das elites assimiladas surgem o pensamento subalterno da visão dependente do entendimento de contexto do século XX. Os sujeitos subalternos não se limitaram a pensar e a recriar as teorias que chegaram ao que chamaram de “[...] colonialidade do poder inserida no Estado-nação após a descolonização, seja na América Latina do século 19 ou na África e na Ásia na segunda metade do século 20” (MIGNOLO, 2003, p. 421).

O século XX, para a África, foi de muita resistência anticolonial. Entretanto, algumas memórias caracterizavam o passado; as guerras, os genocídios, a

descolonização e a guerra civil em que há violência entre os próprios angolanos. Além da guerra civil, as ditaduras disfarçadas em democracia ou monopartidarismo, consoante a memória coletiva dentro da colonialidade, estão presentes na narrativa.

Trinta anos.

Na vida duma pessoa, dá para fazer bué de filhos. Ter um curso, uma vida estabilizada. Para um jogador de futebol, é quase fim da carreira. Para a guerra então, é tempo demais. Durante os últimos anos que na Europa, foi muito chateado com a eterna pergunta, mas quando é que acabam com essa guerra? Também ele tinha vontade de fazer a pergunta a quem de direito, e chegara a fazê-la, mas aí era diferente. Não admitia é que os europeus lhe viessem com lições. Tiveram uma guerra que até chamou Guerra dos Trinta Anos. E uma outra dos Cem Anos, devia ser recorde mundial. Não viessem por isso armar em professores de pacifismo só porque desde a hecatombe de meados do século não tinham uma guerra a sério na Europa. Aprenderam mas é a fazê-las longe de casa, quem se lixa é o quintal do outro. E havia países europeus, hoje considerados de segunda classe porque atirados lá para os orientes, que estavam mortinhos por estraçalhar em conflitos caseiros. Não, os europeus não tinham lições a dar a ninguém, até porque os trinta anos de guerra em grande parte (na maior) tinham sido provocados por eles (PEPETELA, 2004, p. 289).

Trinta anos na vida de uma pessoa, no senso comum, é a fase em que a maturidade, talvez, esteja mais equilibrada. Também foram trinta anos que Angola contabiliza e está na memória dos longos anos de violência, que o escritor vivenciou e sobreviveu. Pode se realizar, então, a metade dos sonhos, os desejos dos primeiros anos da vida, essa é a metáfora dos trinta anos. Essa foi, para o país, a experiência para transformar e não repetir a violência e a garantia da representação/autonomia cultural e política.

A complexidade da narrativa e a realidade sociopolítica são puramente labirínticas, pois há polissemia que não limita uma única leitura/interpretação, é o contexto narrativo a ser compreendido. Polissêmico também quando narra que os europeus não têm lições de moral para ensinar a paz, pois muitos conflitos e guerras foram criadas por eles mesmos na Europa e na África, especificamente, através das ideologias e da venda de armamentos aos amantes de poder, os que ambicionam o poder pela força das armas. O discurso da narrativa vem tirar a hipocrisia em si do eurocentrismo que comanda muitas missões de paz, mas a memória universal do mundo

nunca esqueceu a violência da civilização, dos acontecimentos dos judeus, na Alemanha, e as duas grandes Guerras Mundiais.

A crítica política, no contexto da Guerra Fria, é realizada por muitos estudiosos como Mbembe e Fanon, por exemplo, mas, principalmente o segundo demonstra que a Europa não poderia ser o modelo do mundo colonizado, pois a sua história é recheada com sangue (FANON, 2010).

Entretanto, a questão política de permanência no poder em Angola no mesmo partido MPLA, tem conhecimento político do ex-partido, cuja narrativa Pepetela vem criticando. O discurso crítico tem razão de ser, porque a história angolana registra um partido há meio século no poder de controle, que se transformou em partido-estado. Aliás, conforme anteriormente referenciado pelo pesquisador português, tem as artimanhas de amor ao poder e, na narrativa, ele reflete bem com personagens ficcionalizados que fizeram parte do partido que critica.

[...] – Nesta terra sabe-se tudo. Sempre se soube. Quando havia partido único e o Comitê Central reunia, não se sabia logo todas as decisões? O mujimbo faz parte da nossa cultura política, a maior parte da política se fez sempre com mujimbos. E há especialistas, os manipuladores do mujimbo. Hoje mais do que nunca se manipula o mujimbo para sujar o nome dos responsáveis, com invenções sobre corrupção, por exemplo. E isso faz estragos, tremendos estragos. [...] – Bem, acho que esse perigo não existe. Há sempre gente disposta arriscar ficar com a má fama para toda a vida, nem que seja por um dia de poder. O poder atrai mais que o sol. O problema é que quando se cria um regime de secretismo, a resposta da sociedade só pode ser pelo mujimbo. E pode haver injustiças, pagam os justos pelos pecadores. Mas que há pecadores, isso é inegável (PEPETELA, 2004, p. 299).

O mujimbo é uma metáfora para pensar a política. Pela sociolinguagem, os mujimbos são boatos, zum-zum. Pode-se também interpretar como bajuladores políticos¹⁶. Essa expressão tem origem nas línguas africanas faladas em Angola, por exemplo, o kimbundu e o kikongo, tchokwe que *jimbu*, mosca/mosquito, ou seja, a notícia que sai de boca em boca, levando a mensagem. O sentido original primeiro é a notícia e, com a evolução social, ganhou outra conotação como se observa na representação de Pepetela (2004). A metáfora funciona como um meio de ironizar a política dos políticos que falam, falam, mas não resolvem nada, e tampouco respeitam

¹⁶ Essa expressão é comum para os angolanos. Ela significa aqueles que são ‘puxa-saco’. Aduladores - ... são puxa-sacos, bajuladores, lisonjeadores, subservientes.

os cidadãos e os seus discursos nos comícios. Os políticos não podem continuar a gritar, discursando simplesmente. De acordo com as fontes orais, essa representação tem sido usada popularmente para alertar aqueles que falam, prometendo coisas sem cumprir. Seria uma chamada de atenção aos políticos de Angola.

Outro problema é o significado da expressão ‘maka’. Na ruptura é a que, dentro da história recente, aponta alguns manipuladores da história coletiva ao oficializar alguns fatos que tiveram a participação do movimento político MPLA, e que descarta outras participações de movimentos anticoloniais. É exatamente isso que percebemos ao ler o trecho ensaístico:

Basta espreitar para debaixo do tapete para encontrar tensões idênticas e feridas ainda por sarar, assim como o desconforto do MPLA em relação à narrativa nacional. A sua visão do mundo continua a ser, indubitavelmente, a de um movimento político iliberal. (OLIVEIRA, 2015, p.153)

A narrativa de Pepetela (2004) não chegou exatamente nesse ponto, pois é complexa, até mesmo para o próprio escritor. É parte da visão do partido, reconhecendo como sendo o ex-militante do MPLA com direito de ficcionalizar para sair da polêmica, e que, talvez, tenha evitado a passagem pela censura do sistema político. Da mesma forma, reluta ao escrever sobre o memoricídio da Sexta-Feira Sangrenta, de 1993, que massacrrou muitos cidadãos pertencentes ao grupo sociolinguístico dos bakongos.

Seguindo o que consideramos maka, retomamos um dos pontos iniciados sobre o protagonismo interno entre os partidos políticos e os antigos combatentes das três forças anticoloniais: FNLA, MPLA e UNITA¹⁷. Ou seja, a apropriação da história quando o “governo criou comissões para celebrar heróis nacionais e a luta pela libertação nacional” (OLIVEIRA, 2015, p.154). Parafraseia-se, assim, o professor português que afirma que ninguém ousa contar a narrativa sem estar no bojo do que o partido no poder considera história oficial. Ou seja, de acordo com Oliveira (2015, p. 154),

É preciso ter cuidado com os que matam as suas vacas sagradas. A este respeito, refira-se o exemplo, seguinte. Christine Messiant, que terá sido a mais importante observadora de Angola até a sua morte, em 2006, foi silenciada num evento realizado em Luanda, 1997, por ter tido a ousadia de sugerir que o MPLA fora criado em 1960 (mantendo uma organização muito deficiente até 1962), contrariando,

¹⁷ O significado dessas siglas: FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola, UNITA- União Nacional da Independência Total de Angola.

assim, a versão oficial do partido, que aponta o ano de 1956 como data da sua fundação. A explicação para isto está no facto de o MPLA não atribuir o crédito devido à outra importante organização nacionalista da época a UPA/FNLA, enquanto propulsora da política anticolonial ou desencadeadora da guerra de libertação, em 1961. [...]

No princípio da narrativa de Pepetela, há algumas reticências no episódio relatado, considerando-se que a nossa compreensão partiu exatamente do protagonismo ao outro movimento e ainda há um desdobramento da ruptura política interna da história. Nesse sentido, vale retomar Pereira (2015), pelas pesquisas recentes que demonstram que o partido no poder desde a independência impôs uma cultura de exaltação a uma história oficial, que não contempla a memória coletiva dos vários povos que coabitam no espaço chamado Angola, mesmo que tenham participado de acontecimentos importantes socio-historicamente.

Afirma-se que “durante todo o período de regime único, as questões étnica e regional foram tabus. Qualquer menção ao “fator étnico” era tratada pelo Estado/partido como “tribalismo” reacionário, contrário à nação angolana e ao projeto modernizador e socializante que se procurou implantar” (PEREIRA, 2015, p. 48-49). Nessa perspectiva, a memória coletiva foi apagada, ‘memoricídio’, também pelos acontecimentos de 27 de maio de 1977. Silenciaram-se vozes contrárias ao sistema forjando no uso da violência, a utopia da identidade ou angolanidade que, na verdade, não existe. As inimizades partidárias provocaram atos de intolerância e etnocídio em 1993:

A Sexta-Feira Sangrenta, ocorrida em 22 de janeiro de 1993 e os acontecimentos dela decorrentes configuraram um período dramático, no qual as estratégias étnicas de afirmação se chocaram com as instituições políticas formais, como nos debates havidos na Assembleia Nacional (PEREIRA, 2015, p. 145-146).

O drama de um lado e a memoricídio de outro, a violência silenciosa aos bakongos para não se identificarem após os massacres continuaram trazendo consequências na geração sobrevivente dos bakongo em Luanda. Na memória desses acontecimentos, há um terror psicológico dos sobreviventes que, pelo medo, não conseguem narrar os episódios ou quando se tenta escrever, não o faz abertamente. O drama desses episódios constitui um dos aspectos da violência estatal sobre um grupo que é ligado aos seus valores ancestrais e protagonismo social e histórico na revolução angolana.

O etnocídio, seguindo o sentido atribuído pelo ensaísta indiano, Arjun Appadurai, em *O medo ao pequeno número: ensaio sobre geografia da raiva* (2009), traz a perspectiva da violência contra os grupos étnicos, um etnocídio que pode ser causado pelas intolerâncias e sentimentos de raiva, ou imposição sociocultural. Nas palavras do ensaísta, entende-se que:

A incerteza social pode impulsionar projetos de limpeza étnica. [...] Essa espécie de incerteza está intimamente ligada à realidade de que os atuais grupos étnicos contam-se às centenas de milhares e de que movimentos, misturas, estilos culturais e representações na mídia criam profundas dúvidas sobre quem exatamente faz parte de “nós” e quem está entre “eles” (APPADURAI, 2009, p. 15).

O que permanece na dramática memória são resultados de projetos políticos, ideia de nacionalismo e protagonismo heroico não bem-sucedidos, criando, depois, demonizações e representações negativas contra o outro grupo étnico que deu os primeiros passos revolucionários na luta anticolonial. A ideia de pertencimento de nós e eles foi determinante no ódio semeado na representação midiática negativa sobre os bakongos.

Na narrativa, essa heteroindução da representação sociocultural, conforme Lima (1981), caracteriza a memória forjada e oficializada que se encontra nos discursos literários, por exemplo, pela voz narradora de Pepetela, no trecho extraído:

[...] Vão mandar-me. Mas o que me escreveu diz para avisar a malta sobre a UPA, é um movimento tribalista do Norte e racista ainda por cima. Nada se bom vem daí. Para já, o Mário e o Viriato são conhecidos, dois grandes intelectuais, oferecem muito mais garantias de seriedade (PEPETELA, 2004, p. 22).

A narrativa confirma a forma como é tratado o movimento que deu as primeiras impressões internacionais da luta anticolonial que a UPA teve a coragem de começar, mas a apropriação histórica do movimento Popular da Libertação de Angola e o falso protagonismo de único movimento continua a ser o grande empecilho memorial da reconciliação, diversidade étnica nacional, e reconhecer os outros como heróis merecedores de espaços memoriais em todo o território. Os assimilados, os novos burgueses forjam uma falsa unidade de angolanidade, desprivilegiando os costumes, valores e línguas africanas angolanas impondo o regime constitucional imitado no antigo colonizador sem respeito aos direitos locais.

A mensagem extraliterária nos desafia a pensar as rupturas no bojo da história do ressentimento ou querer aparecer na comunidade internacional como sendo os únicos heróis a serem reconhecidos. Assim como sobre a disputa de protagonismo no meio de alguns antigos políticos que criticam a manipulação da própria história e a memória interna como uma hipocrisia.

A esse propósito há apropriação sociocultural e histórica repleta de máscaras brancas, conforme nos legou Fanon (2008). Entretanto, a antropóloga brasileira Luena Nascimento Nunes Pereira considera que a “manipulação da história tende a sugerir uma teleologia, na qual a demonstração de um mal histórico impingido a um povo leva à exigência de repará-lo para favorecimento de seus descendentes” (PEREIRA, 2015, p. 146). Essas rupturas são diversas, do ponto de vista da História de Angola. Contudo, na narrativa literária em que estão representadas as imaginações da elite no poder, que levou ao que a pesquisadora considerou como “a permanência dos “kimbundos” no poder, a marginalização política dos bakongos é uma suposta rivalidade secular entre os dois grupos” (PEREIRA, 2015, p.146). O poder cultural do colonizador português forçou a assimilação na população, mas não foi efetiva ao grupo sociocultural dos bakongos.

O fator principal de isolamento da região bakongo como um todo foi mesmo a escassa presença do poder colonial. Dos três principais grupos etnolinguísticos de Angola, o bakongo, até 1961, apresentava a menor taxa de assimilação e o menor número de escolas e postos de saúde”, *assim como a pilhagem dos seus recursos naturais (o petróleo) sem a dignidade da região em termos de retorno dos bens que são explorados* (PEREIRA, 2015, p. 72, grifo nosso).

Contudo, a partir de nossos olhares empíricos, há as contradições ou rivalidades, bem como as desigualdades socioeconômicas que são criações de colonialidade assimilada com o apetrechamento do veneno dos políticos que foram se inspirar em Portugal, Estados Unidos, África do Sul e China, e que participaram na imitação de esquerda e direita, que os partidos foram plagiar.

Na narrativa, como fundadores do MPLA, as personagens Mário e Viriato são representadas como responsáveis de melhor ‘garantia’ e confiança. É assim que a mentalidade de apropriação histórica e política avança em Angola, desmerecendo alguns e elevando outros. Não há garantias de melhores políticos, pois a História mostrou que somos sobreviventes da violência da colonialidade e da falsa civilização

bárbara que desumaniza e desvaloriza as particularidades, como as línguas, os rituais ancestrais e a forma como a política cultural está implementada, sem o respeito às comunidades, às suas memórias e às valências ignoradas.

Entretanto, podemos repensar as rupturas de rituais culturais, sobretudo, nas questões ancestrais da nossa percepção pré-colonial, já que na religião e nas cosmogonias e cosmovisões das culturas de cada povo do mundo há diferenças ou semelhanças. Claro, para os angolanos, há certas perguntas e respostas sobre o universo que foram sendo apagadas ou silenciadas, do ponto de vista de cosmogonia que se explica no fragmento a seguir:

[...] Nunca tentei, não era necessário. Pergunto-me se desta vez... Uma cosmogonia é importante, toda a religião tem as suas respostas a essas perguntas sobre o espaço e o universo. Provavelmente é onde mais têm errado, porque a ciência ao avançar mostra as incongruências das diferentes respostas. A religião de Dominus está centrada no Homem, na felicidade do Homem. Mas o Homem será mesmo o único ser pensante do universo? Há tantos sintomas de que não o é... Tenho de decidir se isto é um problema radical, para o invocar ou não (PEPETELA, 2004, p. 320).

Está claro que o discurso narrativo se envolve na complexa cosmogonia como parte de cada realidade sociocultural e cosmovisão do material e imaterial, na perspectiva representativa. Seria Dominus uma metáfora para representar o poder colonial simbólico? Ou o poder dos mestres ou então aqueles que gerem e manipulam os crentes no contexto contemporâneo? A narrativa traz indício discursivo para tal representação que, de antemão, está incorporada aos valores cristãos eurocêntricos, negando os valores ancestrais que fazem parte do direito de cada sujeito que procura reviver as possibilidades das identidades espirituais com as memórias dos antepassados.

A crítica à religião Dominus que é a metáfora para se referir aos pastores das igrejas, mestres da retórica e da polissemia, mantém-se no discurso literário:

– Se quiseres arranjar um arquitecto, OK, não há maka. Apesar de achar que é preciso, Dominus não ia deixar cair o seu templo. – Vai te lixar! Tu mesmo dizes que Dominus não intervém nas coisas, é como Nzambi (PEPETELA, 2004, p. 336-337).

A narrativa nesse trecho representa o quanto está híbrida entre a cultura da crença em *N'zambi*, como anterior à invasão religiosa colonialista, que o autor chama de

Dominus – Deus ou outra entidade representante da religião. Contudo, essa denominação pode ser um mestre, nas línguas latinas ou romanas.

Para o dominus¹⁸ que aparece, ele é mestre considerando-se a cultura europeia, tendo o berço na cultura romana. É simbólico da cultura religiosa colonialista, nas culturas e sociedades angolanas. Sente-se a ironia nessa parte da linguagem mista e religiosa, porque os títulos são dados de acordo com cada cultura.

Todavia, nessas questões religiosas em que os estudos pós-coloniais são tratados pelas diferenças culturais, o crítico literário norte-americano Edward Said (2011, p. 50) afirma que a cultura é poder.

À medida que o século XX se aproxima de seu fim, cresce em quase todo o mundo uma consciência das linhas culturais, as divisões e diferenças que não só nos permitem diferenciar as culturas, como também nos habilitam a ver até que ponto as culturas são estruturas de autoridade e participação criadas pelos homens, benévolas no que abrangem, incorporam e validam, menos benévolas no que excluem e rebaixam.

As cosmogonias narradas pelo romance podem ser compreendidas como formas culturais de cada povo e a narrativa sobre as questões religiosas nos colocam numa hibridização cultural, resultado dos contatos interculturais.

As rupturas são complexas na narrativa na medida em que a descolonialidade atua nas instituições, pois muitos pesquisadores, na literatura ou na crítica, na cultura ou apenas em pesquisas com temáticas antropológicas, sociais e políticas, bem como na história, sofreram uma influência do colonialismo:

A cultura, que é arrancada do passado para ser desdobrada em todo seu esplendor, não é a do seu país. O colonialismo, que não matizou os seus esforços, não deixou de afirmar que o negro é um selvagem e o negro, para ele, não era nem o angolano nem o nigeriano. Ele falava a língua negra. Para o colonialismo, esse vasto continente era um antro de selvagens, uma região infestada de superstições e fanatismo, digna de desprezo, carregada de maldições divinas, lugar de antropófagos, lugar de negros. A condenação do colonialismo é continental (FANON, 2010, p. 245).

Para Fanon (2017), a colonização está associada à aculturação, negando a cultura negra de modo geral. Angola também nega a cultura autóctone e se apropria daquela do

¹⁸ Essa informação semelhante pode ser acessada aqui: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dominus>> acesso em 23 de setembro de 2021. Para deixar claro o contexto que explicamos nos comentários.

colonizador. Ou seja, na propriedade e na acumulação de riquezas, na corrupção política exercida com a desumanização social. Na verdade, é uma neocolonização em países africanos de acordo com a narrativa (PEPETELA, 2004).

Autores, como Mudimbe (2013), analisam a partir da linguagem histórica das representações e imaginários sobre culturas africanas, e raciocinam dentro da atuação do colonizador nos países colonizados. Em outras palavras, constitui a assimilação cultural que foi bem descrita por Fanon e outros autores do pós-colonialismo nos estudos contemporâneos. Bruno Henrique Coelho, em “Uma breve investigação sobre o sujeito pós-colonial em Frantz Fanon” (2017), coloca-nos a reflexão sobre o romancista Pepetela que na imaginação do futuro hipotético como aprendizagens para leitores, ou seja, “outras lições Fanonianas vão sendo retiradas ao longo do romance” (COELHO, 2017, p. 43).

Fanon pensou o sujeito colonizado e, na contemporaneidade, que consideramos o futuro contando a história descolonial de forma imaginativa e bem próxima da realidade dos mesmos sujeitos pós-coloniais, que preferimos denominar de continuação colonial, pois os burgueses que tomaram o lugar do invasor e do opressor praticam a segregação no espaço habitacional, multiplicando os musseques, periferia em que a narrativa de Pepetela mostrou claramente a realidade da elite burguesa africana/angolana.

Coelho (2017) reivindica que os romances dos autores angolanos representam criticamente a influência política, marxista e de sujeitos híbridos sociopoliticamente, com os sistemas corruptos que são representados e denunciados na ficção, inspirando-se em Fanon, no ensaio, *Os condenados da Terra*, uma notável descrição dos sujeitos colonizados tornados utópicos, por serem contraditórios nas suas ações cotidianas.

Continuando com a análise de Fanon (2010, p. 245), é fato que “o colono, de forma cruel e perversa, à custa da força das armas e da tortura, constrói uma autoimagem “ethos” para o colonizado”, que a assume e não reconhece mais a sua identidade de outrora;

Para isso, é preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, o despojamento, razia, o assassinio objectivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados (FANON, 1980, p. 37).

Não se pode esquecer a influência angolana e negra, no Brasil, e a influência literária brasileira presente no romance de Pepetela, embora haja certa objetivação, negação e sempre exotizada pelo olhar do outro (MUDIMBE, 2013). A invisibilidade da existência em termos antropológicos, etnológicos e na literatura, por exemplo, produzida pelos colonizadores, é bastante conflitante, porque os colonizadores só consideram a literatura escrita, ou seja, a colonialidade de poder (QUIJANO, 2002, MIGNOLO, 2003).

Sabe-se, porém, que nenhum povo vive sem contos orais, ou literatura que marca os eventos históricos e vivências do povo, ao se pensar a história social contemporânea angolana representada pelo romance e na história local; e como testemunho do escritor (SELIGMANN-SILVA, 2003). Contudo, os sujeitos colonizados vivenciam de forma imaginária a realidade sociopolítica e a violência simbólica coletiva.

Acreditamos que os colonizadores negavam a humanidade dos colonizados, como defende Mignolo. “A negação da contemporaneidade tornou-se uma das estratégias mais poderosas para a colonialidade do poder na subalternização das línguas, saberes e culturas” (MIGNOLO, 2003, p. 385). Isso nos faz pensar a colonialidade de forma invisível que continua sob o domínio hegemônico das línguas e saberes culturais. Há evidências nas narrativas literárias, históricas sobre esses relatos e tantos acontecimentos memoriais com testemunhos que estão sendo recriados pelas representações ficcionais ou não.

Na narrativa, faz-se a crítica do que denominamos cumplicidade dos intelectuais do apagamento de algumas memórias pós-coloniais. Entretanto, a cumplicidade nas sociedades com pessoas instruídas por jornalistas, escritores e pela comunidade internacional tem participado de forma simbólica, enquanto os outros são os patrocinadores, agindo, por meio da crítica da situação da época e outras intervenções.

As contradições internas das memórias do etnocídio, em 1993, têm os mesmos contextos históricos da violência das décadas de 1980 a 2000. Nesse período, intensificou-se a violência ocorrida, embora o ensaio de Oliveira (2015) sequer tenha feito menção a esses episódios, do ponto de vista político e histórico. Entretanto, também não se abordou sobre os acontecimentos da Sexta-Feira Sangrenta, de 22 de janeiro de 1993, em bairros majoritariamente habitados pelos bakongos.

Ainda os estigmas e preconceitos contra os bakongos¹⁹, que não se expressam com sotaque europeu na capital angolana, estão presentes nas piadas dos humoristas que ora as denominam piadas, ora as chamam de ‘langa-langa²⁰’, ‘zairenses’. O pesquisador português, talvez, não referenciasse os acontecimentos que têm sabor horrível e, também, é parte da história que não vangloria.

Portanto, os ensaístas não podem limitar-se por medo, nem a literatura angolana tem denunciado algumas memórias que continuam sendo silenciadas por envolver várias questões de cultura e história da violência.

No capítulo a seguir desenvolveremos a narrativa como testemunho e trauma, escrever o trauma não é fácil, pois na análise literária foi ficcionalizado.

¹⁹ Bakongo são todos e todas aquelas pessoas que pertenciam no Reino do Kongo- cuja capital é M'banza-Kongo, desde a República Democrática do Congo, República do Congo, Angola que tem três províncias (*Nzadi-Zaire*, Cabinda e Úige). Falam a língua kikongo e variantes.

²⁰ Esses termos pejorativos usam-se para ridicularizar os bakongos, principalmente em Luanda.

CAPÍTULO 2

A NARRATIVA COMO TESTEMUNHO, ESCREVER O TRAUMA FICCIONALIZANDO

[...] Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, **as suas memórias**, suas normas, afim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que consideram prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura conforma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (ANTONIO CANDIDO, 2011, p. 177 (grifo nosso.)

Em Angola, por exemplo, há historiadores como Moises Kamabaya, António Egídio de Sousa Santos, poetas como António Jacinto, Agostinho Neto e escritores como Kandjila, Luis Kandjimbo, Ondjaki entre outras e outras escritoras angolanas que demonstram nas representações criadas pela literatura surgem às memórias dos sujeitos que relembram, pelas narrativas, os traumas de uma violência colonial contadas oralmente pelos mais velhos. Ademais, no romance do Pepetela (2004), por exemplo, é possível encontrar trechos presentes na própria narrativa: “As ofensivas inimigas tinham despovoado os kimbos. Os helicópteros despejavam bombas, metralha e homens treinados para matar” (PEPETELA, 2004, p. 138). Essa referência de Pepetela demonstra, mais uma vez, a tamanha violência representada no romance, num repensar da história.

Essa narrativa memorial da guerra contra os invasores do território é referenciada por expressões, como: os helicópteros da guerra, metralha, bombas e homens treinados para matar, que são suficientes para o testemunho dessa ficção literária com características violentas e realistas dos sobreviventes.

Nas pródigas reflexões de Mbembe, em *Sair da grande noite, ensaio sobre a África descolonizada* (2014a), estão presentes os elementos teóricos para compreendermos algumas questões fundamentais, como a produção literária africana, entendida também como pós-colonial. Sobre isso, Achille Mbembe escreveu:

A vertente africana do Atlântico, o momento propriamente pós-colonial nasce na literatura. O ato literário não resultando do acto

psicanalítico puro e simples, provém, ao menos, de um sistema simbólico cuja principal intenção é a cura. O local de nascimento dessa literatura é uma estrutura de terror, na qual a África se apresenta como aquilo que nunca chegou a existir e que, como tal, é desprovida de qualquer força de representação, visto ser o princípio por excelência da obstrução e da cristalização (MBEMBE, 2014a, p. 66).

A literatura é parte da história representada para auto-observação interna das marcas do passado e do presente, que aparecem na ficção literária, por exemplo, da literatura angolana de autoria de Pepetela. Em se tratando de narrativa como testemunho, artistas e escritores estão cada vez mais a reescrever as memórias de traumas coloniais, das guerras anticoloniais, mas também das guerras armadas civis e da sobrevivência.

As guerras da sobrevivência e as dos antigos combatentes/ex-militares vão representando a voz daqueles que utilizam o meio oral para relatar sobre o passado. A oralidade continua como representação subjetiva da (re)existência sociocultural e afirmação da identidade de sujeitos sobreviventes da colonização invisibilizados pela cultura da escrita.

2.1 A LITERATURA COMO TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA

Percebe-se, nas cores da bandeira nacional de Angola (preto, vermelho, amarelo) e nos símbolos da roda dentada, na estrela e na catana/punhal ou facão, resquícios de uma herança da violência. Por exemplo, o vermelho simboliza o sangue derramado durante as guerras anticoloniais; o preto representa o continente africano, e o amarelo, as riquezas do subsolo angolano. Principalmente a catana, facão que significa o começo da resistência contra a colonização, primeira arma usada pelos corajosos enfrentando o colonizador português, nos mostra a representação da violência na sociedade contemporânea dentro do contexto da Guerra Fria. Isso evidencia que a colonialidade nos persegue no discurso narrativo e socio-histórico. O trecho da narrativa denuncia a violência na própria linguagem literária dialogada:

- Cala boca, senão te dou mais.
- Somos independentes, ouviu? Ninguém tem o direito de me bater.

-Vai arrumar as tuas coisas e desaparece-me da vista. Se não rebente à porrada. Gente como tu é o que não falta para trabalhar aqui em casa. Dei-te uma chapada para aprenderes, pois os negros burros com tu só aprendem à porrada. Não queres aprender? O problema é teu, desaparece.

- Você não é negro também? Parece colono, pior que colono. Malongo entrou para a casa, incomodado pela gente que se juntava no passeio, ouvindo o relato gesticulando dos miúdos e atenta aos gritos do criado. Foi ao quintal de trás, disse para o jardineiro, um velho assustado:

- João vai embora, faltou-me ao respeito. Vá lá dizer-lhe para pegar depressa nas imbambas dele e desaparecer. Se não ainda lhe rebente as trombas (PEPETELA, 2004, p. 327).

Cabe destacar que a sociedade de violência herdada do colonizador, os traumas cotidianos dos trabalhadores domésticos constituem um dos testemunhos que submergem a violência presente no texto literário. Reparem as expressões “rebento”, “burros”, “porrada”, “negros”, são todas linguisticamente violentas, e deixam marcas no sujeito que as ouve e as interpreta.

No contexto ofensivo, em se tratando da representação de personagem, ou da voz narradora, há evidência de racismo ou reprodução do preconceito racial, na forma discursiva denunciada na narrativa. O preconceito racial deixa marcas, foi e continua sendo reproduzido pelo discurso, no pensamento, na linguagem, na representação narrativa. Por outro lado, também há sobreviventes do colonialismo que abarcam ou expandem o racismo. O racismo seria enfrentado no romance de Pepetela, não apenas mencionando ou negando, mas com atitudes antirracistas, ao invés de reproduzi-lo, pois não há diferenças entre os racismos (FANON, 2008).

No entanto, a reprodução de qualquer preconceito é um ato desumano, bárbaro, reprovável, quer sociocultural quer narrativamente. O tratamento que é dado a um preto trabalhador doméstico, pelo patrão assimilado com educação e mentalidade do colonizador, é a situação comum nos países que sofreram a invasão imperial e eurocêntrica. Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), retrata essas questões de suposta ideia de “inferioridade” aos colonizados, aos pobres, àqueles que não têm conhecimento suficiente para entender e desnaturalizar o pensamento contínuo da colonização e também à hierarquia que posiciona o eurocentrismo como intocável.

Frantz Fanon (2008; 2020) considera que a subjetividade não pode ser menosprezada pelos estudiosos. Esse menosprezo é uma herança da violência colonial dos sobreviventes do testemunho, do ponto de vista literário destacado, pois essa violência pode ser ficcionalizada na narrativa por meio da criatividade artística exercida pela linguagem.

Entretanto, a herança da violência, na perspectiva do referido ensaísta, diante da linguagem literária ou não, se reflete também na vida social, cultural e política. Conforme Ronaldo Lima Lins, em *Violência e literatura*, com “[...] a ação, a necessidade de transformar o mundo, a literatura reflete a vida e reflete sobre a vida” (LINS, 1990, p. 31). A violência, na literatura, como parte de um mundo artístico, pode ser considerada como estética ou como representação, pois “no círculo da criação, imagens, palavras, personagens e situações consideradas até então excluídas da esfera estética, são como frutos da área vulgar das ruas e das partes não nobres da sociedade” (LINS, 1990, p. 26) e, assim, também assomam no âmbito literário.

No contexto da narrativa de *Pepetela*, isso se faz presente não apenas nas ruas, mas sim na construção da realidade sócio-histórica da representação da violência cotidiana, no lar doméstico. Lins ainda afirma que as narrativas “[...] se espalham por toda parte e contam a verdadeira história do nosso mundo e do nosso tempo” (LINS, 1990, p. 26). O nosso tempo está no mundo literário por meio do trauma que se revela nos testemunhos como forma de denúncia, possibilitando reviver a memória e carregando o sofrimento pelo viés da forma artística da criação ficcional da vivência real ou imaginária, simplesmente.

Xavier Crittiez, em *Las formas de la violencia* (2009), em uma afirmação sobre as várias formas da violência, entende que “[...] ²¹en forma inversa, denunciar la criminalidad del outro, su deseo exclusivo de enriquecimiento, su sadismo gratuito, es negar toda dimensión política para atribuirle al sólo un vil interés” (CRITTIEZ, 2009, p. 22). A denúncia narrativa está presente explicitamente. Desde o começo da narrativa a denúncia, a crítica política é reiterada, e aqui cabe-nos referenciar esse testemunho do próprio escritor, ex-político integrante ao MPLA, partido que está no poder desde a

²¹ “[...] ao contrário, denunciar a criminalidade do outro, seu desejo exclusivo de enriquecimento, seu sadismo gratuito, é negar qualquer dimensão política a fim de atribuir-lhe apenas um interesse vil”. (CRITTIEZ, 2009, p. 22, tradução nossa).

(in)dependência. Os dramas de terror de sobreviventes da Guerra Civil, da colonização, da má vida dos trabalhadores no passado, mas também do nosso tempo, constituem vítimas do sistema sociopolítico.

Todavia, para Fanon (2010, p. 77-78), o “intelectual colonizado investiu a sua agressividade na sua vontade apenas dissimulada de assimilar-se ao mundo colonial”. Esse é um verdadeiro trauma na representação literária, do ponto de vista sociocultural, histórico e político, da colonialidade interna que desprezam os sobreviventes das violentas guerras cotidianas angolanas.

2.2 CONCEITUAR O TESTEMUNHO E O TRAUMA

Conforme Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 373),

A literatura de testemunho é mais do que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura- após 200 anos de autorreferência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. [...] O “real” que não pode ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do Trauma, de um evento que justamente resiste à representação.

Quando lemos o romance de Pepetela, *A geração da utopia* (2004), percebemos que a história da violência, na época de várias catástrofes, está repleta de pontos de vista narrativos distintos e que confundimos a realidade literária do autor e a própria história contemporânea angolana. É nessa perspectiva que relacionamos ao testemunho, conforme afirma Seligmann-Silva (2003, p. 374): “Também o sentido de *superstes* é importante no nosso contexto: ele indica a pessoa que atravessou uma provação, o *sobrevivente*.” Contudo, esse *superstes* é o grande testemunho por causa da sua experiência, que os ensaístas denominam como o sobrevivente. Percebe-se que o sobrevivente carrega a pesada lembrança na consciência. A violência sobre a reflexão da vida simbólica do país é o resultado da sobrevivência, de acordo com o que percebemos na voz narradora de Pepetela:

[...] A primeira rajada abateu o guerrilheiro que ia à frente. Ele e mais dois combatentes responderam ao fogo do inimigo e depois recuaram.

Perdeu-se então dos outros, na confusão da retirada no meio da mata, com os obuzes de bazuka a explodirem a seu lado, as balas incrustando-se nas árvores ou partindo ramos mesmos acima da sua cabeça. [...] Parou quando os pulmões escapavam rebentar e a garganta estava em fogo. Perdera a noção do tempo e da distância percorrida, já o tiroteio tinha terminado e ele não sabia de onde tinha vindo. O sol apontava o meio-dia e não servia de indicador. Estava perdido. [...] A fronteira não podia ficar a mais de três dias de marcha e a direcção ser-lhe-ia dada, na manhã seguinte pelo sol nascente. O pior era ter perdido a mochila, levada por um guerrilheiro, precisamente para lhe aliviar o sacrifício da caminhada. (PEPETELA, 2004, p. 140)

A expressão "rajada abateu guerrilheiro", conforme a materialidade do texto nos leva a compreender, mostra o contexto da guerrilha ocorrida no passado recente, indicada pelo verbo. Na mesma guerra vivenciada em todo o atual território angolano, há evidências da coragem dos militares angolanos e dos colonizadores. A guerra e o perigo mostrado nas balas entalhadas pelas árvores demonstram a violência extrema e o prenúncio da destruição massiva da natureza de combate, na guerrilha. As matas e as florestas foram importantes na produção de testemunho como espaços ficcionalizados individualmente, mas percebidos pela coletividade sócio-histórica.

A representação descritiva da História demonstra, por si mesma, a voz da experiência a partir do testemunho da memória como trauma. Entre os sobreviventes dessa narrativa está o próprio escritor, antigo guerrilheiro do leste de Angola, Moxico na fronteira com a Zâmbia. Na representação, o perigo e a memória de recordação do sofrimento estão presentes como uma marca do testemunho traumático, pois ao considerar a narrativa autoficcional nesse contexto, os acontecimentos são lembranças de memórias que deixaram marcas nos sobreviventes que passaram por situações de guerra, sofrimento, momentos amargos. Sobre isso, Seligmann-Silva afirma que:

O sobrevivente, aquele que passou por um "evento" e viu a morte de perto, desperta uma modalidade de recepção nos seus leitores que mobiliza a empatia na mesma medida em que desarma a incredulidade. Tendemos a dar a voz ao mártir, vale dizer, a responder à sua necessidade de testemunhar, de tentar dar forma ao inferno que conheceu- mesmo que o fantasma da mentira ronde as suas palavras. Um texto totalmente ficcional de testemunho, mas que é apresentado como autêntico, mobiliza os leitores como se não se tratasse de um texto apócrifo. Não importa, nesse caso, se o autor agiu de boa ou má-fé visando iludir os seus leitores (SELIGMANN-SILVA, 2003. p. 375-376).

No parágrafo anterior, identificamos o que é descrito pela crítica do professor Seligmann-Silva, embora, às vezes, haja uma confusão entre a ficção e o testemunho narrativo. O texto nos mobiliza mediante a conveniente descrição dos aspectos ficcionalizados e a nossa imaginação como leitor/as. A representação nos coloca nessa subjetividade de sujeitos na leitura de sentimentos, pensamentos, imagens sobre o passado e o presente, sem desprezar os resquícios mentais da dor da lembrança dos acontecimentos, em espaços descritos sob o efeito do real. O narrador argumenta que assim se

[...] começa a seguir as suas pegadas, mas acaba por perdê-las, pois atravessou um bocado de terreno duro. O pânico começa a mostrar- a cabeça. Está no meio duma chana imensa, cujas margens apenas se adivinham, e o sol não lhe serve para nada. Volta atrás e tenta cortar para o sítio onde ouvira o ruído. É uma baixa da chana, onde com certeza há água, por isso, o terreno não mostra pegadas. Ajoelha-se pega no punhal. (PEPETELA, 2004, p. 144)

O contexto narrativo é a representação da guerra, no leste de Angola, em que as florestas, então chamadas de *chanas*, marcaram-se na memória dramática dos sobreviventes da guerra colonial. As pegadas mostram o caminho seguido pelos inimigos e outros guerrilheiros. Estava perdido o soldado/o guerrilheiro na mata, *chana*/floresta, e o punhal é o símbolo da República que está representada na bandeira nacional chamada de *catana*, tendo o mesmo significado de punhal. Estabelecendo o diálogo do significado do facão/punhal com a história e os símbolos contidos na bandeira nacional, anteriormente referenciadas, isso está construído pelos intelectuais políticos, ou seja, pelos antigos companheiros do Pepetela.

A historiografia literária angolana, para quem a pesquisa vai percebendo os testemunhos dos escritores que eram ativistas e políticos e, que, em passado recente, participaram da guerra anticolonial da libertação e trazem, nas suas criações poéticas ou literárias, a representação da imitação dos acontecimentos da violência.

Na literatura de testemunho não se trata mais de *imitação* da realidade, mas sim de uma espécie de “manifestação” do “real”. É evidente que não existe uma transposição imediata do “real” para literatura: mas a *passagem* para o literário, o trabalho do estilo com a delicada trama do som e sentido das palavras que constitui a literatura é marcada pelo “real” que resiste à simbolização. Daí a categoria do *trauma* ser central para compreender a modalidade do “real” de que se trata aqui. Se compreendermos o “real” como trauma – como uma “perfuração” na nossa mente e como uma ferida que não se fecha – então fica mais fácil de compreender o porquê do redimensionamento da literatura diante do evento da literatura de testemunho

(SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 382-383, grifos do autor).

A representação que temos lido, comparada com a teoria, não nos deixa dúvida que a imitação do real é manifestada por meio do empírico de reflexão da vida sociocultural do sobrevivente, do testemunho. A realidade literária pode ser confrontada com a própria história do país, nessa perspectiva de testemunho e traumas.

Para Seligmann-Silva (2010a, p.183),

O genocídio sempre visa à total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime. Esta é uma questão central, que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido. Em primeiro lugar, porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência.

Os antigos combatentes trazem informações que exprimem a ideia de paradoxo, pois o seu drama está na sobrevivência. Há relatos de alguns sobreviventes que sentiram e participaram dos episódios que se constituíram de dramas ou “Memórias da luta armada anti-colonial”. Silvino Fortunato (2020²²), um dos sobreviventes, afirma, no *Jornal de Angola*, “Em kipedro fomos todos à luta”. Pedro Neto, o ex-soldado e sobrevivente, que tem uma marca ou cicatriz de “perda de um olho, de um dedo e atual ancião, explica que foi curado com o uso de plantas e pó da crosta de caracol queimado” (FORTUNATO, 2020, p. 22).

Esse relato também nos faz pensar na importância da sabedoria local e da medicina para as culturas locais. A narrativa ficcional não dá o mérito à UPA, que é a organização pioneira na luta anticolonial, conforme os sobreviventes de 15 de março de 1961 contam ao jornalista Fortunato, “emocionados, afiamos as catanas dois dias antes do ataque que aconteceu à mesma hora do dia 15 de março, conforme as instruções recebidas, segundo Miguel Panda” (FORTUNATO, 2020, p. 22). Fortunato acrescenta que “[...] o mensageiro chama-se José Lelo, um dos activistas da UPA que influenciou para o sentimento de rebeldia na região”.

Os relatos de sobreviventes referenciam a UPA como único movimento nesses acontecimentos em que há muitos sobreviventes que suportam dificuldade, e

²² Fonte: *Jornal de Angola*, p. 22, edição de 29 de novembro de 2020. Fizeram uma matéria sobre as memórias históricas da luta anti-colonial na região norte de Angola.

falam/narram em entrevistas a jornais nacionais. Entretanto, na narrativa, pelo que percebemos, não se dá/viu a relevância da UPA, na cronologia dos acontecimentos.

No entanto, os acontecimentos violentos, acompanhados pelos colonizados, no trecho da narrativa pela voz narradora, reafirma, de forma profunda, o sentimento traumático experienciado pelos angolanos:

[...] Um povo nunca perdoa massacres, mesmo se feitos em nome da liberdade. A história me ensina que os povos têm a memória curta. Uma geração é sacrificada, mas a seguinte integrou-se e pronto. Todos os poderes se constituem com base na violência, nalgum momento. Depois de passada a necessária fase da violência, então pode-se ser democrata. (PEPETELA, 2004, p. 94)

A narrativa, quando evoca e critica que os povos têm memória curta, registra que isso é, na verdade, uma síndrome de amnésia psicológica provocada pela invasão colonial, ou seja, a violência justificada que a geração herdou pela cultura assimilada pelas comunidades que perpassaram na forma de se alimentar junto da imposição civilizacional. Alheio à cultura, tal fato favoreceu o poder de esquecimento e a alienação com discursos de complexo de inferioridade (FANON, 2008). Ainda na narrativa, compreendemos a forte ironia contra a ideologia política. A ironia de ser democrata é uma crítica ao governo que se formou, de ideologia marxista-leninista, colocando a dúvida de que a democracia não é uma realidade.

O povo, porém, nunca esquece dos traumas da violência, pois os entes queridos mortos, as marcas de destruição de espaços coletivos da população que, pela tradição africana no sentido geral, e angolana especificamente, têm a representação cultural espiritual nas comunidades. O povo, que sofreu os massacres, tem feridas dramáticas e está em busca da liberdade, no caso da narrativa. Portanto, a voz narradora demonstra como os poderes na formação sociopolítica angolana foram construídos pela violência. É um imaginário resultante das memórias pelos acontecimentos vividos e revividos literariamente.

Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer* (2006, p. 99), reporta as experiências traumáticas dos sobreviventes e afirma que é “próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição”. Contextualizando, a crítica literária refere-se aos sobreviventes da IIª Guerra Mundial, mas nós podemos relacionar, pela experiência narrativa africana, em especial angolana, que, sobretudo,

Pepetela e Jonas Malheiro Savimbi (1979) nos ajudam a refletir, a lembrar os traumas das guerras anticoloniais do século XX. Todavia, após a IIª Guerra Mundial as lutas contra a colonização aconteceram historicamente no mesmo século. Em Angola, especificamente, se conviveu com as consequências das Guerras Mundiais. A guerra armada civil terminou, em 2002, com a morte de Jonas Savimbi.

Falando sobre Savimbi, em *Angola: A resistência em busca de uma nova nação* (1979), há uma visão da memória colonial, da história traumática e da própria resistência para a luta descolonial. Esse autor e antigo guerrilheiro que lutou contra os colonizadores e contra a ideologia do partido que proclamou a independência, deixou algumas considerações sobre a colonização portuguesa:

Para o homem Angolano de honra e dignidade, a situação da nossa amada terra é inaceitável. Curvados à terra, incapazes de lutar contra o colonialismo, os verdadeiros Angolanos são mal representados pelas minorias que desonram e atraíam o país e a nação. Fazemos um apelo a todos Angolanos genuínos para que se juntem a nós na luta para vencer ou morrer. Angolanos, levantem-se com armas pelo vosso país e pela vossa liberdade. (SAVIMBI, 1979, p. 140)

Esses apelos eram comuns e podemos pensar apenas o contexto da opressão, mas a realidade é ambígua para a perspectiva de uma nação. Portanto, a ambiguidade ocorreu devido à ambição dos ex-guerrilheiros, que não garantiram a paz entre os três movimentos anticoloniais: FNLA, MPLA e UNITA. Ainda citando Savimbi (1979), ele sintetiza algumas características de atuação dos colonizadores que estavam no território, chamando os que não eram alfabetizados o suficiente, mas que detinham o controle dos comerciantes, dos portos e militares ou guardas de postos.

Entre as outras características dos colonizadores em Angola que, por sinal, são dramáticas, destacam-se: a invisibilidade e a tentativa de silenciar a cultura local, além da proibição de tranças de cabelo, por exemplo. Não obstante, na memória narrativa, constatamos: “que, quando o poder colonial atacava os poderes tradicionais, essa elite saudava as guerras de conquista como portadoras de progresso” (PEPETELA, 2004, p. 340). A opressão colonial no território confirma como a literatura de testemunho revela a violência e a experiência. Esses testemunhos de violência simbólica vêm dos sobreviventes.

A representação da percepção do colonizador sobre a justificação do progresso supõe que os sujeitos tinham sonhos da autonomia, a independência era o sonho, ou

seja, o sonho da liberdade e autonomia do território angolano. Fanon, no ensaio *Em defesa da revolução africana* (1980, p. 37), afirma que na leitura teórica encontramos “a destruição dos valores culturais, das modalidades de existência”. Esses são relatos narrativos testemunhais, individuais e coletivos, desde Pepetela, sobre os poderes tradicionais e as guerras de conquista que representam, por si só, as culturas que foram ameaçadas pela coexistência dos opressores colonizadores e os neocolonizadores, das sociedades, pelas ditaduras africanas pós-independência, especificamente angolana, pois as experiências coletivas continuam a aumentar os testemunhos dos traumas da violência contemporânea.

Ainda no processo das memórias de testemunhos traumáticos e as lembranças trazidas pela narrativa, há essa ideia do progresso, que nos remete à resistência dos invasores em continuar a impor sua civilização nas colônias. Sobre a representação cultural das línguas nativas, Fanon (2008) afirma que continuam sendo desprezadas pela civilização ocidental, o que constitui uma dificuldade para os sujeitos colonizados e sobre os valores espalhados nas cidades governadas pela elite assimilada.

Conforme afirma Fanon (2008, p. 33): “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura antilhana se quer ser branco e será, mas na medida em que tiver assimilado o instrumento cultural que é a língua”. Se a transmissão cultural e linguística é impedida, no ensino formal na Angola contemporânea, por exemplo, esse é um drama que o povo do interior que foi invisibilizado e forçado a falar a língua portuguesa na escola primária, dessa forma, desprestigiando outros idiomas locais em que as crianças tinham melhor domínio²³. Portanto, as crianças moradoras nas zonas rurais/kimbos experimentam o sentimento dramático para exteriorizar o pensamento na língua portuguesa enquanto estão em processo de aprendizagem escolar.

Contudo, essa é apenas uma abordagem parcial da memória cultural. A memória cultural, presente na resistência das línguas nativas em África e na América do Sul é um desafio que essas sociedades têm para apresentarem a identidade linguística, visto que o desprezo pela imposição colonial nessas regiões continua firme. Na narrativa, podemos destacar a presença das línguas africanas faladas em Angola de acordo Pepetela (2004,

²³ Lembro-me da escola primária na missão do Tomboko, norte de Angola, que na infância onde passei mais tempo na zona rural que frequentamos as primeiras séries iniciais do ensino formal, havia e há obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, sendo que a nossa língua materna é kikongo. O português é língua oficial e na época raramente falada pela comunidade.

p. 317): "[...] Pensei em soma, soba, muata, mfumu, que todos querem dizer chefe nas línguas de Angola. Depois virei-me para títulos de sacerdotes, como tahi, kilamba ou outros [...]". Convém pontuar que no contexto da representatividade das línguas nativas para entidades culturais locais, os vocábulos mfumu e kilamba significam líderes comunitários ou aqueles que organizam os movimentos.

Conforme o teórico francês Paul Ricoeur (2007, p. 46), no ensaio, *A memória, história e esquecimento*, percebe-se que aquelas memórias, histórias e esquecimentos, nos remetem ao “conhecimento e a prática da história e a experiência da memória viva”. As línguas nativas são memórias vivas das regiões subalternizadas e são pertinentes nos movimentos políticos que usaram os códigos linguísticos africanos durante as guerras anticoloniais e foram/são úteis para a comunicação.

Percebemos que, das memórias dos outros, dos dramas subalternizados não se tem lembrança fora a dos assimilados dos centros culturais da literatura angolana. Na voz narradora de Pepetela (2004, p. 92): [...]– Não sabia que defendias as teorias da UPA”. Noutro trecho narrativo, o autor (PEPETELA, 2004, p. 153) acrescenta que “[...] Tem de se acabar com a hegemonia dos nortistas, que já provaram ter desconseguido a guerra.” O significado desses trechos demonstra as divergências e as subjetividades dos movimentos entre o Norte, com a UPA, e centro norte, com o MPLA, há vários contextos narrativos referenciando essa relação dentro das memórias do terror.

Como testemunhos nas memórias literárias colaboram na consciência cultural e histórica, nós leitores somos parte de testemunhos das vozes dos sobreviventes das guerras descoloniais que não escrevem, mas têm muito para contar e narrar, porque também são vozes da resistência cultural coletiva demonstrada pelas línguas nativas de Angola, como, por exemplo, *mfumu*, *kilamba*. Aliás, a língua que nos permite passar as experiências e os conhecimentos, que são compartilhadas por várias gerações, assim como na própria coletividade em identidade, mas também na criatividade dos artistas, escritores, historiadores.

Podemos trazer Rita Chaves, em “A narrativa, harmonia e exclusão: Ondjaki e os da sua terra” (2012), que estabelece uma relação entre “Literatura, e a história nos países de língua portuguesa. Todos nós conhecemos os laços entre o projeto ético e o projeto estético nesses sistemas literários” (2012, p. 312-313). Ela afirma que o escritor

Pepetela e outros intelectuais africanos produziram a partir da experiência traumática da colonização e da violência.

Do ponto de vista psicanalista de Frantz Fanon, no ensaio, *Os condenados da Terra* (1961), que relata uma série de episódios pós-guerra da descolonização argelina e os sobreviventes até crianças estavam com problemas de desvios comportamentais. Esse sofrimento e dores são marcas testemunhais de traumas (FANON, 2010, p. 334). Adaptando-se ao pensamento de Fanon (2008, p. 93), o autor, em suas análises psicológicas do complexo de inferioridade ensinado pelos colonizadores europeus na África, afirma que, “entre a consciência e o contexto social”, as sociedades, que têm os dramas de guerra descolonial, guerra civil e o sofrimento destróem as consciências dos sobreviventes e esquecem os contextos sociais e históricos. Por seu lado, Grada Kilomba (2019, p. 39, grifo do autora) aponta para uma perspectiva do trauma de Fanon quando afirma que:

Fanon utiliza a linguagem do trauma, como a maioria das pessoas *negras* o faz quando fala sobre experiências cotidianas de racismo, indicando o doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter.

Os contextos psicológicos usados nos permitem refletir sobre o trauma estar ligado a acontecimentos que deixam o impacto na memória dos sobreviventes/sujeitos, sejam eles/elas negras, brancas, sejam escritores, militares, civis, os encarcerados, os que sofrem pelas ditaduras, os regimes fascistas, autoritários ou que sofreram massacres, guerras, genocídios, colonizados e colonizadores e, no final, o racismo. Pode-se considerar que o sistema colonial é um desses que teve impacto, mas, sobretudo os bombardeamentos, as mortes que não são contabilizadas, pois, a memória coletiva esconde desde o invasor e o invadido, havendo certo silêncio, que é uma característica da “percepção da memória do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2010b, p. 10).

Em muitos estudos sobre a guerra colonial não se tem dados das mortes dos nativos africanos, desde guineenses, moçambicanos e angolanos, mas sabe-se dos dados oficiais de quantos portugueses morreram na Guerra Colonial-Descolonial. De acordo com Alexandra Marques (2013), em *Segredos da descolonização de Angola*, há uma fonte de muitas informações que então eram sigilosas e nunca publicadas sobre as antigas colônias e principalmente Angola. A autora afirma que, “nesses momentos-tabu,

recorri a participantes ou testemunhas oculares, confiando nas suas palavras como confiei em todas as fontes discursivas consultadas” (MARQUES, 2013, p.10).

Nos momentos tabus que lemos, constam a contabilização das mortes africanas durante as guerras em três países invadidos pelo império português, contando que os testemunhos militares portugueses e angolanos ou outras colônias desenvolveram alguns traumas considerando o que Fanon havia feito em 1961, com os ex-combatentes militares no hospital psiquiátrico de Blida, na Argélia.

Nessa mesma senda, percebe-se que os sentimentos memoriais constam nos vários contextos vividos pelos sobreviventes da repressão e subalternidade na literatura angolana. A representação das consequências dos traumas aos testemunhos da história contemporânea angolana se apresenta no processo da releitura e decodificação da sociedade, por meio da literatura. Os estudos literários sobre as consequências da guerra e da política influenciadas pelas correntes políticas eurocêntricas continuam nos sujeitos e escritores angolanos, que passaram a criticar ou (re)narrar de forma reflexiva. A história angolana reflete-se pelo que é escrito pela professora Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco (2012, p. 347):

Após 1980, a história calcada no marxismo, em Angola e Moçambique, abre espaço a uma “história de novas subjetividades”, o que se reflete na literatura, por intermédio de escritos permeados por um embate subjetivo entre lembrar e o esquecer, entre o presente e o passado, este constituído, ao mesmo tempo, de memórias recentes e remotas.

A memória, conforme a referida crítica literária sobre a literatura angolana contemporânea, registra a influência política da ideologia do eurocentrismo, portanto, o marxismo teve forte presença até nos discursos literários, as histórias e as subjetividades dos sujeitos. A consciência cultural e política é compreendida pela configuração das ações feitas pelos sujeitos influenciados pelas ideologias ocidentais.

Ao tomar outras dimensões do pensar, do representar a memória de dramas vividos pelas ‘nações’ forjadas pelas ideologias, a consciência altera, de várias formas, os sentimentos anteriores às invasões e guerras políticos-ideológicas entre os mesmos povos, que, ao final, chegaram a provocar certos arrependimentos representados pelas ficções, pelas subjetividades e pelas memórias sobre o passado recente.

A narrativa de Pepetela enfatiza as memórias traumáticas de uma dita nação, que, na verdade, são nações mistas de um povo com características diversas, mas que, pela violência dos opressores construiu-se com sangue, e o suor, conforme a voz narradora: "[...] é a violência dos oprimidos para fazer superar os traumas causados pela violência dos opressores" (PEPETELA, 2004, p. 91). Nesse trecho, retomando Fanon (2010), nos remetemos, sobretudo, à tomada de consciência dos colonizados. Há também outra passagem na narrativa que nos faz repensar o discurso escrito: “[...] Na primeira fase, o terror é necessário para criar consciência, depois isso terminará. E haverá a integração de todos num país independente” (PEPETELA, 2004, p. 91).

A experiência ingênua após a independência representa as aspirações dos guerrilheiros que sonhavam um país maravilhoso. Fanon, em *Os Condenados da Terra* (2010), analisa profundamente a mentalidade dos combatentes que se tornariam traidores dos seus ideais.

De igual modo, o escritor Pepetela (2004) não reflete diretamente sobre o ideal do seu antigo partido, que instituiu o slogan com as ideias de ‘um só povo’, pelas mãos de oligarcas e cumplicidade silenciosa dos mesmos opressores que causaram a história dessas memórias como testemunho. É evidente que isso é o que sentimos na realidade dos acontecimentos com o espírito/ideia colonial e neocolonial que a voz narradora nos revela: “[...] Esses ficarão como os grandes vítimas, não nossas, mas da colonização, [...] um povo nunca perdoa massacres, mesmo se feito em nome da liberdade. A história ensina que os povos têm memória curta.” (PEPETELA, 2004, p. 94).

A possível repetição é proposital, porque representa a dramática posição testemunhal do discurso literário dentro da narrativa de Pepetela (2004). Todavia, além de refletirmos como estética literária, mas passando da reflexão promovida pela ficção, os sujeitos conscientes da própria história e a falta de conhecimento ou os limites sobre a reprodução do conhecimento mais profundo da história angolana.

A narrativa apresenta a crítica sócio-histórica dos sobreviventes dos sistemas neocoloniais com a inspiração da colonialidade interna, pois, pelas observações empíricas, não se tem feito pesquisas psicológicas sobre os acontecimentos anticoloniais e pós-coloniais em Angola. A ficção não apresenta, nesse contexto, uma realidade, mas o contrário, compreendemos a própria historiografia literária angolana que é elitizada. Ora o sistema educacional e cultural foi alienado ao poder da corrupção que impede a

investigação, a pesquisa de certos acontecimentos, por exemplo, os de 27 de maio de 1977, a Sexta-Feira Sangrenta de 1993 e, agora, há em 2021, massacres no *cafunfo*²⁴, Lunda Norte, geograficamente no nordeste de Angola. No entanto, essas são as zonas narradas como a das *chanas*, presente no romance de Pepetela.

A memória desses acontecimentos, quando forem renarrados literariamente, serão objetos de análise pelos críticos literários e, logo, pode ser doloroso escrever sobre os traumas, principalmente para os sobreviventes dos horrores. A esse respeito, Grada Kilomba afirma que:

É resuscitar a vida das/os ancestrais, elevando a memória dolorosa da escravidão e cantando-a corretamente. Esta é uma associação fascinante: nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente. Escrever é, nesse sentido, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente (KILOMBA, 2019, p. 223- 224).

O trabalho de escrever sobre o trauma para nós é doloroso, pela realidade sociocultural e política contemporânea cheia de violência que tememos que amanhã ainda continue. No entanto, as futuras gerações deverão criticar e lamentar sobre os traumas da violência política na formação social e na história narrativa angolana. Com mais ênfase, a problemática étnica racial na narrativa também critica a posição de intelectuais/teóricos:

[...] Arvorava o tinto como o aristocrata o braço. Vira isso em certos intelectuais europeus que, à falta de vivência ou acção provando proletarismo, iam buscar socorro à origem, real ou imaginária, agora que deixara de constituir perigo ou vergonha. Tais alguns mestiços que, na fase do nacionalismo triunfante, recusavam o pai branco para se apresentarem unicamente como filhos da mãe negra. [...] Ou outro, este já cabrito, fronteiras-perdidas, que a à falta de mãe negra foi agarrar-se à avó, utilizando o dela como seu nome de guerra. Com isso se escondesse a palidez da cara. Eu tenho orgulho em ser negro, mas sou-o realmente. E bastam os anos em que ser negro era humilhação, era sinónimo de escravo ou de ignorante. Hoje, ser negro é ter uma arma e combater contra o colonizador, seja ele ou não branco. Muitos africanos de outros países ainda se admiram? ‘Mas vocês têm mesmo coragem de lutar contra os brancos?’ Complexo do colonizado que

²⁴ Houve um “ato de rebelião” pelo Estado e “massacres” pelas organizações internacionais e os ativistas de direitos humanos estão denunciando que os números de mortos supera-se aos dados oficiais do Estado. Por exemplo, o jornal privado e independente trouxe essa matéria sobre o medo das populações < <https://jornalf8.net/2021/mortes-medo-e-fuga-em-cafunfo/>. > Acesso em março de 2021.

grassa por África. Nós aqui não temos disso. O branco é o dono da técnica e da potência, mas não é um deus. (PEPETELA, 2004, p. 149)

A linguagem narrativa desse trecho nos traz vários elementos históricos que podemos considerar como traumáticos, primeiro, a crítica do imaginário histórico da figura política da colonialidade que se mantém de forma realística. Depois, a reprodução do mesmo imaginário preconceituoso eurocêntrico e racista, pois forjaram esses imaginários discursivos da representação do sujeito negro ligando a escravidão à inferioridade, feiura, entre outros insultos.

Achille Mbembe, em *Crítica da razão negra*, afirma que a própria história colonial e da colonialidade se reproduz “devido a vicissitudes da história, este momento, se for bem vivido, permite ao Negro redescobrir-se como fonte autônoma de criação, avaliar-se como humano” (MBEMBE, 2014b, p. 165). Há uma luta constante pela autoafirmação e dignidade do sujeito colonizado.

Para os sujeitos contemporâneos, é necessário continuar revendo e criticando as representações históricas menos dignas. Como na narrativa de Pepetela (2004), por exemplo, há algumas produções literárias em que se reproduzem de diversas formas a narrativa do ‘vencedor’, que têm os seus antigos colegas, como perpetuadores dos traumas sociopolíticos angolanos. A mentalidade antirracista nos estudos da pós-colonialidade deve rever as narrativas e seus significados para que os sujeitos diversos possam reaprender com a história literária ficcional e seus discursos. No entanto, sabemos que a elitização e os privilégios de certos autores e, na maioria deles, são ideologicamente inclinados ao MPLA, partido que governa o país.

Fanon, em *Os condenados da terra* (2010), e em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), nos permite fazer a conexão com a representação narrativa de Pepetela (2004) com os ensaios de Mbembe, e, sobretudo, quanto às questões raciais. Entretanto, *Os condenados da terra*, pode ser considerado como a metáfora dos africanos, dos angolanos que têm a herança do complexo da inferioridade que se torna componente do cotidiano da continuidade colonial nas sociedades contemporâneas africanas. Essa é uma daquelas narrativas velhas e novas ao mesmo tempo, porque o trauma histórico de ser ou empurrar os outros para o lugar subalterno, constituindo um desprivilegio entre os colonizados que reproduzem sentimentos de complexo racial.

A descolonização, conforme afirma Fanon (2010, p. 52): “introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade”. Todavia, ao repensarmos, duvidamos que a descolonização seja efetuada em alguns contextos, desde as artes, a economia e alguns elementos socioculturais e literários. Deivison Mendes Faustino, em *A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos Fanonismos contemporâneos* (2020), reafirma como a perspectiva teórica contra colonização e colonialidade, partindo de Fanon para os estudos contemporâneos, principalmente para aqueles cuja história está entrelaçada pela colonização, e que estão descolonizando-se.

Dentro da literatura, desconfiamos que o espírito da colonialidade e eurocentrismo é parte do testemunho da alienação do pensamento herdado pelos colonizadores. Uma violência simbólica e psicológica aos pretos, partindo da criação do próprio negro (MBEMBE, 2014b). Para a pós-colonialidade, essa representação precisa ser reescrita, repensada sócio-artisticamente, na prática dos estudos teóricos e a produção literária interdisciplinar. É preciso reelaborar as perspectivas históricas, desfragmentando os sujeitos para que eles possam, enfim, dar coerência a suas existências. Isso pode ser feito rompendo as fronteiras culturais por meio da literatura.

Roberto Reis afirma que, a literatura tem se mostrado

[...] uma das grandes instituições de reforço de fronteiras culturais e barreiras sociais, estabelecendo privilégios e recalques no interior da sociedade. Ao olharmos para as obras canônicas da literatura ocidental percebemos de imediato a exclusão de diversos grupos sociais, étnicos e sexuais do Cânon literário. Entre as obras-primas que compõem o acervo literário da chamada “civilização” não estão representadas outras culturas (isto é, africanas, asiáticas, indígenas, muçulmanas), pois o cânon com que usualmente lidamos está centrado no Ocidente e foi erigido no Ocidente, o que significa, por um lado, louvar um tipo de cultura assentada na escrita e no alfabeto (ignorando os agrupamentos sociais organizados em torno da oralidade); por outro, significa dizer que, com toda a probabilidade, o cânon está impregnado dos pilares básicos que sustentam o edifício do saber ocidental, tais como o patriarcalismo, o arianismo, a moral cristã. (REIS, 1992, p. 72)

Embora o ensaísta trate a realidade de estudos dentro da crítica no Brasil, ela abrange os africanos, a perspectiva da colonialidade de forma explícita, pois, além da exclusão de alguns autores não considerados pelas instituições culturais conservadoras, críticos literários criam barreiras a certos grupos sociais. Percebe-se, assim, que as

culturas assimiladas, hierarquizantes ignoram as vozes de muitos sobreviventes que não leem ou escrevem, mas que produzem pela oralidade. Contudo, pode-se relacionar com a história e memória de ex-militares de luta anticolonial em Angola.

O poder predominante social e cultural é politizado em Angola, do ponto de vista interno, e exclui muitos angolanos que não são alfabetizados. Trata-se da realidade de uma perspectiva hierárquica das artes que se utilizam das técnicas e das ideologias eurocêntricas que sobrevivem nas instituições, porque a história literária tem mais ex-militares ligados ao movimento político, berço dos assimilados e neoburgueses, diriam Fanon e Pepetela. A manutenção da cultura grafocêntrica nos países colonizados está na base dessas ignorâncias, por exemplo, da consideração de representação da realidade literária de forma oral.

Essas representações literárias ou culturais precisam ser descolonizadas, passando pelo reconhecimento da oralitura rerepresentada pelos valores locais, sem dependência e nem reprodução de avaliação rigorosa. Todavia, há um drama nos arquivos, dessas memórias testemunhais da narrativa literária: “–Tu não acreditas mesmo que possamos viver todos juntos em Angola um dia, sem injustiças nem desigualdades? – Com brancos e mulatos não. Eles tenderão sempre a dominar-nos” (PEPETELA, 2004, p. 93). Os conflitos narrados são de perspectivas hierárquicas de raça que, nos estudos decoloniais, consideram-se fundamentais para as relações e reconhecimentos étnicos. Entretanto, a própria narrativa, na nossa compreensão, hierarquiza, começando pelos brancos e mulatos, sem citar os pretos.

O fato é que a construção da nação angolana foi e tem sido baseada na cultura da colonialidade do poder, do saber e da dimensão epistêmica, favorecendo a cultura europeia e deixando a cultura africana na subalternidade, principalmente na colonialidade epistêmica em que os discursos vão legitimando os conhecimentos de caráter ancestral, seguindo a reflexão de Maldonado-Torres (2009). Contudo, essas relações criam os complexos problemas da violência e da libertação. Fanon explicou melhor essa relação traumática do colonizado por meio dos ensaios quando estava na Argélia.

Na visão do Mbembe (2014a, p. 67), sobre os estudos contemporâneos literários, o: “Objetivo da literatura africana consiste em evidenciar a ausência de realidade que tem enfarpelado o signo africano. Sem matar o “pai”, impregna-o de uma culpabilidade

que induz ao arrependimento”. Refletindo sobre o que Mbembe escreve sobre a literatura africana, há os desafios de se encarar os eventos pretéritos sem se culpar ou arrepender-se. Logo, as narrativas literárias, além de representar, renarrar os traumas, a dor colonial, precisam se revestir de certa criatividade autônoma, para caminhar em novas abordagens sem a culpa ou a vergonha do passado. Mas refletir criticamente a literatura, a cultura, a história e sua memória.

2.3 O TESTEMUNHO DA COLONIALIDADE DA LITERATURA DO TRAUMA

Fazem parte da memória da colonialidade as guerras civis após as independências políticas e que, na atualidade, aqueles mesmos políticos que participaram nas revoltas e lutas anticoloniais se tornaram autênticos neocolonizadores, como se observa na voz narradora: “[...] Esta parte destinada à guerra é o capital investido para apresentarem êxitos aos amigos e receberem mais, não é por estarem interessados em libertar o país” (PEPETELA, 2004, p.153). Em Angola ou na África, ainda é comum encontrarmos jogos sujos de políticos que ganham com guerras e conseguem se manter no poder, enquanto a guerra ocorre. Angola, durante a guerra civil, nunca teve mudança partidária, visto que o medo e o terror da guerra e da violência estão na memória da coletividade e da colonialidade, revivido pelo trauma literário.

Nessa esteira, Antonacci (2012, p. 172) trata do desafio de superar

[...] as barreiras, preconceitos, povos subalternizados têm sido ouvidos em suas latências e formas de reverberação, por artistas e intelectuais em questionar a colonialidade, discutindo perspectivas de descolonialidade, poderes, seres e saberes.

Destacam-se algumas vozes que têm o privilégio de falar, escrever e serem lidas, mas outras continuam silenciadas pelo próprio sistema colonial. Dessa forma, seguem os questionamentos sobre as representações de memórias, identidades múltiplas entre os sujeitos.

A colonialidade, por isso, inclui a colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser como três componentes fundamentais da modernidade/colonialidade. [...] Os três

componentes básicos incluem a referência ao sujeito corporificado: Saber: sujeito, objeto, método. Ser: tempo, espaço, subjetividade. Poder: estrutura, cultura, sujeito. (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 42)

A reflexão abrange dimensões culturais profundas, considerando-se que são três pilares envolvendo espaço e tempo. Permanece a estrutura de domínio subjetivo quando pensamos na violência que desumaniza os corpos, as lógicas não são aceitas por sujeitos ou objetos da ciência colonial. A história é testemunha de que, no passado, os colonizados eram os objetos de estudo, mas hoje está cada vez mais na busca e na superação dentro da ciência ou crítica literária. Logo, é preciso pensarmos por nós, nas nossas posições de representação de voz em liberdade e direitos.

Os aspectos fortes presentes na narrativa dizem:

[...] fuja, fuja, fuja para a Zâmbia. E as pernas seguiam, dilaceradas pelos espinhos de semanas, obedecendo ao terror. Quando avistava o grupo de guerrilheiros, o povo vinha pedir deixem-nos ir convosco, precisamos da proteção das vossas armas. (PEPETELA, 2004, p. 138)

Essa é uma situação surreal, e nós lembramos que, no período da guerra, tivemos contextos reais dessa índole cheios de medo e de terror. A violência na narrativa que percebemos na expressão dilacerada pelos espinhos, durante semanas, nos remete à fuga para a sobrevivência dos perigos da guerra contra a colonização. Portanto, a metáfora usada no discurso literário remete à forma violenta encontrada na situação entre a vida e a morte durante a guerra anticolonial. Compreendemos, também, essa fuga da morte escapando dos rasgos das feridas e das bombas. As dificuldades são enfatizadas assim como as tristezas, no testemunho dos sobreviventes das catástrofes. Eles demonstram o desespero coletivo procurando os que têm as armas de fogo para proteção da população e das comunidades.

Nesse contexto, conforme escreve Carmen Secco, a “violência e o medo [...] na geração se afigura como lugar de sonhos e afetos capazes de driblarem os horrores guardados na memória, umedecendo os lábios ressequidos de um passado recente, feito de dor e pânico” (2012, p. 352). A citação nos instiga a imaginar a dor do sofrimento como parte da representação subjetiva profunda, que abala o mais íntimo dos sonhos

que os sobreviventes dos horrores, do passado e do presente, que, teimosamente, continua no espírito literário do trauma.

Do ponto de vista psicológico, o pânico é o susto que se guarda e se lembra por meio de outros episódios semelhantes. Esse pânico provém do pavor dos colonizadores internos, de infringir e transgredir a condição subalterna dos sobreviventes silenciados pelo medo da violência e vítimas de terrores impostos. É preciso registrar as experiências como sujeitos, e não sendo representados pelos outros.

Portanto, convém repensar a descolonização literária da violência interna da representação crítica que subalterniza os autores não consagrados pelas narrativas literárias e pelos críticos, que não consideram as vozes silenciadas pelo padrão acadêmico, na falta de uma descolonização institucional. O intelectual senegalês Sarr, em *Afrotopia* (2019), nesse contemporâneo e desafiante ensaio, ajuda-nos a repensar a colonialidade, ao assinalar que:

Séculos de alienação e de sujeição deixaram traços na personalidade e na psique do ser africano. Ele precisa se curar das feridas narcísicas e psicológicas que lhe foram infligidas e que hoje se expressam sob a forma de uma perda da autoestima, de um complexo interiorizado de inferioridade para alguns e, para outros, de uma falta abissal de autoconfiança (SARR, 2019, p. 89).

Os estudos vão desvendando a alienação psicológica e as feridas coloniais em discursos que apontam a necessidade de descolonização e que assumem a autoestima cada vez mais. Destrói-se, assim, a visão de inferioridade com uma perspectiva de contra colonização para a geração contemporânea, na crítica literária, antropológica e histórica. Todavia, é interessante renarrar, com múltiplas vozes ignoradas pela colonialidade, e enfrentar, com coragem e segurança, a luta de conquistas da liberdade de pensamento e de reflexão. Dessa forma, recriaremos novos projetos de civilização e de seres humanizados.

O projeto de transformação tem que obrigatoriamente ser antissistêmico, quer dizer, a luta tem que abarcar todas as lógicas civilizatórias da modernidade, no sentido de ser anticapitalista/antipatriarcalista/antieurocêntrica/antiocidentalcentrica/anticristã-cêntrica/antiecológica, porém mantendo a partir da diversidade epistêmica de cada projeto, uma pluralidade de soluções de problemas similares. Não tem que haver uma única solução para um único problema. Podemos perfeitamente imaginar múltiplas soluções para um mesmo problema (GROSFOGUEL, 2020, p. 66).

A colonialidade precisa reconhecer as culturas harmoniosas e conservadoras da natureza, dos saberes civilizatórios que sejam diferentes das que foram impostas pela violência epistêmica que silencia outras formas de pensar e fazer ciência, tal como a crítica e suas produções contemporâneas. Além delas, todavia, as anteriores precisam ser visitadas, sem esquecer o compromisso de não repetir a lógica ocidental eurocêntrica que extermina a natureza. No intuito de desenvolver e explorar a agricultura, essa lógica pode destruir a própria ecologia, ou ecossistema. Essas transformações são desafios que enfrentam a lógica cristã, patriarcal, homofóbica e excludente. Nesse projeto, os sujeitos, a natureza, a cultura, a arte devem ser encaradas sobre diversidades e pluralidades das vozes de narrativas escritas e orais.

A reflexão crítica do pesquisador Mignolo, sobretudo no ambiente colonial e na colonialidade, assim se expressa:

Assim, a pós-modernidade é tanto um discurso crítico sobre a presunção do imaginário da “modernidade” quanto uma caracterização do presente histórico em que é possível tal discurso. Em contraste, a pós-colonialidade (e seus equivalentes) é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do “sistema mundial moderno” e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geostóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos (MIGNOLO, 2003, p. 135).

Dentro do discurso literário, conforme visto, somos levados a uma reflexão sobre as culturas empanadas pelas representações ficcionais devido ao próprio sistema que hierarquiza, validando algumas elites que produzem arte literária e suas aproximações com os políticos. Portanto, as histórias locais devem continuar a enfrentar as histórias na pós-colonialidade e como todas as produções literárias não hegemônicas. Os sujeitos não devem mais ser ludibriados por palavras estéreis, por culturas silenciadas, mas reestruturados por seus bens simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado os vários aspectos mencionados nos dois capítulos anteriores desta investigação, é válido pontuar que, no primeiro capítulo, abordamos as questões das memórias coloniais, testemunho coletivo dentro do continente africano, por meio das invasões que constituem lembranças coletivas de ponto de vista da violência. As heranças da violência estão na memória coletiva da narrativa.

A violência compreendida na forma coletiva e individual reflete os conceitos de colonialidade no contexto geral, pensando como o eurocentrismo é preservado, pois ele tem se mostrado um processo violento nos colonizados, além dos estudos teóricos, e nas práticas das sociedades dependentes da civilização europeia e norte-americana, como representantes da cultura acadêmica. Contudo, toda conjuntura está demonstrando que Angola é um país formado com mentalidade violenta. Uma parte é a herança da colonização e, outra, a da colonialidade na cultura contemporânea que mantêm alguma subalternidade, concomitante com a imposição de valores dos colonizadores nas comunidades e com os valores e saberes ancestrais em confronto constante.

É válido lembrar que a história da invasão portuguesa, a imposição social e cultural, como também a cristianização dos nativos, está na memória coletiva e individual. Não só pelos fatos presentes no romance *A geração da utopia*, de Pepetela (2004). Ainda assim, a ficção nos permite repensar a literatura da memória, do testemunho e do trauma nesta pesquisa que culminou nesta dissertação. A violência, que consideramos não apenas na guerra anticolonial, mas também a violência simbólica da colonialidade, da neocolonização interna facilitada pelos burgueses detém o poder político econômico.

Contudo, as memórias coloniais continuam a fazer sentido pelos colonizados em pleno século XXI. Os sobreviventes, os testemunhos, coletivos e individuais, “balbuciam” pela oralidade, pelas narrativas escritas cheias da herança do tempo. As memórias não são apagadas facilmente, pois algumas são verdadeiras feridas existenciais na literatura e na história recente dos colonizados, dos colonizadores, e o colonialismo constitui uma lembrança coletiva na África e em Angola, em particular. O fato é que as guerras coloniais deixaram lutos eternos.

Além das censuras, a falta de liberdade foi reapropriada pelos antigos guerrilheiros anticoloniais que deixaram de sentir a dor dos outros. Deixaram de ser

empáticos, no verdadeiro sentido da humanidade, a esses outros que, no século XXI, lutam contra a violência do sistema político, da injustiça econômica, da discriminação urbana, que promove ‘*apartheid*’ espacial entre cidade e o musseque, como grandes representantes dos resquícios da herança colonial e da colonialidade.

Logo, em se tratando da colonização, é quase automática a inclusão no aspecto geral do continente africano, na América, na Ásia etc., como uma narrativa histórica e presente na literatura angolana. Os testemunhos da memória colonial ecoam nos estudos contemporâneos das africanidades, colocando em destaque a violência de forma continuada pelo apagamento de outras memórias, de outros arquivos e genocídios étnicos, em África e em Angola. Nesse contexto, nem sempre a própria obra de Pepetela, *A geração da utopia*, de 1992, escapa no silenciamento e da participação na não evidência e na eliminação de vozes étnicas na memória histórica da revolução pós-independência, como uma demonstração da violência da colonialidade e do imaginário colonial de uma elite burguesa angolana. A eliminação física de bakongos na triste memória da Sexta-Feira Sangrenta é uma subalternização como forma de silenciamento de vozes, e de suas memórias, em Angola. São memórias que trazem laços com os povos do Norte, do Leste, do Sul e do Oeste do território.

Prosseguindo as considerações, para a caracterização da literatura de Pepetela, hoje. *A geração da utopia* conforma um romance vasto pelas temáticas que se abordam da memória cultural, memória coletiva e individual, bem como o testemunho na autoficção da escrita. A violência histórica, evidenciada na narrativa, é parte de um presente na realidade angolana. A literatura de Pepetela, principalmente com a obra *A geração da utopia*, desenha as marcas da história de um país falhado e condenado pela arrogância do poder militar e partidariado. Na obra em destaque, são feitas denúncias das ideologias que falharam juntamente com seus adeptos/torcedores, na Angola contemporânea; característica presente, então, no romance em análise nesta pesquisa.

A violência na memória histórica é fortemente citada, nos locais onde aconteciam as revoltas, as contra-revoltas, as matanças dos nativos ou dos colonizadores. Todavia, a violência nem sempre é perceptível e nem mesmo o autor tinha plena consciência do quão a narrativa é carregada por um discurso de cunho violento. Além da narrativa, para justificar a nossa percepção ao que consideramos violência, durante a pesquisa, perpassam, também, a violação de direitos culturais, pela imposição cultural, adulteração e subalternização da cultura local.

No entanto, o ato colonial constituiu uma violência em todos os sentidos físico e simbólico para as comunidades invadidas. Ademais, a colonialidade, presente em *A geração da utopia*, ultrapassa as fronteiras literárias, pois constatamos que hoje há “donos” de Angola que são neocolonizadores. Esses donos são aqueles que constituem um grupo de elite dentro das grandes empresas e do governo.

Conforme o romance analisado, a arrogância da elite empresarial continua, assim como, também, o desrespeito de direitos de trabalhos domésticos, como herança da violência e da cultura colonialista, na Angola de hoje. A violência simbólica que se mantém nas relações raciais constitui-se de conflitos invisíveis, contudo, o privilégio do fenótipo mais próximo ao da Europa com os portugueses continua consolidando a subalternização dos pretos nos musseques e nas periferias das cidades. Tal como a problemática da corrupção isso é bem caracterizado no texto narrativo, como sendo uma memória de testemunho coletivo da sociedade angolana, como, por exemplo, a fragmentação e a separação da área nobre de Luanda, Miramar e área periférica Sambizanga. Ambas as realidades estão próximas e têm o lixo como vizinho. A educação ambiental continua muito precária, devido à aglomeração e à concentração de poder, na capital do país.

A concentração de multidões na capital, Luanda, participa também no extremo da violência contemporânea diária. Igualmente, a violência provocada pelas disputas políticas e históricas terminou no etnocídio e no memoricídio como grandes divergências de rupturas da possibilidade da utopia em *A geração da utopia*, de Pepetela. As desavenças estão na tentativa de apropriação do país pelo grupo da elite econômica e política, foi o que percebemos nesta pesquisa, para além da promoção de uma visão histórica única daquela resultante dos intelectuais com ligação partidária e com os membros do executivo.

Num sentido, o silenciamento no contexto de estudantes com origem nas colônias enfrentou uma censura enorme, que deixou marcas na memória de sobreviventes da perseguição dos agentes da PIDE, uma realidade na narrativa. No contexto narrativo dessa memória, apareceu, então, o antigo ditador Português, Salazar, para demonstrar os elementos extraliterários da história. Muitas vezes, essas evidências estão representadas na linguagem sociocultural e contemporânea de Angola. Entretanto, a linguagem é parte da memória coletiva da censura que alguns estudantes sofrem pelo sistema angolano.

Noutro sentido, a crítica eurocêntrica que se faz dentro da narrativa passa pela ideologia e as Guerras Mundiais, tal como as consequências do contexto pós-guerra, a chamada Guerra Fria, com grandes marcas na história contemporânea angolana. O testemunho dessa realidade é comum na geração pós-independência que vem lutando pelo direito literário de autorrepresentação. Nas incongruências, dentro da narrativa, os ex-guerrilheiros se transformaram em idealistas utópicos, ou seja, sem a disciplina dos princípios que defendiam no intuito de conquistaram a autonomia, a independência.

Pensando nessa perspectiva da falsa autonomia, consideramos a neocolonização e parte da colonialidade como forma de opressão simbólica aos cidadãos, por parte das instituições do Estado, que não descoloniza ou a usa contra a colonização, na prática do governo do país. Assim, o sul global continua a ser subalternizado pelo Norte global e, como cultura imperialista, não deve ser esquecida pelos sujeitos colonizados e pela neocolonização das ex-colônias europeias, na África, e especificamente, em Angola, pois a discriminação continua, inclusive no contexto da pandemia.

No segundo capítulo, exploramos a perspectiva da narrativa como testemunho dos sujeitos que guardam a memória traumática na ficção de *A geração da utopia*. Abordamos, ainda, a literatura e o testemunho da violência na mente dos colonizados, os dominados. Todavia, conceituamos o testemunho e o trauma com reflexões simbólicas e psicológicas. Prosseguindo, no mesmo capítulo dois, tratamos o testemunho da colonialidade da literatura do trauma das memórias das feridas coloniais e neocoloniais do atual contexto.

A história e a literatura ajudam a recordar o trauma coletivo da colonialidade. Por isso, a literatura é o mecanismo de contradiscurso sobre a colonialidade, embora se observe dentro da narrativa a pouca presença da crítica neocolonial interna. Destaca-se que uma das formas da neocolonização é a apropriação da memória e da história, por um grupo que detém o poder em Angola, mesmo reconhecendo que, do ponto de vista literário, não é possível a uniformização do discurso sociocultural. Portanto, a narrativa de testemunho da violência tem sido fundamental para refletir e criticar a memória traumática da Angola contemporânea, constituindo-se uma das referências para a nova geração de escritores, músicos e artistas angolanos.

O testemunho da violência traumática continua na mente daqueles que criticam a narrativa ‘oficializada’ como única da história, o que é falso, pois apesar do sofrimento

e da violência física e simbólica; muitas vezes, ela é ficcionalizada para não ser conotada e sofrer cancelamento na mídia pública. Entretanto, as consequências que testemunhamos nos traumas, são compreendidas como colonialidades, mas também como memórias da atual geração. Essa geração que transgride a cultura do medo, da política do silenciamento, da alienação política e literária, a geração que desafia e enfrenta em prol de mudança. O drama e o trauma, por vezes, estão no meio das comunidades, nas famílias, sem refletir que devido ao contexto violento da colonialidade, nascemos em meio à Guerra Fria dentro de uma Angola estagnada.

Percebe-se, nesse sentido, que as disputas de nacionalismo da época da guerra anticolonial está presente no trauma, a exclusão de outros, a guerra civil, o egocentrismo intelectual, tudo está marcado pela memória. A falsa regionalização do país fomenta a intolerância política, cultural. A hierarquia de intelectuais sem produção segue na contemporânea Angola. Todavia, a insegurança das violências, das más condições financeiras e habitacionais tem sido fundamental para pensar a capital do país, Luanda. Ademais, a narrativa ficcional de Pepetela foi útil para demonstrar e criticar o modelo de concentração do país.

Convém destacar, entretanto, que a imitação do eurocentrismo trazido pelos colonizadores ainda não foi descolonizada. Também não foi transgredida a imposição de língua única no ensino formal, como também o desprezo da oralidade, como marcas da cultura ancestral. Aliás, o eurocentrismo nos indivíduos colonizados não valida a independência cultural e espiritual dos sujeitos. Preferem a dependência espiritual e educacional. Apenas a corrupção referenciada no romance está se enraizando a cada dia e a ocidentalização não é contestada pela elite conservadora. Contudo, a juventude a tem questionado, porque a dependência econômica e cultural tem de seguir, mas não necessariamente, um modelo da realidade de cada cultura e país.

Dentro do mundo literário, o discurso violento contra a ordem estabelecida se propõe para a reflexão da sociedade e seus sujeitos. É preciso, contudo, ultrapassar o grafocentrismo e a elitização da literatura escrita, em detrimento de outras formas de produção cultural artística, enfatizando as culturas majoritariamente orais, que estão sob uma suposta subalternidade. Contudo, a desestruturação dos modelos educativos e da organização familiar, seus rituais ancestrais devido à cristianização dos povos e alienação cultural, fruto da colonialidade e neocolonização, em profundo contínuo, é um desafio constante.

No entanto, a concentração da política, a concentração dos projetos arquitetônicos das cidades construídas com o propósito de uma minoria assimilada euro-portuguesa e os nativos que colaboravam com o colonizador, os traidores, que negavam a se afirmar como africanos, renunciando, praticamente aos valores ancestrais relativos à estética de cabelos, e à recusa do uso das línguas de origem africana faladas em Angola. A superlotação da capital do país, que é Luanda, alberga, hoje, mais de sete milhões de habitantes, a maioria na periferia ou musseques de sobrevivência na utopia da modernização do país e com suas desigualdades socioeconômicas cada vez mais fortes. Somos sobreviventes e testemunhos da história, dos traumas, da violência e guardiões das memórias contemporâneas.

Entretanto, na violência, encontramos o perigo da imitação de símbolos dentro da memória da bandeira, em que os destaca e os exhibe, promovendo-se para orgulhar as comunidades angolanas, mesmo que se questione o orgulho pela pátria. Aliás, os antigos guerrilheiros continuam a lamentar, a sonhar os benefícios da luta anticolonial, em Angola. As vozes da luta anticolonial são diversas e nem todos são ouvidos pela cultura do medo e autoritarismo invisível, como graves situações que ainda não foram tratadas no discurso literário da antiga geração de ‘nacionalistas’.

Por isso, renarrar a memória coletiva é pertinente no contexto da reconstituição da História para a futura geração. Desnaturalizar, descolonizar, reexistir, diversificar as vozes, transgredir os falsos discursos, reconsciencializar e reformar os condenados da sobrevivência, com a liberdade de contar pelas nossas vozes para, assim, reconhecer os traumas causados dentro das famílias sem intimidar, sem violentar aqueles que se revelam na coragem diária é o que se almeja nessa Angola de hoje e de amanhã.

A consciência coletiva e individual tem como testemunho a profunda lembrança marcada pelos detalhes que os sobreviventes do cotidiano angolano reescrevem, alertando para a situação de abandono, com a indignação, a pobreza e o sentimento de desprezo, após a sua participação na busca da independência pelo invasor colonizador. Os sobreviventes da UPA união dos Povos de Angola, da FNLA e da UNITA que, na contemporaneidade, revelam as angústias pela discriminação e pelas memórias ignoradas.

Logo, os discriminadores, aqueles que têm o poder reproduzem os imaginários coloniais que continuam na memória neocolonial, devido à aculturação da cosmovisão

ocidental perpetuada na imposição linguística formal, principalmente na educação e no ensino, com toda a matriz colonial eurocêntrica e na apropriação dos valores ocidentais, sem a crítica, no contexto das comunidades africanas de modo geral e, em particular, em Angola. Porém, começando pelo aportuguesamento do substantivo Ngola para Angola, o desenraizamento de valores coloniais pelos ancestrais é necessário para a prevenção da amnésia coletiva e a imposição voluntária da violência e do trauma ignorado pela elite intelectual, sem consciência cultural, identitária e histórica.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamim. Liminaridades identitárias: para uma geocrítica do eurocentrismo (Notas críticas). *In: África: Dinâmicas Culturais e Literárias*. Organizadoras Maria Nareth Soares Fonseca e Maria Zilda Ferreira Cury. Belo Horizonte: Ed. PUC- Minas, 2012, p. 66-87.

ANDERSON, Benedict. **As comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTONACCI, Antonieta Maria. Entre saberes locais e projetos globais. *In: FONSECA, Maria Nazareth e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). África: Dinâmicas Culturais e Literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2012.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre geografia da raiva**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

BALANDIER, Georges. **Antropológicas**. Tradução de Osvaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix, Ed. Da universidade de são Paulo, 1976.

BERND, Zilá. **A persistência da memória**. Porto Alegre: Besouro Box, 2018.

BHABHA, Homi, K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BARTHES, Roland. **Aula**: Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada no dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade. Rio de Janeiro**: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura [1988]. *In: Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noémia de Sousa. Lisboa: editora Livraria Sá da Costa, 1977.

CHAVES, Rita. Narrativa, harmonia e exclusão: Ondjaki e os da sua terra. *In*: FONSECA, Maria Nazareth e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). **África: Dinâmicas Culturais e Literárias**. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2012, p. 312-330.

COSTA-BERNARDINO, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFOQUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed.; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

CRITTIEZ, Xavier. **Las formas de la violencia**. Tradução de Silvia Kot. 1. ed. Bueno Aires: Waldhuter editores, 2009.

DALCASTAGNE, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporânea: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira contemporânea**, n. 26, Brasília, julho-dezembro, 2005, p. 13-71.

DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista brasileira políticas internacionais**, 42 (1): 77-109, 1999.

ELA, Marc Jean. **As culturas africanas no âmbito da racionalidade científica**- livro II. Tradução de Sílvia Neto. Angola e Portugal: Edições Mulemba e edições Pedagogo Lda, 2016.

FANON FRANTZ. **Alienação e Liberdade: Escritos psiquiátricos**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Tradução de Isabel Pascoal. Portugal: Editora Sá da Costa; Luanda: Instituto Nacional do Livro, 1980.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: editora UFJF, 2005. 1ª reimpressão, em 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. 1ª ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios, 2020. (Coleção Africamundi).

FIGUEIREDO, Euridice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? *In: Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, Ed. 34, 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os Estudos de economia política e Estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de Fronteira e colonialidade global. *In: SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

GROSFOQUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In: COSTA-BERNARDINO, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFOQUEL, Ramón (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed.; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 55-77. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora – Revista dos tribunais LTDA, 1990.

KAMABAYA, Moisés. **A contribuição da África para o progresso da humanidade**. 1ª Ed. Luanda: Mayamba Editora, 2011.

KANDJIMBO, Luis. Por uma filosofia da mente: cognição e experiência literária. **Jornal de Angola**. Edição de Domingo, 7 de fevereiro de 2021, p.19.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Luiz Costa. Representação social e Mimesis. *In: Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LINS, Ronaldo Lima. **Violência e Literatura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 15, n. 2 julho 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A Topologia do Ser e a Geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *In: SANTOS, Boaventura de*

Sousa e MENSES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009 .p.337-382.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: COSTA-BERNARDINO, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFOQUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-53. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MALOMALO, Bas'lele, FONSECA, Dagoberto José, VIEIRA, Francisco Sandro da Silveira (orgs.). **África múltipla: Anotações e reflexões**. França: Edilivre, 2019.

MARQUES, Alexandra. **Segredos da descolonização de Angola**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2013. [Formato digital]

MATA, Inocência. **Laços de Memória & Outros Ensaio Sobre Literatura Angolana**. Luanda: União de Escritores Angolanos, 2006.

MATA, Inocência. Literatura. *In*: SANSONE, Livio e FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala oficial Portuguesa**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2014.

MATA, Inocência. Para uma geocrítica do eurocentrismo. *In*: FONSECA, Maria Nareth Soares e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). **África: Dinâmicas Culturais e Literárias**. Belo Horizonte: Ed. PUC- Minas, 2012, p. 123-144.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Tradução Narrativa Traçada. Edições Mulemba e pedagogo, Lda, Luanda e Portugal, 2014a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Portugal: Antígona, 2014b.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N 1-edições, 2018.

MIGNOLO, Walter Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 94, 2017a.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo e rabo: o hemisfério Ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Perspectivas latinas- americanas, 2005.

MIGNOLO, Walter desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. *In: Epistemologia do Sul*. Foz do Iguaçu/ PR, 1(1), p.12-32, 2017b.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MUDIMBE, Y. Vitorin. **A invenção de África**. Gnose, filosofia e a Ordem do Conhecimento. Tradução de Ana Madeiros. Angola e Portugal: Coedição Edições, Lda e Mulemba, 2013.

N'DIAYE, Tidiane. **Genocídio Ocultado: Investigação Histórica sobre o tráfico negreiro Árabo-Muçulmano**. Tradução de Tiago Marques. Gradiva publicações,S.A. 2ª edição junho, Lisboa, 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil**. Tradução de Susana Sousa e Silva. 1ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2015.

PEPETELA, Artur Mauricio Pestana. **A Geração da Utopia**. Luanda: Nzila, 2004.

PEPETELA, Artur Maurício Pestana. **Predadores**. Portugal: Dom Quixote, 2005.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os bakongo de Angola: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2015.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres et al. (orgs.). **Pós- colonialismo e literatura: questões identitárias nos países de língua oficial portuguesa**. Macapá: UNIFAR, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder globalização e democracia. *In: Novos Rumos*. Ano 17, n. 37, 2002.

REIS, Roberto. O cânon. *In: JOBIM, José Luis (org.). Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RIBEIRO, Helena Marques Lúcia. Um mar de utopias ou narrativas de guerras coloniais. *In: FONSECA, Maria Nazareth Soares e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). África: Dinâmicas Culturais e Literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC- Minas, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.73, 149, 170.

ROHMANN, Chris. **O livro das ideias**: Pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo. Tradução de Jussara Simões. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. *In: Para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Para Um Novo Senso Comum).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Em para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes Santo. *In: SANTOS, Boaventura Souza e MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Sousa de Egídio António. **Esboço da história política de Angola como poderia silenciar-me?** Luanda: editorial Kilombelombe, 2012.

SARR, Felwine. **Afrotopia**: Tradução. Sebastião Nascimento. São Paulo : n-1 edições-2019.

SAVIMBI, Jonas Malheiro. **Angola**: a resistência em busca de uma nova nação. Edição da Agência Portuguesa de Revistas, Lisboa, 1979.

SECCO, Carmén Lucia Tindó Ribeiro. De afectos, memórias e esquecimentos: alguns rumos da poesia angolana e moçambicana, hoje. *In: FONSECA, Maria Nazareth Soares e CURY, Maria Zilda Ferreira (orgs.). África: Dinâmicas Culturais e Literárias*. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2012, p.345-361.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

SELIGMANN- SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Metamorfozes**, Revista de Estudos Literários Luso Afro-Brasileiro da Cátedra Jorge de Sena da Faculdade de Letras da UFRJ, v. 10, n. 2, 2010, p. 176-203. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metamorfozes/issue/view/1154/showToc>. Acesso em:

20 fev. 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Revista do programa de pós-Graduação em História**. Florianópolis, V. 2, n. 1, p. 3-20, Jan/jun, 2010b.

COUTINHO, Paula. Tradição de ‘memoricídio’ se perpetua no Brasil, diz Seligmann-Silva. Entrevista para o *Jornal do Comércio*. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html. Acesso em: 24 nov. 2021.

SOUSA, Fonseca. **Etnologia de Angola-entre a pesquisa e o Desenvolvimento de políticas Culturais**. Luanda-Angola: Edição Mayamba, 2012.

SOW, I. Alpha; AGUESSY, Honorat; BALOGUN, Ola; DIAGNE, Páthe. **Introdução à Cultura Africana**. Luanda: Biblioteca de Estudos Africanos, 1980.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação Cultural**. São Paulo: Editora Jandaira, 2020. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).